

Série Interloquções

Práticas, Experiências e Pesquisas em Saúde

Ivan Marcelo Gomes

Alex Branco Fraga

Yara Maria de Carvalho

Organizadores

**Práticas Corporais no
Campo da Saúde:
uma política em formação**

editora



rede unida

Série Interlocuções
Práticas, Experiências e Pesquisas em Saúde

Ivan Marcelo Gomes
Alex Branco Fraga
Yara Maria de Carvalho
Organizadores

Práticas Corporais no
Campo da Saúde:
uma política em formação

1ª Edição
Porto Alegre, 2015
Rede UNIDA

Coordenador Nacional da Rede UNIDA

Alcindo Antônio Ferla

Coordenação Editorial

Alcindo Antônio Ferla

Conselho Editorial

Adriane Pires Batiston - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Alcindo Antônio Ferla - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Ángel Martínez-Hernández - Universitat Rovira i Virgili, Espanha

Angelo Steffani - Universidade de Bolonha, Itália

Ardigó Martino - Universidade de Bolonha, Itália

Berta Paz Lorido - Universitat de les Illes Balears, Espanha

Celia Beatriz Iriart - Universidade do Novo México, Estados Unidos da América

Dora Lucia Leidens Correa de Oliveira - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Emerson Elias Merhy - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Izabella Barison Matos - Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil

João Henrique Lara do Amaral - Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Julio César Schweickardt - Fundação Oswaldo Cruz/Amazonas, Brasil

Laura Camargo Macruz Feuerwerker - Universidade de São Paulo, Brasil

Laura Serrant-Green - University of Wolverhampton, Inglaterra

Leonardo Federico - Universidade de Lanus, Argentina

Lisiane Böer Possa - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Liliana Santos - Universidade Federal da Bahia, Brasil

Mara Lisiane dos Santos - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Márcia Regina Cardoso Torres - Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, Brasil

Marco Akerman - Universidade de São Paulo, Brasil

Maria Luiza Jaeger - Associação Brasileira da Rede UNIDA, Brasil

Maria Rocineide Ferreira da Silva - Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Ricardo Burg Ceccim - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Rossana Staevie Baduy - Universidade Estadual de Londrina, Brasil

Sueli Goi Barrios - Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Túlio Batista Franco - Universidade Federal Fluminense, Brasil

Vanderléia Laodete Pulga - Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil

Vera Lucia Kodjaoglanian - Fundação Oswaldo Cruz/Pantanal, Brasil

Vera Rocha - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO-CIP

P912 Práticas Corporais no Campo da Saúde: uma política em formação [recurso eletrônico] / Ivan Marcelo Gomes, Alex Branco Fraga, Yara Maria de Carvalho, organizadores. – Porto Alegre : Rede UNIDA, 2015.

p. 258. : il. – (Série Interlocuções: Práticas, Experiências e Pesquisas em Saúde)

ISBN: 978-85-66659-37-5

1. Saúde coletiva. 2. Educação física. 3. Sistema Único de Saúde. 4. Práticas corporais. I. Gomes, Ivan Marcelo. II. Fraga, Alex Branco. III. Carvalho, Yara Maria de. IV. Série.

CDU: 614(816.5)
NLM: WA100

Bibliotecária responsável: Jacira Gil Bernardes - CRB 10/463

Comissão Executiva Editorial

Janaina Collar

João Beccon de Almeida Neto

Projeto Gráfico

Janaina Collar

Arte gráfica – Capa

Giliane Dessbesell

Diagramação

Luciane de Almeida Collar

Bibliotecária Responsável

Jacira Gil Bernardes

Impressão Gráfica

Gênese e Arte Gráfica Editora Ltda

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Copyright © 2015 by Ivan Marcelo Gomes; Alex Branco Fraga; Yara Maria de Carvalho

SUMÁRIO

PRÁTICAS CORPORAIS NO CAMPO DA SAÚDE: CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO POLÍTICAS DE FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA E SAÚDE COLETIVA - *Ivan Marcelo Gomes, Alex Branco Fraga, Yara Maria de Carvalho*.....7

A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ E OS 25 ANOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - *Jairnilson Paim*.....21

“A EDUCAÇÃO FÍSICA BUSCA O APERFEIÇOAMENTO DA RAÇA”: POLÍTICAS PÚBLICAS, SAÚDE, EUGENIA E EDUCAÇÃO DOS CORPOS - *Eduardo Galak*.....47

CORPO, POLÍTICA, MODERNIDADE - *Alexandre Fernandez Vaz*.....75

POLÍTICA DA PRÓPRIA VIDA, CULTURA SOMÁTICA E OS IMPERATIVOS CONTEMPORÂNEOS DA SAÚDE: ESTILOS DE VIDA E MELHORAMENTO/OTIMIZAÇÃO DO CORPO - *Luís Henrique Sacchi dos Santos George Saliba Manske*.....93

PRÁTICAS CORPORAIS E O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: DESAFIOS PARA A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL - *Fernando Jaime González*.....135

PRÁTICAS CORPORAIS, ALEGRIA E SAÚDE - Conrado Federici.....	163
A ATIVIDADE DE PESQUISA: FORMANDO O ‘CORPO- PESQUISADOR’ NAS ESTRIAS DA CARTOGRAFIA- Janaina Madeira Brito Maria Elizabeth Barros de Barros Renata Junger.....	191
O EMPÍRICO CONTRA-ATACA: FAZENDO ETNOGRAFIA REALISTA - Michael Atkinson.....	211
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	255
SOBRE OS AUTORES DOS CAPÍTULOS.....	257

PRÁTICAS CORPORAIS NO CAMPO DA SAÚDE: CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO POLÍTICAS DE FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA E SAÚDE COLETIVA

*Ivan Marcelo Gomes
Alex Branco Fraga
Yara Maria de Carvalho*

Práticas Corporais no Campo da Saúde: uma política em formação é o segundo livro organizado dentro das ações previstas no projeto de pesquisa interinstitucional “Políticas de formação em educação física e saúde coletiva: atividade física/práticas corporais no SUS”, financiado pela Capes em parceria com a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde através do Edital nº 24/2010 (Pró-Ensino na Saúde), envolvendo três grupos de pesquisa: Políticas de Formação em Educação Física - POLIFES - da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Educação Física & Saúde Coletiva & Filosofia da Universidade de São Paulo e o Laboratório de Estudos em Educação Física - LESEF - da Universidade Federal do Espírito Santo. Os textos reunidos neste livro foram escritos¹ para o II

¹ Cabe mencionar que o texto do Prof. Jairnilson Paim não é original, ele foi publicado nos Cadernos de Saúde Pública em 2013, mas foi incluído

Seminário Internacional de Práticas Corporais no Campo da Saúde, realizado entre os dias 5 e 6 de novembro de 2013, no Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo (CEFD/UFES), em Vitória.

Na introdução do primeiro livro, optamos por uma apresentação do projeto interinstitucional de pesquisa citado acima, destacando um conceito central para os trabalhos que temos desenvolvido: o conceito de práticas corporais. Indicamos algumas problematizações referentes a este conceito, ao mesmo tempo em que procuramos uma delimitação heurística das diferenças que ele possui em relação ao conceito de atividade física. Entendemos que, juntamente com os textos que compõem aquele primeiro volume, demos um passo importante para avançarmos nesta reflexão. Esperamos que esse segundo livro permita aos leitores compartilhar conosco essas análises lançando mais elementos que contribuam para esse debate no campo da educação física e da saúde coletiva.

Mas, antes de fazermos uma apresentação mais sistemática do livro, pretendemos com esse texto publicizar diversas ações que nosso projeto tem desenvolvido desde 2010 e que estavam previstas no momento de sua elaboração e submissão ao Edital nº 24/2010. Tais ações estão vinculadas ao objetivo geral da pesquisa que é a de “problematizar políticas de formação voltadas para capacitação e sensibilização de estudantes para atuação em educação física e saúde coletiva, além de analisar a implementação de uma ‘figura conceitual’ cada vez mais

porque orientou sua exposição por ocasião do evento. O Prof. Michael Atkinson não esteve conosco no evento, mas seu texto foi agregado à coletânea porque está condizente com o debate que temos promovido a respeito das metodologias de pesquisa. O texto do Prof. Alexandre Fernandez Vaz também se articula com sua fala no evento; porém, é uma reelaboração de argumentos que têm pautado sua trajetória acadêmica.

presente no cenário do SUS: práticas corporais.” (FRAGA; CARVALHO; GOMES, 2013, p. 12)

Queremos destacar, mais enfaticamente, como as ações do projeto em torno deste objetivo trouxeram contribuições na produção científica no campo da saúde coletiva e da educação física e, também, como estão impactando na formação de profissionais/professores de educação física em nível de graduação e de pós-graduação stricto-sensu para atuar na promoção/produção da saúde da população.

Em relação à produção científica resultante das atividades do projeto, ressaltamos a organização dos dois livros intitulados “As práticas corporais no campo da saúde”, a publicação de artigos científicos e a apresentação de trabalhos em diversos congressos no Brasil e no exterior. No que se refere aos impactos na formação, vale destacar os inúmeros estudos sistematizados nos grupos de pesquisa que possibilitaram ampliar o número de trabalhos de conclusão de curso tematizando a educação física em interface com a saúde coletiva e, também, o fortalecimento das linhas de pesquisa voltadas para investigação ensino e saúde nos Programas de Pós-Graduação das IES envolvidas. O quadro abaixo apresenta apenas os autores e seus respectivos trabalhos já concluídos.

Autor	Título	Nível de formação	Instituição
Michel Binda Beccalli	Mais que atividade física: os usos e entendimentos da saúde entre usuários do Serviço de Orientação ao Exercício da Prefeitura Municipal de Vitória.	Dissertação de Mestrado	PPGEF/UFES
Vinnicius Camargo de Souza Laurindo	Academia Popular da Pessoa Idosa (APPI): usos e apropriações dos frequentadores do módulo da Praia de Camburi em Vitória/ES.	Dissertação de Mestrado	PPGEF/UFES
Thacira Ramos Varnier	O PESO - Programa de Promoção de Estilo de Vida Saudável na Obesidade - como uma estratégia de educação em saúde: uma interpretação dos cuidados corporais a partir dos usuários do serviço.	Dissertação de Mestrado	PPGEF/UFES
Victor José Machado de Oliveira	Saúde na Educação Física escolar: ambivalência e prática pedagógica.	Dissertação de Mestrado	PPGEF/UFES
Valéria Monteiro Mendes	As práticas corporais e a Clínica Ampliada: a Educação Física na atenção básica.	Dissertação de Mestrado	PPGEF/USP

Alessandra Xavier Bueno	Entre o fazer e o registrar da Educação Física no NASF: a relação conflitante entre a Classificação Brasileira de Ocupações e os procedimentos possíveis de registro pelo profissional de educação física.	Dissertação de Mestrado	PPGCMH/UFRGS
Humberto Luis de Cesaro	Os Alquimistas da vila: masculinidades e práticas corporais de hipertrofia numa academia de Porto Alegre.	Dissertação de Mestrado	PPGCMH/UFRGS
Luiz Alberto dos Santos Ferreira	O trabalho da educação física na composição de equipe de saúde mental especializada em álcool e outras drogas.	Dissertação de Mestrado	PPGCMH/UFRGS
Giliane Dessbesell	Práticas curriculares de professores de Educação Física: "rascunhos" de um projeto de disciplina na Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul.	Dissertação de Mestrado	PPGCMH/UFRGS
Felipe Wachs	Funções sanitárias projetadas nos currículos da Educação Física: estudo a partir da disciplina de higiene nos cursos de formação superior da Escola de Educação Física da UFRGS.	Tese de Doutorado	PPGCMH/UFRGS

Cibele Biehl Bossle	A emergência do “fazer científico” na formação inicial em Educação Física da ESEF/UFRGS.	Tese de Doutorado	PPGCMH/UFRGS
Fabiana F. Freitas	Aprendendo com o “nós”: o trabalho em saúde e as práticas corporais com base na comunidade.	Tese de Doutorado	P P P G E F / USP

Fonte: dos autores

Entendemos que essas pesquisas, na interface entre educação física e saúde coletiva, estão contribuindo para ampliar as perspectivas de análise de questões diretamente vinculadas aos processos formativos, especialmente no caso das instituições envolvidas, à medida que instigam profissionais, professores e pesquisadores da área específica a recolocar problemas e propor iniciativas mais condizentes com as necessidades de saúde da população. A publicização dos trabalhos permite ampliar o diálogo, as trocas e a parceria/colaboração com colegas, estudantes e grupos de pesquisa de outras universidades.

O II Seminário Internacional de Práticas Corporais no Campo da Saúde buscou pautar e enfrentar as mesmas questões sob outros aspectos e perspectivas. Por isso, a necessidade de divulgar parte dos resultados na forma de livro, à medida que permite documentar os debates realizados ao longo do evento e, ao mesmo tempo, disparar discussões que contemplem diferentes interesses e diálogos com um público ampliado.

No que se refere à forma do seminário/livro, repetimos o modelo da primeira versão (FRAGA; CARVALHO; GOMES, 2013): os oito textos que compõem a obra estão divididos em quatro partes, seguindo a organização dos debates no seminário, ou seja, dois palestrantes/autores para cada uma das quatro mesas. São pesquisadores da educação

física e da saúde coletiva que se fundamentam teórica e conceitualmente a partir das ciências humanas e sociais e das humanidades. As temáticas das mesas foram semelhantes ao primeiro seminário e permitiram novos olhares lançados pelos palestrantes/autores convidados. Assim, este livro está estruturado da seguinte forma: 1) Educação Física & Saúde Coletiva; 2) Políticas da vida e pedagogias do corpo; 3) Práticas corporais e SUS; 4) Perspectivas de pesquisa em saúde.

A primeira mesa contou com os professores Jairnilson Paim, da Universidade Federal da Bahia (Brasil), e Eduardo Galak, da Universidad Nacional de La Plata e Universidad Nacional de Avellaneda (Argentina). A segunda mesa foi conduzida pelos professores Luiz Henrique Sacchi dos Santos, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil), e Alexandre Fernandez Vaz, da Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil). Na terceira mesa participaram os professores Fernando Jaime González, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Brasil), e Conrado Augusto Federici, da Universidade Federal de São Paulo (Brasil). Na quarta e última mesa estiveram presentes os professores Marcelo Diversi², da Washington State University. (EUA), e Maria Elizabeth Barros de Barros, da Universidade Federal do Espírito Santo (Brasil).

Jairnilson Paim com o texto “A Constituição Cidadã e os 25 anos do Sistema Único de Saúde (SUS)” inaugura as reflexões deste livro. O texto aborda o desenvolvimento das políticas sociais e dos projetos políticos articulando-os aos

² É importante mencionar que foi necessário fazermos uma alteração no conteúdo do livro, em relação ao seminário: incluímos o texto do Professor Michael Atkinson, em virtude de não termos recebido a tempo o texto do Professor Marcelo Diversi devido a problemas de ordem familiar. O contato com o Professor Atkinson pôde ser realizado com o auxílio da Professora Denise Gastaldo, a quem aqui formalmente agradecemos, que participou como professora visitante na UFRGS pelo projeto e palestrante no primeiro seminário.

desafios para a sustentabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS). O autor analisa as origens da política social liberal, centrada na assistência social, e interpreta o predomínio das políticas americanas voltadas para a pobreza e suas repercussões nas políticas universais. Após identificar a formulação de projetos políticos na transição democrática brasileira, Paim discute seus desdobramentos nos governos seguintes, juntamente com as dificuldades enfrentadas pelo SUS. Ao final, o autor argumenta que as forças políticas que alcançaram o poder nas duas últimas décadas não apresentaram um projeto para a Nação à altura daqueles que geraram a Constituição de 1988.

No texto “A Educação Física busca o aperfeiçoamento da raça: políticas públicas, eugenia e educação dos corpos”, Eduardo Galak enfoca as mudanças epistêmicas que foram produzidas, no segundo quarto do século XX, a respeito da educação dos corpos na Argentina (embora, o autor frise que tais mudanças não se reduziram àquele contexto em função dos distintos postulados provenientes de países europeus que extrapolaram fronteiras nacionais). O autor mostra que a educação física teve um lugar de destaque no processo de massificação destes discursos sobre a educação dos corpos amparada pela racionalidade científica. Dentro desta lógica, Galak destaca, especialmente, como o conhecimento eugênico foi utilizado pelo poder estatal para justificar intervenções políticas na saúde. No panorama traçado pelo autor, fica evidente os usos e estratégias políticas sobre a vida da população. Ao final, o autor argumenta que tais mudanças refletem um período marcado por uma tentativa de gerar uma nova identidade nacional argentina através das políticas públicas de educação e saúde e pela valorização da educação física e dos esportes.

A cultura somática contemporânea é o pano de fundo do texto “Política da própria vida, cultura somática e os imperativos contemporâneos da saúde: estilos de vida

e melhoramento/otimização do corpo”, de Luís Henrique Sacchi dos Santos e George Saliba Manske. A partir deste cenário, os autores analisam dois conceitos: estilo de vida e otimização/melhoramento do corpo. O argumento central do texto é o de que atualmente alguns indivíduos por diferentes questões (profissional, econômica, acesso à informação, etc.) possuem melhores habilitações para fazer escolhas que envolvem não apenas os imperativos de saúde, mas, principalmente, “de aderir a projetos - conscientes ou não - de incremento do corpo, e pretensamente, da saúde, proporcionados pelas ciências e pelas tecnologias contemporâneas”. O conceito de biopoder, a partir da reatualização proposta por Nikolas Rose e Paul Rabinow, é o aporte teórico central das análises empreendida pelos autores. Derivando-se dessa discussão, Santos e Manske apresentam o diagnóstico de Rose (2013) de como a biopolítica atual se desloca do “fazer viver” (anunciado na abordagem foucaultiana) para uma política da própria vida. A partir daí, os autores se concentram nas tecnologias de otimização/melhoramento, mostrando como elas buscam otimizar as chances de vida individual em nome de uma promessa de “mais saúde”. Nesta tarefa, a relação entre performance esportiva e saúde é interpretada como um exemplo das indagações oriundas das possibilidades técnicas de se transformar ou melhorar o corpo. Assim, Santos e Manske problematizam imperativos contemporâneos de formas de produção da vida.

O texto “Corpo, modernidade e política” apresenta uma reflexão de Alexandre Fernandez Vaz em torno do paradoxal interesse pelo corpo na sociedade contemporânea. O autor parte da hipótese de que “a onipresença do corpo pode significar um certo esvaziamento da política”. Nesta reflexão, Vaz se fundamenta na categorização do político elaborado pela filósofa Hannah Arendt na qual o corpo é interpretado como um lado negativo na construção do

espaço público e, conseqüentemente, da política. A partir deste referencial, mas também estabelecendo diálogos com Theodor W. Adorno, o autor constrói seus argumentos sobre a relação entre corpo e política. Desta forma, a crítica de Arendt a Karl Marx (no que se refere à centralidade da categoria trabalho e ao papel da violência no fazer político) é o fio condutor das análises e, por conseguinte, dos argumentos apresentados de que a ênfase no trabalho e no corpo imprime uma vida sem qualidades. A aposta, então, está na esfera da ação, da política, naquilo que o exercício da liberdade possibilita para a reinvenção do sujeito. Alexandre Vaz finaliza suas análises com apontamentos sobre os sacrifícios demandados ao corpo em nome, por exemplo, do discurso do fitness, defendendo a crítica a tais demandas, por meio da valorização da pluralidade humana na esfera política, seria uma forma de potência para criar novas aberturas ao corpo e suas práticas.

Fernando Jaime González, no texto intitulado “Práticas corporais e o Sistema Único de Saúde: desafios para a intervenção profissional” propõe uma reflexão sobre as possibilidades colocadas aos profissionais da educação física no trabalho com as práticas corporais em sua atuação junto ao SUS. Em um primeiro momento, o autor procura conceituar o termo práticas corporais a partir de diversas manifestações culturais, como por exemplo, as práticas esportivas, os jogos derivados dos esportes, as danças, as práticas corporais expressivas, os exercícios físicos, as práticas corporais introspectivas, os jogos motores tradicionais, as acrobacias, os jogos de malabar e as práticas corporais da natureza. O autor discute essas práticas sociais ressaltando que o entendimento sobre elas não pode se resumir ao mero gasto energético, mas sim, dentro do marco interpretativo de um modelo de atenção na saúde. Na segunda parte do texto, o autor procura explorar as possibilidades de atuação do profissional de educação física

no SUS. Para isso, parte da noção de “mochilas tecnológicas” (CECCIM; BILIBIO, 2007; MERHY, 2002) e dos modelos de atenção na saúde que se vinculam a tais procedimentos/perspectivas. Ao final, o autor destaca quatro dimensões (1 - lógica interna das práticas corporais; 2 - o conhecimento que permite ao professor ler/perceber que os sujeitos/grupos de sujeitos carregam em si um passado incorporado que faz essas experiências serem particulares; 3 - o contexto da intervenção; 4 - o engajamento do profissional na articulação intersectorial dentro do território) que procuram articular as práticas corporais com as tecnologias que o profissional de educação física mobiliza em suas atuações. Tais dimensões possibilitariam um trabalho mais integrado destes profissionais dentro da lógica que sustenta o SUS.

A busca por linhas de fuga na produção do conhecimento sobre as práticas corporais e os cuidados em saúde é uma premissa lançada por Conrado Federeci no texto “Práticas corporais, alegria e saúde”. O autor, a partir do diálogo com o conceito de afeto de alegria de Spinoza, traz argumentos sobre a importância da arte, do jogo e do brincar como possibilidades a serem exploradas no cotidiano do SUS. Esses elementos fortaleceriam as qualidades do encontro entre as pessoas através de diferentes linguagens e formas de educação do corpo. A aposta do autor está na potência gerada pelos encontros e pelas relações na realização de tais práticas. Nesta trilha, Federeci descreve algumas atividades desenvolvidas no ensino superior e em projetos de extensão que ilustram e materializam os argumentos tecidos ao longo do texto. Assim, o autor, com o auxílio do vocabulário spinozano, mostra como a indagação sobre “o que pode o corpo” impulsiona modos de fazer a serem experienciados. Ao final, são lançadas indagações que provocam o leitor a pensar formas de ruptura vinculadas a determinadas políticas uniformizantes no SUS e que reforçam o desafio de uma “arte para a vida”.

Michael Atkinson no texto “O empírico contra-ataca: fazendo etnografia realista” explora um modo tradicional de etnografia conhecido como Etnografia Realista para tratar de pesquisas no campo do esporte e da cultura física. O capítulo discute diferentes abordagens para a etnografia, mas, principalmente, aborda um trabalho de campo conduzido pelo próprio autor sobre a prática da *Ashtanga Yoga* no Canadá. O autor discute como os dados são produzidos no que ele chama de *Realist Etnography*, um modo de fazer etnografia no qual os pesquisadores se inserem por um longo tempo (às vezes mais de um ano) na comunidade a ser pesquisada e buscam estudar um determinado fenômeno cultural a partir da triangulação entre as observações extraídas durante o período de imersão, as respostas às entrevistas com sujeitos-chave e a análise dos artefatos prospectados como relevantes, o que configura um tipo de pesquisa que se confunde com um modo muito peculiar de levar a vida. O texto aponta que o método etnográfico realista não é insustentável hoje em dia, como alguns autores sugerem, mas sim um modo viável e estimulante de produção de conhecimento que pode muito bem ser aplicado no campo da educação física e dos esportes.

“A atividade de pesquisa: formando o ‘corpo-pesquisador’ nas estrias da cartografia” é o título do texto de Maria Elizabeth Barros de Barros em parceria com Janaína Madeira Brito e Renata Junger. As autoras discutem a formação do cartógrafo em um processo de co-engendramento entre o pesquisador e o campo de pesquisa, ressaltando as experiências dele advindas. Barros, Brito e Junger enfatizam a dimensão da atividade na pesquisa cartográfica visto que, nesse processo, a problematização é assumida como uma prática-exercício formativo permanente. Dialogando com essas premissas, são realizadas analogias com o corpo-pesquisador a

partir da imagem de um bailarino (corpo-bailarino) em seu processo de aprendizagem, experiência e atuação em situações contingentes, imprevisíveis. Nesta perspectiva, as autoras apontam que a pesquisa cartográfica acompanha as multiplicidades do campo de pesquisa, “lançando o corpo-pesquisador a traçar algum caminho, meio ao não saber”. Aí está, no argumento construído, a possibilidade da potência criadora do pensamento. A imprevisibilidade também é o mote para outra analogia: a do corpo-acrobata. Nas reflexões construídas com essa imagem, as autoras destacam os elementos formativos que ocorrem com o pesquisador-acrobata em suas atividades de pesquisa, pois o corpo se entrelaça nesses processos de intervenção da cartografia. Ao final, como uma espécie de síntese desses processos de formação-subjetivação, Barros, Brito e Junger trazem à cena o “corpo-si-história do bailarino-cartógrafo”.

Esperamos que este segundo livro possa, assim como o primeiro livro, suscitar debates sobre as perspectivas aqui apresentadas e, conseqüentemente, colaborar com as discussões e produções nos campos acadêmicos em que essa temática transita. Desejamos, também, que as variadas questões tratadas nos textos que compõem o livro e, especialmente, o tema das práticas corporais, potencialize os diferentes espaços de intervenção e formação no campo da saúde.

Referências

CECCIM, R. B.; BILIBIO, L. F. Singularidades da educação física na saúde: desafios à educação de seus profissionais e ao matriciamento interprofissional. In: FRAGA, A. B.; WACHS, F. (Org.). **Educação física e saúde coletiva**: políticas de formação e perspectivas de intervenção. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 47-62.

FRAGA, A. B.; CARVALHO, Y. M.; GOMES, I. M. As práticas corporais no campo da saúde. In: FRAGA, A. B.; CARVALHO, Y. M.; GOMES, I. M. (Org.). **As práticas corporais no campo da saúde**. São Paulo: Hucitec, 2013. p. 11-21.

MERHY, E. E. **Saúde**: a cartografia do trabalho vivo. São Paulo: Hucitec, 2002.

ROSE, N. **A política da própria vida** - biomedicina, poder e subjetividade no século XXI. São Paulo: Paulus, 2013.

A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ E OS 25 ANOS DO SISTEMA UNICO DE SAÚDE¹

Jairnilson Paim

“A crítica arrancou as flores imaginárias que enfeitavam as cadeias, não para que o homem use as cadeias sem qualquer fantasia ou consolação, mas para que se liberte das cadeias e apanhe a flor viva” (Karl Marx, 2005).

Introdução

Cinco de outubro de 2013 é uma data em que a sociedade brasileira celebra 25 anos da Constituição Cidadã, renovando o compromisso e a esperança de transformar cada brasileiro em sujeito de direitos.

A Constituição Federal de 1988 incorporou uma concepção de seguridade social como expressão dos direitos sociais inerentes à cidadania, integrando saúde, previdência e assistência. Assimilando proposições formuladas pelo movimento da Reforma Sanitária Brasileira reconheceu o

¹ Este texto foi originalmente publicado na Revista Cadernos de Saúde Pública. PAIM, Jairnilson Silva. A Constituição Cidadã e os 25 anos do Sistema Único de Saúde (SUS). Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 29, n. 10, Out. 2013.

direito à saúde e o dever do Estado, mediante a garantia de um conjunto de políticas econômicas e sociais, incluindo a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), universal, público, participativo, descentralizado e integral.

Atualmente, talvez não caiba discutir os avanços e retrocessos ocorridos na constituinte, nem os limites do texto aprovado. Ao contrário, cumpre ressaltar que a conquista da democracia, depois de 21 anos de ditadura militar, custou vidas, sofrimentos, energias e lutas do povo. Em toda a história da República é a primeira vez que os brasileiros podem comemorar um período tão longo de vigência de um texto constitucional.

Nessa perspectiva, o presente capítulo apresenta os seguintes objetivos: (a) resenhar o desenvolvimento das políticas sociais, especialmente na conjuntura pós-constituinte; (b) discutir a evolução de projetos políticos emergentes na transição democrática; (c) analisar problemas e desafios para a sustentabilidade do SUS.

Saúde e proteção social: delimitando as origens

A análise empreendida parte do pressuposto de que as políticas de saúde integram as políticas sociais, do mesmo modo que o sistema de saúde é um dos componentes dos sistemas de proteção social. Apoia-se em estudos sobre políticas públicas, privilegiando a sua gênese. (PINELL, 2010)

Eis por que, sem dúvida, não há instrumento de ruptura mais poderoso do que a reconstrução da gênese: ao fazer com que ressurgam os conflitos e os confrontos dos primeiros momentos e, concomitantemente, os possíveis excluídos, ela atualiza

a possibilidade de que houvesse sido (e de que seja) de outro modo e, por meio dessa utopia prática, recoloca a questão do possível que se concretizou entre todos os outros. (BOURDIEU, 1997, p. 98)

As políticas sociais podem ser analisadas a partir da emergência do capitalismo, quando a questão da pobreza ultrapassa as intervenções resultantes da caridade das famílias e das paróquias e invade as cidades com hordas de famintos, miseráveis, desocupados e delinquentes, durante a transição do feudalismo para o capitalismo, no início do Século XVI. Assim, as primeiras intervenções do Estado aparecem nesse contexto tomando como objeto as carências, sob a forma de assistência social. Diante das proporções da mendicância, a responsabilidade local passou a ser definida pelas Poor Laws, unificadas pela rainha Elizabeth em 1601. (MAURIEL, 2011) Essa política foi consolidada com a nova Lei dos Pobres na Inglaterra (1834), incidindo sobre a situação sanitária. (DONNANGELO, 1976)

Com o desenvolvimento do capitalismo industrial e o aparecimento da classe operária, a “questão social” ultrapassa a problemática da pobreza e vai manifestar-se enquanto luta de classes. Apresentava-se como expressão das relações sociais capitalistas, especialmente das contradições da infraestrutura econômica e dos seus desdobramentos na superestrutura políticoideológica. Indicava um campo de disputas em função das desigualdades entre as classes sociais, implicando lutas pelo uso de bens e serviços, reconhecidos como direitos no âmbito da cidadania. (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004) A criação do seguro social na Alemanha ilustra, assim, uma nova forma de intervenção do Estado a partir da dinâmica das classes sociais e dos processos de industrialização e urbanização.

No Século XX, diante da Revolução Bolchevique,

da crise de 1929, das demandas da classe operária e dos sofrimentos decorrentes da Segunda Guerra Mundial, aparece na Europa uma proposta de intervenção do Estado com base na noção de direitos sociais. Os trinta anos de ouro do capitalismo possibilitaram a expansão do Welfare State e o desenvolvimento de modernos sistemas de proteção social. No entanto, a hegemonia conquistada pelos Estados Unidos reorientou a forma de abordar a “questão social”, restaurando o foco na pobreza. (MAURIEL, 2011)

Até os anos 50, a internacionalização do alívio à pobreza não era ponto de pauta do Banco Mundial (BM). Posteriormente, modelos econométricos foram desenvolvidos com o apoio do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, enquanto o ativismo político dos movimentos sociais defendia os direitos civis. Esse período da Guerra Fria é crucial para o entendimento de como se expande o padrão americano de política social liberal enquanto componente de política externa e da ordem econômica mundial instalada, sob sua hegemonia. No bojo dessas políticas cresceu o debate sobre necessidades básicas, cotas e igualdade de oportunidades, enquanto a “questão social” entrava na agenda do BM, relacionando pobreza e fome, além do apoio à reforma agrária. Foram difundidas diversas noções como capital humano, ação comunitária, participação da comunidade, planejamento participativo, empowerment, entre outras. Contar os pobres e delimitar a linha de pobreza tornou-se prioridade, crescendo as pesquisas que produziam evidências estatísticas sobre os efeitos das medidas adotadas para o seu controle. Esse enfoque, baseado em construção de modelos, teste de hipóteses e análises estatísticas tendo o indivíduo como unidade de análise, foi difundido por intermédio de organizações internacionais, especialmente o BM e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. (MAURIEL, 2011) Portanto, a temática da pobreza foi

privilegiada, seja para responder às lutas pelos direitos civis dos negros americanos, seja para justificar a política da Aliança para o Progresso, junto aos países da América Latina, especialmente depois da Revolução Cubana.

Com o neoliberalismo e as mudanças políticas e econômicas, a “questão social” passa a ser foco de controle internacional, condicionando prioridades no que tange aos direitos do trabalho, combate à pobreza e aos sistemas públicos de proteção social, inclusive saúde, assistência, previdência, programas de emprego e subsídios. Ao se deslocarem as negociações internacionais dos produtos para as políticas públicas, elas se tornam mais complexas. Assim, toda uma terminologia foi gerada pela hegemonia americana na gestão da pobreza, como capital social, coesão social, manejo de riscos, tecnologia social, implicando a reformulação da concepção de direitos universais da cidadania. Essa abordagem é apresentada como “científica”, capaz de evidenciar a melhor maneira de compatibilizar alguns direitos com sustentabilidade financeira. (VIANNA, 2011)

A questão social no Brasil e os projetos políticos na transição democrática

Após as lutas do abolicionismo, a “questão social” emerge com a industrialização e urbanização. A resposta do Estado se faz, preliminarmente, via aparelhos repressivos tratando-a como “caso de polícia” e reprimindo, com violência, as greves operárias. O mesmo Eloy Chaves, responsável em 1922 pela repressão desses movimentos em São Paulo, elege-se deputado e propõe a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), representando uma

opção bismarkiana de seguro social, visando ao alívio de tensões sociais pela via político-ideológica. (DONNANGELO, 1975)

A partir do Golpe de 1930, expande-se a Previdência Social diferenciada por categorias de trabalhadores urbanos. Enquanto o ditador Getúlio Vargas implantava os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) para aqueles vinculados ao mercado formal de trabalho, criava-se a Legião Brasileira de Assistência para os excluídos do mercado e da previdência. Assim, o Welfare State não chegou ao Brasil, que adotou a versão acanhada de “Estado desenvolvimentista”. (FIORI, 1995) No retorno à democracia em 1945, manteve-se o padrão previdenciário para os trabalhadores e a assistência social para os pobres.

Após a ditadura de 1964, as políticas sociais apresentaram um caráter regressivo no financiamento do gasto social, centralização do processo decisório, privatização do espaço público, fragmentação institucional e reduzido impacto na distribuição da renda. (FAGNANI, 2005) Em pleno “milagre econômico” foi “redescoberta” a pobreza diante do agravamento da “questão social”, possibilitando que as políticas sociais expandissem na conjuntura pós-1974. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), o Conselho de Desenvolvimento Social (CDS) e o Fundo de Apoio Social (FAS/CEF) eram justificados como “abertura social”, precursora da “abertura política”. Entretanto, depois da vitória do partido de oposição em novembro de 1974 ressurgem movimentos sociais e populares, o novo sindicalismo e, na década seguinte, o movimento das Diretas Já. (MAUÉS; ABRAMO, 2006)

Com o fortalecimento do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), os estrategistas da ditadura acionaram um casuismo para extinguir o bipartidarismo que eles mesmos inventaram, estimulando a criação de novos partidos, como

o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Nessa conjuntura teve início o movimento sanitário, defendendo a democratização da saúde, sendo criados o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES) e a Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO), e formulada a proposta do SUS. (CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE, 1980) Nessa transição democrática podem ser identificados dois projetos alternativos: o Esperança e Mudança e o Democrático Popular.

O primeiro foi formulado pelo PMDB e outras forças oposicionistas, inclusive partidos comunistas postos na ilegalidade, mas abrigados na legenda desde o MDB. Foi gestado mediante encontros e seminários que traziam contribuições de economistas, intelectuais e políticos. Tratava-se de um projeto de reforma de cunho nacional, democrático, desenvolvimentista e redistributivo, voltado para o estabelecimento de um Estado Social, universal e equânime. Incluía uma agenda política, econômica e social de mudanças, estruturada em quatro eixos: (1) redistribuição de renda como objetivo das políticas públicas e de reforma social; (2) políticas sociais básicas; (3) políticas de reordenamento do espaço e do meio ambiente; (4) emprego, como síntese da política social. A reforma tributária era considerada indispensável para reverter a regressividade do financiamento do gasto social, valorizava-se o controle social e encampava-se parte das propostas do movimento sanitário na direção do SUS público, universal e com gestão descentralizada. Concedia destaque especial para a valorização dos recursos humanos, vigilância sanitária, política científico-tecnológica, produção de vacinas, medicamentos e equipamentos, além da saúde ocupacional. Essa agenda foi construída sob a liderança de forças socialistas e democráticas, possibilitando que as diretrizes políticas, econômicas e sociais fundamentassem

os segmentos progressistas nas lutas pela redemocratização até a constituinte. (FAGNANI, 2005)

O segundo projeto foi tecido na construção do PT, articulado aos movimentos sociais, sindicatos e comunidades eclesiais de base, indicando transformações sociais com vistas ao socialismo. Embora sem sistematização de diretrizes, algumas ideias-força foram explicitadas em documentos, bem como nas posições públicas de suas lideranças. Na fundação, afirma-se que o PT nasce das lutas sociais, articulando os interesses dos trabalhadores e dos demais setores explorados pelo capitalismo:

O PT lutará por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade em todos os níveis [...]. Por isso, o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social. O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores. (MANIFESTO APROVADO NA REUNIÃO DO COLÉGIO SION, 2006, p. 382-3)

Ainda que parte dos signatários carregasse uma história de lutas vinculadas ao socialismo, evitou-se utilizar tal palavra nos documentos. No entanto, no discurso de dirigentes e militantes durante a 1ª Conferência do Partido dos Trabalhadores essa expressão voltou a aparecer, servindo como referência para o projeto *Democrático Popular* divulgado nas eleições presidenciais de 1989, por meio da Frente Brasil Popular, composta pelo PT, pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) e pelo Partido

Socialista Brasileiro (PSB), com o lema *Sem Medo de Ser Feliz*. (COELHO, 2005) Esse projeto foi gestado baseando-se num conjunto de seminários com a participação de militantes e intelectuais, contemplando temas de política, economia e políticas sociais. (WEFFORT, 1989) Documentos debatidos naquela oportunidade enfatizavam a retomada do crescimento econômico, a distribuição de renda e a redução das desigualdades. Defendiam uma política de rendas instrumentalizada de forma direta, mediante a elevação do salário mínimo real, e indireta, reformulando políticas sociais de educação, saúde, transporte, saneamento, habitação, entre outras. (DECCA; MATTOSO, 1989) Sem entrar no mérito das disputas internas entre as tendências que constituíram o PT, podem ser constatados desdobramentos desse projeto nos programas apresentados nas eleições seguintes. Propostas como constituição de um mercado de consumo de massa, crescimento econômico com estabilidade, reforma do Estado, reformas previdenciária e tributária e políticas sociais compensatórias passam a integrar o discurso do PT, redefinindo o projeto original. Assim, a crítica ao capitalismo deixava de ter lugar “num projeto político que se compromete em administrar o capitalismo melhor que os capitalistas.” (COELHO, 2005, p. 235)

Esses dois projetos foram derrotados eleitoralmente em 1989 na primeira eleição direta para Presidente da República após 21 anos de ditadura. Os partidos que defendiam a Reforma Sanitária Brasileira e o SUS apoiaram Luiz Inácio Lula da Silva e o PT no segundo turno, contra o candidato representante dos liberais, conservadores e remanescentes do autoritarismo.

A redemocratização, a contrarreforma neoliberal e o SUS

A redemocratização iniciada em 1985 foi marcada por tensões entre propostas assistencialistas e universalizantes que disputavam uma resposta do Estado à dívida social acumulada durante o autoritarismo. Ainda em 1986, foi criado o Grupo de Trabalho de Reformulação da Previdência Social, que propunha a superação da concepção de seguro social para a da Seguridade Social, sob a lógica da solidariedade do Estado de bem-estar social, na qual o “o direito coletivo da cidadania prevaleceria sobre o direito individual associado à contribuição.” (FAGNANI, 2005, p. 162) Recomendava, também, o aumento da cobertura da Renda Mensal Vitalícia criada durante a ditadura, equivalente ao atual Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Entretanto, os setores progressistas perderam espaço no Governo José Sarney e forças que apoiaram o regime militar retornaram ao poder. No caso da Reforma Sanitária Brasileira, o retrocesso materializou-se na demissão do presidente do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) em 1988 e no desmonte da estratégia Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS). O novo Ministro da Previdência e Assistência Social cumpre uma missão junto ao Ministro Antônio Carlos Magalhães no sentido de sustar a Reforma Sanitária na Bahia, considerada uma das experiências mais avançadas do período. (FAGNANI, 2005; DECCA, MATTOSO, 1989) Nessa mesma época foi implantado o Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes, considerado emblemático, não só pelo uso clientelista de uma política social focalizada, mas, sobretudo, por sinalizar uma inflexão nas políticas universais.

A disputa com as forças conservadoras reunidas no chamado “centrão” foi intensificada na constituinte, embora a aprovação do capítulo da Seguridade Social sugerisse uma vitória momentânea daqueles que defendiam políticas universais, com destaque para a saúde. Com a nova Constituição a assistência social deixou de ser filantropia estatal, alcançando o estatuto de direito, embora para a cúpula governista os novos direitos sociais eram considerados inimigos da governabilidade. O próprio presidente advertia que artigos do texto constitucional desencorajariam a produção, afastariam capitais e, sendo adversos à iniciativa privada, terminariam por induzir ao ócio e à improdutividade. Desse modo, foram montadas operações pela área econômica, urdidas na Secretaria de Planejamento da Presidência da República e no Ministério da Fazenda, a partir de negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) no final de 1987, transferindo a gestão do financiamento da Previdência para a Fazenda e dificultando o atendimento dos novos direitos sociais. Esses dirigentes, utilizando argumentos supostamente técnicos de “burocratas domesticados”, desviavam os recursos destinados aos programas sociais para cobrirem o déficit público, além de impedirem as transferências de recursos fiscais para a Previdência Social. Ou seja, a União, além de não honrar a sua parte na manutenção da previdência, desviava outra para a ciranda financeira no pagamento da dívida pública. (FAGNANI, 2005)

No período de 1990-2002, foi desenvolvida uma contrarreforma liberal com o desmonte da Seguridade Social e implantado ajuste macroeconômico, por intermédio do Plano Real e da Reforma do Estado:

Os princípios que orientam o paradigma neoliberal na questão social eram absolutamente antagônicos aos da Carta de

1988: o Estado de Bem-Estar Social é substituído pelo ‘estado Mínimo’; a seguridade social, pelo seguro social; a universalização, pela focalização; a prestação estatal direta dos serviços sociais, pelo ‘Estado Regulador’ e pela privatização; e os direitos trabalhistas, pela desregulamentação e flexibilização. Em suma, a ‘Constituição Cidadã’, tão bem alcunhada por Ulysses Guimarães se transformou em ‘Constituição vilã’, aos olhos dos reformadores liberais e da elite. (FAGNANI, 2005, p. 390)

O orçamento da Seguridade Social não foi adotado e suas fontes de recursos foram desviadas para financiar a economia. Caso não houvesse a captura de recursos para o pagamento da dívida da União por meio da Desvinculação de Receitas da União (DRU), o orçamento da Seguridade Social seria superavitário 10. Sendo tais recursos fundamentais para a viabilização das políticas universais como o SUS, identificam-se nessas intervenções determinantes econômicos (subfinanciamento), políticos (contrarreforma liberal) e ideológicos (alívio da pobreza) do redirecionamento das políticas sociais.

As fontes de financiamento da Seguridade Social foram capturadas pela área econômica dos diferentes governos e a “questão social” passou a ser conduzida pelos “programas emergenciais” e de transferência, condicionados à renda, que se tornaram permanentes. Essa opção liberal e conservadora, preconizada por instituições internacionais de fomento, tem sido defendida por especialistas e por governos considerados de esquerda.

Novas “crises” da previdência foram fabricadas para justificarem as reformas nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), Lula e Dilma Rousseff, tendo o suposto déficit como pretexto. De acordo com os tecnoburocratas, os recursos da União deveriam reforçar

o capitalismo, desonerando o capital, prevalecendo uma regra pétrea entre os economistas do poder segundo a qual o gasto social não deve pressionar o orçamento fiscal 10. Mas quando ressurgiu a crise, como nos mandatos de FHC e de Lula, os recursos da União foram usados para socorrer a economia. Desse modo, R\$ 180 bilhões do Tesouro Nacional foram direcionados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para enfrentar a crise de 2008. (TAUTZ et al., 2010)

Contudo, para uns o Brasil mudou para melhor (SADER; GARCIA, 2010), apesar das continuidades (MACHADO; BAPTISTA; LIMA, 2012), adotando políticas públicas que resultaram em crescimento com distribuição de renda (BARBOSA; SOUZA, 2010) e participação social (DULCI, 2010). Outros apontam certa mobilidade na base da estrutura social, com reforço do contingente de trabalhadores (POCHMANN, 2012), e um realinhamento político-eleitoral traduzido pelo “lulismo”, mediante um “reformismo fraco” no qual burgueses e proletários são substituídos por ricos e pobres no discurso político. (SINGER, 2012) Já a crítica interpreta de outro modo as mudanças operadas:

Essa é a base do ‘novo consenso’, do ‘crescimento com distribuição’ na era do capital financeiro, que levou à incorporação marginal de parcelas da população de menor renda ao consumo, tendo como contrapartida a desmobilização política dos movimentos sociais e dos sindicatos, a tutela direta do Estado sobre a parte da população mais pobre, a despolitização da política, a desqualificação ainda maior dos partidos, e como resultado disso tudo o surgimento, desenvolvimento e consolidação do ‘lulismo’. (FILGUEIRAS et al., 2010, p. 64)

Em síntese, traduzindo a ideologia neoliberal para as políticas estatais, o Governo Fernando Collor intensificou a abertura da economia e, após o impeachment, o Governo Itamar Franco optou por um ajuste macroeconômico. Elegendo o Presidente da República em 1994 o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em aliança com o Partido da Frente Liberal (PFL), PMDB e outras legendas, distancia-se do projeto Esperança e Mudança, bem como da social-democracia, desenvolvendo uma agenda neoliberal. Conquistando a presidência a partir de 2002 o PT, com o apoio de partidos de esquerda, PMDB e pequenos partidos, deu continuidade às políticas do Governo FHC num sentido diverso do projeto Democrático Popular original, aproximando-se do liberalismo social. Esses dois projetos que emergiram na transição democrática não foram derrotados apenas em 1989. Mesmo quando tiveram a oportunidade histórica de chegar ao governo da República foram transfigurados pelos gestores do capital, bem como pelo transformismo dos sujeitos políticos.

Ainda assim, todos esses governos prestaram alguma contribuição ao SUS: Sarney implantou o SUDS; Collor sancionou as Leis Orgânicas da Saúde; Itamar criou o Programa Saúde da Família (PSF), extinguiu o INAMPS e avançou a descentralização; FHC ampliou o PSF, implantou a política dos medicamentos genéricos e organizou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); Lula montou o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e implementou as políticas de saúde mental e bucal (PAIM et al., 2011); Dilma regulamentou a Lei no 8080/90 e aprovou a Lei Complementar 141. (SANTOS, 2012) Nenhum deles, porém, incorporou a Reforma Sanitária Brasileira como projeto de governo, nem demonstrou um compromisso efetivo com o SUS nos termos estabelecidos pela Constituição de 1988.

Políticas sociais, Reforma Sanitária Brasileira e o SUS

A retórica sobre a pobreza vem desde o Governo Sarney (ABRANCHES; SANTOS; COIMBRA, 1989), mas o predomínio das políticas focalizadas começa em 1990 com o discurso dos “descamisados”, e adquire força na criação do Fundo de Combate à Pobreza. Essa proposta foi apresentada no Instituto de Cidadania, com o apoio de Lula, e viabilizada em 2000 com recursos da Contribuição Provisória de Movimentação Financeira (CPMF). Com esse fundo foi efetivada a incorporação da transferência condicionada de renda na agenda do Governo FHC.

É importante ressaltar que a contra-reforma liberal encontrou um grande aliado no Partido dos Trabalhadores, o senador Eduardo Suplicy [...]. Dentre as iniciativas dessa cruzada, destacam-se o PLS 66/99 que institui a ‘Linha Oficial de Pobreza’ e o que institui o ‘Fundo Brasil Cidadania’ (PLS 82/99), base para o Fundo de Combate à Pobreza por iniciativa de ACM [...], espelhando a coerência do senador baiano com seu passado conservador. A cruzada vitoriosa do senador do PT consumou-se a partir de 2003 no âmbito do governo Luiz Inácio Lula da Silva. (FAGNANI, 2005, p. 540)

A política social no Brasil ficou reduzida ao assistencialismo das políticas focalizadas (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004; SOARES, 1999) e no período 2003-2012 consolidou o processo de americanização na reconversão da “questão social”. A agenda governamental foi concentrada nas políticas de redução da pobreza, tendo o Bolsa Família como carro-chefe, reiterando a opção neoliberal do período anterior:

A opção neoliberal rasgou a Constituição da República, enterrou a Seguridade Social e o Orçamento da Seguridade Social, esterilizando suas fontes de recursos na 'gestão' da dívida pública. A lição de casa foi feita de forma exemplar, sob o aplauso dos financistas, ampliando o ajuste fiscal e as possibilidades de seguir avante no pagamento de juros aos rentistas, dando sequência ao mais extraordinário programa de transferência de renda para os endinheirados de que se tem notícia na história do Brasil. (FAGNANI, 2005, p. 461)

O Bolsa Família passou de 3 milhões em 2003 para 12,3 milhões de famílias em dezembro de 2009, acompanhado da queda do coeficiente de Gini de 0,580 para 0,538 20. Os gastos com o BPC, Bolsa Família, saúde pública, previdência social e na educação pública são apontados como responsáveis pela redução do Gini em 2,3%, 2,2%, 1,5%, 1,2% e 1,1%, respectivamente. (VIANA; SILVA, 2012) Ainda assim, o Brasil é atualmente o 4º país mais desigual da América Latina. O Gini melhorou, mas não consegue revelar a desigualdade de rendimento entre o capital e o trabalho. Em 2011 o Governo Federal destinou 5,72% do Produto Interno Bruto (PIB) para o pagamento dos juros e 0,4% para o Bolsa Família (13.330.714 famílias cadastradas). Para os ricos uma "doação" (MANIFESTO APROVADO NA REUNIÃO DO COLÉGIO SION, 2006) 13 vezes maior. (ROSSI, 2012)

Desenvolveu-se no país certa unanimidade na ideia de que política social é para pobres, paralelamente ao desmonte institucional, orçamentário e conceitual da Seguridade Social. O "neo-assistencialismo" e o glamour dos pobres são reificados pelo "mundo apartheizado do banco popular, da agricultura familiar, dos eletrodomésticos e da economia solidária." (VIANNA, 2009, p. 77) Mas na realidade a transferência de renda com condicionalidade cumpre

o receituário liberal do BM, ainda que seja eticamente discutível diante da dignidade da pessoa humana e "frente a um direito anterior que é a garantia à vida, portanto à subsistência dessas famílias." (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004, p. 210)

Na série sobre saúde no Brasil do The Lancet (VICTORA et al., 2011) foram apontadas inúmeras conquistas do SUS, sobretudo na ampliação do acesso aos serviços de saúde, com repercussões positivas no perfil epidemiológico. No entanto, inovações institucionais, descentralização, participação social, consciência do direito à saúde, formação de trabalhadores e tecnologias convivem, contraditoriamente, com o crescimento do setor privado, segmentação do mercado e comprometimento da equidade nos serviços e nas condições de saúde. Entre os obstáculos destacaram-se a diminuição do financiamento federal, as restrições de investimento em infraestrutura e a gestão do trabalho. (PAIM et al., 2011)

Há uma dívida histórica com os trabalhadores que construíram o SUS, submetidos à precarização do trabalho e a terceirizações, sendo adiada a efetivação de planos de carreiras, cargos e salários. Portanto, ainda há muito que fazer para tornar o SUS universal e público, bem como para assegurar padrões elevados de qualidade. Seus maiores desafios são políticos, pois supõem a garantia do financiamento do subsistema público, a redefinição da articulação público-privada e a redução das desigualdades de renda, poder e saúde.

No mesmo ano em que esses estudos eram publicados, dois poderes da República rejeitaram a proposta de comprometimento de pelo menos 10% do orçamento da União para a saúde. Adiou-se, mais uma vez, o fortalecimento do SUS, sugerindo que pode até haver ministros sanitaristas, mas sem recursos para operá-lo.

(BAHIA, 2010) Desse modo, o subfinanciamento público, a persistência de desigualdades na oferta e a articulação público-privada prejudicial ao SUS impedem o cumprimento do que está estabelecido na Constituição, nas leis ordinárias, decretos e demais documentos.

Costa, Bahia, Scheffer (2013) analisam posições ambíguas do governo Dilma em relação à articulação público-privada e denunciam ameaças contra o SUS decorrentes de pressões dos que apostam na privatização, tanto nos setores à direita quanto à esquerda do espectro político. Alertam que mais subsídios e desonerações fiscais para a expansão do mercado de assistência médica suplementar deparam com um acúmulo de experiências negativas de consumidores iludidos de que o mercado seria capaz de atender suas necessidades. Portanto, não se vislumbra um cenário otimista para a sustentabilidade do SUS. (PAIM, 2012) Mesmo conseguindo-se mais recursos, outras lutas serão necessárias para evitar o modelo americano e não permanecer refém da indústria de equipamentos e de medicamentos, dos hospitais privados e do corporativismo de profissionais. (OCKÉ-REIS, 2012)

Talvez a sociedade brasileira tenha aprendido nesses 25 anos que não basta dispor de uma Constituição e de uma legislação para as mudanças ocorrerem. Observa que na democracia representativa adotada pelo Brasil os governantes, na maioria das vezes, não seguem os programas dos partidos muito menos aquilo que apresentam durante as campanhas. Além disso, certas lideranças e partidos que defendiam a Reforma Sanitária Brasileira e o SUS fortaleceram as fileiras dos que apostam na privatização, reproduzindo o transformismo na saúde. Novos esforços são necessários para revitalizar a sociedade civil, na qual tem origem a Reforma Sanitária Brasileira e o SUS, tentando desequilibrar o binômio da “conservação-mudança” contra a inércia da conservação. (PAIM, 2008)

Comentários finais

Na América Latina a privatização dos sistemas de saúde não se mostrou efetiva, gerando pouco aumento de cobertura. Parte dos países adotou copagamento, com barreira de acesso e custos administrativos, e no caso colombiano, tão festejado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e BM, o sistema beira a insolvência: os gastos de saúde quase triplicaram sem universalidade de acesso, integralidade e melhoria nos indicadores de saúde. (BORGES et al., 2012)

No Brasil, verifica-se uma redução da contribuição do governo federal nos gastos com o SUS. Em 2008, a participação da saúde na receita da Seguridade Social decresceu para 14,5%, inferior àquela verificada antes do SUS, igual a 18% no início da década de 80 e 30% em 1988. (NORONHA; SANTOS; PEREIRA, 2011) Portanto, pensar os 25 anos do SUS à luz das políticas públicas e da Reforma Sanitária Brasileira, supõe olhar o Brasil para além das aparências midiáticas e do discurso oficial. Em dezembro de 2011 a dívida pública ultrapassava R\$ 3 trilhões, maior que o dobro do orçamento federal daquele ano. A dívida externa que muitos imaginavam ter sido paga estava em US\$ 402,3 bilhões e a interna correspondia a R\$ 2,536 trilhões. (<http://www.jubileusul.org.br>)

Portanto, grandes desafios continuam postos para a Reforma Sanitária Brasileira e a consolidação do SUS, enquanto sistema de saúde público, universal, igualitário, integral e de qualidade. Novas questões, conceitos, hipóteses explicativas e pesquisas são necessários para decifrar os aparentes paradoxos dos governos Lula-Dilma na saúde. Uma hegemonia às avessas (OLIVEIRA; BRAGA; RIZEK, 2010) parece ser construída pelas forças que defendem o SUS, pois na aparência constata-se uma direção cultural e moral, quando integrantes do movimento

sanitário chegam a ocupar posições de governo, a ponto de um ex-presidente do CEBES tornar-se ministro da saúde, mas na essência prevalecem os interesses do capital, assegurados por seus representantes dentro e fora do setor. (PAIM, 2011) Do mesmo modo, a forma pela qual as classes dominantes têm atuado em relação ao Estado e às classes subalternas no Brasil (VIANNA, 1998), favorecendo o transformismo e a revolução passiva (GRAMSCI, 2002), explica as características do processo da Reforma Sanitária Brasileira e da implementação do SUS (PAIM, 2008). Diante desse quadro, quais projetos se esboçam? De um lado, “a nova agenda social” (BACHA, SCHWARTZMAN, 2011), que propõe a reatualização e intensificação das reformas da “era FHC”. (LAMOUNIER; FIGUEIREDO, 2002) De outro, o “neodesenvolvimentismo”, explicitado nas prospecções para o Brasil em 2030. (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2012)

Resta às forças progressistas da sociedade civil apostar nos portadores da antítese (PAIM, 2008; VIANNA, 1998; VIANNA, 2004) que tendem a emergir dos movimentos sociais, identificando distintos antagonismos na sociedade contemporânea. (LACLAU; MOUFFE, 2010) Uma atenção especial para a pluralidade de vozes numa sociedade democrática permitiria constituir sujeitos políticos individuais e coletivos que questionem a subversão dos direitos sociais, as iniquidades em saúde e as relações de subordinação, desencadeando novas ações políticas.

Esperança e Mudança e Democrático Popular foram projetos possíveis, excluídos pelos filtros da revolução passiva brasileira. Ainda assim, põem em questão o possível que se concretizou (BOURDIEU, 1997), pois as forças políticas que alcançaram o poder nas últimas décadas não apresentaram um projeto para a Nação à altura daqueles que geraram a Constituição Cidadã. Trata-se agora, de reinventá-lo.

Referências

- ABRANCHES, S.H.; SANTOS, W.G.; COIMBRA, M.A. **Política social e combate à pobreza**. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.
- BACHA, E.L.; SCHWARTZMAN, S.(org) **Brasil: a nova agenda social**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- BAHIA, L. A saúde em banho-maria. In: MAGALHÃES, J.P.A. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 351-68.
- BARBOSA, N.; SOUZA, J.A.P. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, E.; GARCIA, M.A. (org). **Brasil entre o passado e o futuro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Boitempo, 2010. p. 57-110.
- BORGES, F.T. et al. **Anatomia da privatização neoliberal do Sistema Único de Saúde: o papel das Organizações Sociais de Saúde**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papius Editora, 1997.
- CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE. A questão democrática na área de saúde. **Saúde Debate**, v. 9, p. 11-13, 1980.
- COELHO, E. Uma esquerda para o capital. **Crise do Marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2005. Tese de doutorado.
- COSTA, A.M.; BAHIA, L.; SCHEFFER, M. Onde foi parar o sonho do SUS? **Le Monde Diplomatique Brasil**, n.69, p. 30-31, 2013.

DECCA, C; MATTOSO, J.E. Distribuição da renda e redução das desigualdades: política de rendas e governo democrático popular. In: WEFFORT, F. (org). **PT: um projeto para o Brasil**. São Paulo: Brasiliense, [1989?]. p. 35-57.

DONNANGELO, M.C.F. **Medicina e sociedade**: o médico e seu mercado de trabalho. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. **Saúde e sociedade**. São Paulo: Duas Cidades, 1976.

DULCI, L.S. Participação e mudança social no governo Lula. In: SADER, E.; GARCIA, M.A. (org). **Brasil entre o passado e o futuro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Boitempo, 2010. p. 133-52.

FAGNANI, E. **Política social no Brasil (1964-2002)**: entre a cidadania e a caridade. Campinas: Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2005. Tese de doutorado.

FILGUEIRAS, L. et al. Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: MAGALHÃES, J.P.A. **Os anos Lula**: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

FIORI, J.L. **Em busca do dissenso perdido**. Ensaio crítico sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight Editorial, 1995.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A saúde no Brasil em 2030**. Diretrizes para a prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2012.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LACLAU, E; MOUFFE, C. **Hegemonia y estrategia socialista**. Hacia una radicalización de la democracia. 3.ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

LAMOUNIER, B.; FIGUEIREDO, R. (org). **A era FHC, um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

MACHADO, C.V.; BAPTISTA, T.W.F.; LIMA, L.D. (org). **Políticas de saúde no Brasil**: continuidades e mudanças. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

MANIFESTO aprovado na Reunião do Colégio Sion. In: MAUÉS, F; ABRAMO, Z.W. (org). **Pela democracia, contra o arbítrio**: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. p. 381-3.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MAUÉS, F; ABRAMO, Z.W. (org). **Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

MAURIEL, A.P.O. **Capitalismo, políticas sociais e combate à pobreza**. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.

NORONHA, J.; SANTOS, I; PEREIRA, T. Relações entre o SUS e a saúde suplementar: problemas e alternativas para o futuro do sistema universal. In: Santos NR, Amarante PDC, (org). **Gestão pública e relação público-privado na saúde**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, 2011. p. 152-79.

OCKÉ-REIS, C.O. **SUS**: o desafio de ser único. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (org). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PAIM, J.S. O futuro do SUS. **Cad. Saúde Pública**, v.28, p. 612-613, 2012.

_____. **Reforma Sanitária Brasileira**: contribuição para a compreensão e crítica. Salvador: Edufba/Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

_____. **SUS**: desafios e perspectivas. Consensus. Revista do Conselho Nacional de Secretários de Saúde 2011; 1:33-6

PAIM, J.S. et al. The Brazilian health system: history, advances, and challenges. **Lancet**, n. 377, p. 1778-1798, 2011.

PINELL, P. **Análise sociológica das políticas de saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

POCHMANN, M. **Nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

ROSSI, C. Desigualdade, o fracasso da esquerda. **Folha de São Paulo**, 26 ago 2012.

SADER, E.; GARCIA, M.A. (org). **Brasil entre o passado e o futuro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Boitempo, 2010.

SANTOS, L. **SUS e a Lei Complementar 141 comentada**. Campinas: Saberes Editora, 2012.

SILVA, M.O.S.; YAZBEK, M.C.; GIOVANNI, G. **A política social brasileira no século XXI**. A prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SINGER, A.V. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia de Letras; 2012.

SOARES, L.T.R. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

TAUTZ, C. et al. O BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro: um debate necessário. In: **Os anos Lula**: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 249-86.

VIANA, M.L.A.; SILVA, H.P. Desenvolvimento e institucionalidade da política social no Brasil. In: MACHADO, C.V.; BAPTISTA, T.W.F.; LIMA, L.D. (org). **Políticas de saúde no Brasil**: continuidades e mudanças. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012. p. 31-60.

VIANNA, L.W. Caminhos e descaminhos da revolução passiva brasileira. In: AGGIO, A. (org). **Gramsci, a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1998. p. 185-201.

_____. **A revolução passiva**: iberismo e americanismo no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

VIANNA, M.L.T.W. O culpado é o mordomo? Constrangimentos outros (que não os do modelo econômico) à seguridade social. In: LOBATO, L.V.C.; FLEURY, S. (org). **Seguridade Social, Cidadania e Saúde**. Rio de Janeiro: Cebes, 2009. p. 66-83.

VIANNA, M.L.T.W. Prefácio. In: MAURIEL, A.P.O. **Capitalismo, políticas sociais e combate à pobreza**. Ijuí: Editora Unijuí, 2011. p. 11-5.

VICTORA, C.G.; LEAL, M.C.; BARRETO, M.L.; SCHMIDT, M.I.; MONTEIRO, C.A. (org). **Saúde no Brasil**: a série The Lancet, 2011. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

WEFFORT, F. (org). **PT**: um projeto para o Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989.

“A EDUCAÇÃO FÍSICA BUSCA O APERFEIÇOAMENTO DA RAÇA”: POLÍTICAS PÚBLICAS, SAÚDE, EUGENIA E EDUCAÇÃO DOS CORPOS¹

Eduardo Galak

“La educación física persigue el perfeccionamiento de la raza.” (ARGENTINA. MINISTERIO DE JUSTICIA E INSTRUCCIÓN PÚBLICA , 1924) Com essas palavras, o artigo segundo do “Proyecto de Ley Orgánica de la Educación Física Nacional”² marca uma época, inaugurando um processo

1 Esta pesquisa é resultante do Projeto de Pós-doutorado “*Cuerpo, ‘sujeto’ y ‘política’ en la educación de los cuerpos argentinos y brasileiros: eugenesia y Educación Física entre las décadas de 1920 y 1930*”, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, Brasil) e vinculado à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, Brasil). Além disso, este trabalho se enquadra no projeto *A educação dos sentidos na história: o tempo livre como possibilidade de formação (entre os anos finais do séc. XIX e os anos iniciais do séc. XXI)*, desenvolvido junto ao Núcleo de Pesquisas sobre a Educação dos Sentidos e das Sensibilidades (NUPES-UFMG), com financiamento do CNPq (auxílio à pesquisa), CAPES (auxílio à pesquisa e bolsa de pós-doutorado) e FAPEMIG (auxílio à pesquisa).

2 Uma das principais legislações da história argentina sobre a educação dos corpos, pelo que teve de significativo e por seus efeitos, foi sem dúvida o “Proyecto de Ley Orgánica de la Educación Física Nacional”, o qual evidenciou o encerramento da época inaugural do campo, que

que leva à constituição definitiva de uma interação entre a (bio)política, a saúde coletiva e a Educação Física.

Por meio da exposição de seis mecanismos - os quais compõem as seções deste capítulo -, apresentamos as mudanças epistemológicas ocorridas no início do segundo terço do século XX no que concerne à educação dos corpos.

Talvez como articulador de todos os outros mecanismos, inicialmente se coloca a incorporação de sentidos eugenistas aos fundamentos higienistas que justificaram a Educação Física desde seus primórdios, provocando uma série de reconfigurações disciplinares e, concomitantemente, manifestando uma mudança de perspectiva teórica, mesmo que não se altere a razão última para educar e movimentar-se: a ciência e os conhecimentos científicos.

Sendocausaeconsequênciadisso,areconceitualização das ideias de “corpo” e de “raça” puseram a transmissão de saberes ligados às práticas corporais ao serviço da política. Como veremos na segunda seção, isso implicou, além de um controle sobre o físico como material e *nu* (cadáver), que se estabelecesse uma biopolítica sobre o corpo das populações - *biocracia* que não abandona uma *zoépolítica* - que desfaz o tradicional lugar de “complementar” do corpo para subsumi-lo em uma nova ordem sob o imperativo da saúde.

durou mais de três décadas. Mais conhecida como “Comisión Técnica de Educación Física”, proposta em fevereiro de 1924 e sancionada em agosto desse mesmo ano, sua formação foi muito eclética, reunindo profissionais de diferentes disciplinas, desde pedagogos, médicos e higienistas até políticos e militaristas. Seus resultados, pelo contrário, não refletiram o diálogo e a diversidade, mas sim *homogeneizaram* a educação Física *dividindo-a* em “cívico-pedagógica” e “militarista” (ainda que retomemos essa distinção, pode-se aprofundá-la em Aisenstein & Scharagrodsky (2006) e em Galak (2012). Podemos assegurar que essa legislação expressa, de certa maneira, todas as mudanças epistêmicas que são analisadas neste texto.

Esse tema liga-se à terceira seção, na qual, ao analisar a ressignificação sobre o que se entende por “raça”, observamos que houve um afastamento em relação ao sentido de construção de identidade nacional com que nasceram os Estados e seus sistemas educativos, para passar a pensá-la como biológica (genética) e *enferma*, legitimando, com isso, as intervenções sobre o corpo.

No quarto subtítulo, advertimos que este processo permite o ingresso da psicologia como predadora das práticas corporais, para assim *condenar* a educação dos corpos a uma nova sujeição: além da imposta pela saúde, os discursos a partir daquele momento refletem uma sujeição também aos imperativos da *psique*.

As duas últimas partes deste texto se dedicam a pensar especificamente a disciplina Educação Física, observando as repercussões de modos políticos postos em prática nas décadas de 1920 e 1930, como o militarismo e suas formas verticais predominantes, assim como a definitiva incorporação dos esportes aos currículos escolares e, com isso, a massificação da retórica que *movimentar-se é saúde*.

Por último, convém esclarecer que, embora algumas referências aqui utilizadas abordem casos do contexto argentino, as mudanças epistemológicas analisadas não se reduzem a processos ocorridos somente na Argentina. As razões e repercussões dos fatos que expomos estão atravessados por práticas, saberes e discursos que transpassam as fronteiras. Influenciaram tais discursos postulados provenientes fundamentalmente de países europeus, como Alemanha, Itália e França, mas também, e de particular interesse para a pesquisa que delinea este estudo, do vizinho Brasil. Isto é, mesmo quando em cada beira do Atlântico ou em cada lado da fronteira deram-se processos autóctones desiguais - por exemplo, o analfabetismo e as epidemias que resultaram para os

governos brasileiros justificativas centrais em suas políticas pró-campanhas higienistas, problemáticas (supostamente) resolvidas para os governantes argentinos -, podem-se traçar laços de contiguidade nas concepções do corpo como alvo de poder, objeto de normatização e eixo de normalização.

Ser higienista é ser eugenista

Primeiramente, deve-se notar que as retóricas higienistas passam a justificar as atividades físicas com argumentos eugênicos. Ou seja, se desde o início da formação de Estados-Nação – e particularmente no princípio da construção dos principais veículos para a sua reprodução, como são os sistemas de educação e as escolas modernas –, o fundamento para exercitar os corpos se devia a razões de higiene cientificamente explicadas por fisiologistas e anatomistas (especialmente franceses, como Lagrange, Tissié, Demeny, mas também alemães, ingleses, italianos e norte-americanos, entre outros), a partir do início do século XX, mais especificamente desde meados da década de 1920, são adotados os postulados dos seguidores da “ciência de Galton”. Com esse movimento epistêmico se aceita o silogismo segundo o qual é preciso ser saudável, é absolutamente necessário movimentar-se de maneira metódica e organizada e, finalmente, temos que nos movimentar para sermos saudáveis.

Dessa maneira, ao longo da terceira década do século passado foi sendo tecida uma trama cientificista transnacional que construiu e divulgou uma doutrina de como governar e melhorar os corpos atuais e *futuros*, principalmente através de sua associação com as políticas estatais e pela aplicação de campanhas de saúde pública

no seu sentido mais amplo: não estavam isentas de normatizações disciplinares, indo desde vacinação em massa até a educação higiênica, passando por avaliações e opiniões de natureza médica, biológica e racial, pelo controle sobre a fertilidade e mortalidade, sobre a família e a sexualidade (regulamentando o casamento e pregando o patriarcado e a heterossexualidade), ou sobre as práticas sociais em geral (como o alcoolismo e a prostituição).

Dentro de tal contexto, a educação dos corpos foi um veículo importante de massificação e popularização desses sentidos, principalmente através de sua versão escolarizada: a Educação Física. Houve então uma associação entre essa disciplina e a saúde pública, (*con*)fundindo-se seus objetivos educacionais e higienistas com os terapêuticos e profiláticos, interpretando erroneamente seus profissionais como “agentes de saúde” e combinando discursos pedagógicos e didáticos com postulados médicos e psicologistas – assim, de uma forma ou de outra, todos os critérios são discutidos em termos científicos –. Essa associação se estende até o presente: daí em diante, palavras como “saúde”, “bem-estar”, “sanidade”, “vigor”, “*fitness*”, “energia”, “vitalidade”, entre outros significados e sinônimos, passaram a formar parte indissociável do glossário da educação dos corpos.

Em suma, sobreviveu na Educação Física a retórica higienista-cientificista como a principal razão para se movimentar, com a atualização de seus métodos, objetivos e alcances, consequência da incorporação dos recursos teóricos e práticos eugenistas, produto do interesse social de construir uma nova conceituação de corpos e raças.

“Cadáveres adiados”: do corpo físico individual como problemática central das populações

*Nada fica de nada. Nada somos.
Um pouco ao sol e ao ar nos atrasamos
da irrespirável treva que nos pese
da humilde terra imposta,
cadáveres adiados que procriam.
Leis feitas, estátuas vistas, odes findas
tudo tem cova sua. Se nós, carnes
a que um íntimo sol dá sangue, temos
poente, por que não elas?
Somos contos contando contos, nada.³*

Precisamente, a construção de uma nova ideia de raça e de corpo é resultado de uma mudança nas suas concepções: é o efeito da substituição da noção que estabelece que a intervenção do Estado deve dar-se sobre o físico individual dos cidadãos por outra que sustenta que a governabilidade repousa sobre os corpos das populações, dobrando-se então, definitivamente, a *bios* sobre a *zoé* – o que é um gesto tipicamente moderno –, subordinando a ética à moral, a vontade própria aos interesses comuns e a vitalidade “particular” à saúde pública.

Podemos explicar essa característica pelo fato de que, a partir de 1920, se aprofunda a concepção do corpo como objeto da ciência: normatizando-o em sua esfera pública e privada, ditou-se o que é normal para o corpo (e, portanto, o anormal), regulamentando-se biopoliticamente toda a prática corporal, individual ou coletiva, o que trouxe como consequência que o corpo adquira uma dimensão inusitada. De fato, os Estados modernos estenderam seu

³ Fernando Pessoa, “Nada fica de nada”, *Odes de Ricardo Reis*, 14 fev. 1933.

domínio sobre os corpos das populações: campanhas de saúde coletiva, educação, assistencialismo e outros pilares da política se tornaram recursos da biopolítica.

No entanto, embora o corpo seja colocado num lugar central, as doutrinas eugenistas das décadas de 1920 e 1930 e seu correlato jurídico refletem um modo político paradigmático que associa o governo dos sujeitos e dos corpos, modo político com base em uma argumentação em termos médicos, higienistas e fisiológicos que reduz os sujeitos e seus corpos a seu aspecto físico, biológico, material: que os reduz, enfim, a seu caráter *nu*. Assim, paralelamente à *biocracia*, “continuou” desenvolvendo-se a *zoépolítica* tradicional.

Bem, mesmo que estabeleçamos uma crítica a esse movimento político que situa o corpo como objeto-físico-jurídico, não devemos perder de vista que isso significou que, pela primeira vez na história pedagógica argentina, o corpo adquiriu uma importância *per se*, questão que repercutiu diretamente no Sistema Educativo estatal. Produto do legado da tríade integralista proposta por Herbert Spencer, que coloca a educação física como uma subsidiária da educação moral e da intelectual – condição universalmente adotada de maneira irrefletida pela disciplina de Educação Física escolar como forma de justificar-se no concerto pedagógico –, a transmissão de conhecimentos ligados as práticas corporais significou instruir, além de modos corretos, organizados, úteis e higiênicos de movimentar-se, formas de disciplinar os valores éticos e de proporcionar descanso necessário para a mente, todos eles amparados pela racionalidade científica. (GALAK, 2013)

De fato, é característico que, na maioria dos discursos da época, volte a aparecer a frase de Juvenal “*mens sana in corpore sano*” como uma retórica de legitimação da intervenção sobre os corpos: essa frase expressa

claramente os dois sentidos principais que envolvem o corpo na *episteme* que surge nas décadas de 1920 e 1930, como a subordinação do corpo à mente – produto da referida herança spenceriana –, mas também se incorpora a narrativa de que todo conhecimento ligado ao corpo (e, neste caso, ao intelecto) deve corresponder ao imperativo da saúde. Assim, tanto a “*mens*” como o “*corpore*” passam a depender da retórica do “*sano*”, característica da biopolítica argumentada na ciência, o que forma a base sobre a qual se edifica o que nos documentos da época aparece sob o nome de “educação física eugênica”.

Portanto, não é casual que tanto os discursos da Educação Física como os eugênicos tenham em suas raízes um ponto em comum para pensar a intervenção sobre os corpos: assim como a pedagogia escolar foi baseada no sentido integralista proposto por Spencer em seu famoso livro *Da educação intelectual, moral e física* (1861), a eugenia baseou-se na ideia de evolução desse autor, a fim de fundamentar sua doutrina, sendo o nexa a preeminência do conhecimento científico sobre toda a ordem das coisas. Na verdade, os escritos desse político e filósofo inglês foram fundamentais para que tanto o “darwinismo social” como a pedagogia moderna fundissem a ideia da evolução com a de educação, como sinônimo de progresso. Desse modo, quase um século depois de suas formulações e um espaço de meio século entre a aplicação das ideias integralistas e evolucionistas, constitui-se o pensamento spenceriano no contexto educacional, para nunca mais desconstituir-se: a partir de então, os corpos são educados para que sejam dignos da cabeça que devem sustentar, da alma que devem albergar e da psique que devem suportar, seguindo fundamentos científicos que permitam a evolução individual e (consequentemente) o progresso coletivo.

Como analogia da passagem do higienismo médico-fisiologista para a eugenia política e da passagem da

concepção do físico individual ao corpo das populações, podem-se adicionar aqui as palavras de Eugenio Zaffaroni – jurista argentino de renome internacional, membro do Supremo Tribunal Nacional desde 2003 até 2014 –, que afirma a tese de que, enquanto cidadãos jurídicos somos uma espécie de “cadáveres adiados”: apoiando-se na expressão de Fernando Pessoa, Zaffaroni (2013) entende que para o sistema punitivo somos objetos condenados a ser “sujeitos de direito”, uma espécie de mortos-vivos aguardando o julgamento (final). Sem cair em análises legalistas ou esboçar algum tipo de sentença sobre a questão criminal, o que queremos destacar é que esses movimentos epistêmicos se baseiam em complementar a ideia de conceber o indivíduo e o corpo físico como sinônimo de cadáver (material, palpável, *nu*) para começar a pensá-lo com a promessa de um futuro mais elevado, ou seja, como “cadáveres adiados que procriam” uma raça melhor.

Além disso, no âmbito da Educação Física, não foram poucos os profissionais com ela envolvidos – professores, médicos e fisiologistas – que se aproveitaram do clima da época para se apresentar como autoridades capazes de ditar as verdades sobre o corpo. Somado a estes, também jornalistas, terapeutas, dirigentes desportivos, psicólogos, entre outros, começaram a argumentar biotipologicamente e eugenicamente seus posicionamentos, com o escopo de construir “uma educação física que persiga o aperfeiçoamento da raça”.

Da identidade racial à “biologização” da raça enferma

Neste contexto, produziu-se uma importante mudança conceitual sobre a ideia de “raça”, que condiciona a partir de então a educação dos corpos: a solidariedade com os discursos eugenistas deu a entender que as populações, os sujeitos e seus corpos estão *doentes*, e que por isso é necessário um ente superior (a família, a pátria, a religião) que os cure, que os salve.

Assim, partindo do pressuposto de que a raça está enferma, a intervenção corporativa institucional *não pode ser outra* que a disposição de toda a sua potência: as campanhas de saúde pública atuando sobre o público e o privado, os médicos com o seu governo sobre a vida e a morte, os cientistas com suas técnicas científicas *mais* modernas, o sistema de punição judicial discriminando o legal do ilegal e o normal do anormal, os missionários cristãos proselitistas determinando o moral e o amoral, os psicopedagogos na escolarização e os psicólogos sociais considerando tudo, em última instância, como biológico, o auge de diversas fundações assistencialistas e protecionistas *infantilizando* a infância e reduzindo suas problemáticas a razões de herança – quer dizer, sejam genéticas ou de condição de origem, são questões do passado sobre as quais se *deve* intervir –. Esses, entre outros agentes, exerceram “microfisicamente” seu poder sobre as instituições e os cidadãos por diversos meios.

Esse processo demonstra que o entendimento do que significa “raça” passou de um conceito a ser construído para algo que é necessário intervir, que se precisa curar, salvar: em suma, a raça foi “biologizada”. Assim, pode refletir-se que a *modernização* da ideia de “raça” transformou o sentido tradicional com que se pensou no contexto do nascimento

dos Estados-Nação e dos sistemas de educação, como uma identidade para atuar em que os valores coletivos, a língua comum e os símbolos nacionais configuraram a base necessária onde foi assentada uma noção de pátria específica, com objetivos específicos.

A mudança teórica da ideia de raça está no deixar-se de vê-la como condição de origem e característica de identidade (étnica), onde o que se coloca em jogo é um problema do presente ou, quando muito, do passado imediato, para entendê-la como uma concepção diacrônica de raça como condição biológica que pretende tudo explicar, onde o passado e o presente, mas sobretudo o futuro (político), colocam-se em perspectiva. Tal concepção acoplou-se sem nenhuma mediação à educação institucionalizada, que supõe uma intervenção sobre o presente a partir da transmissão de convenções culturais do passado justificadas por ideais do futuro.

A questão temporal não é menor. Darwin havia causado uma decepção com relação ao passado, explicando o que era óbvio: se os seres humanos foram criados à imagem e semelhança de Deus, os macacos são parentes muito próximos de uma divindade, uma espécie de semideus silvano; o que é inaceitável para a retórica moralista religiosa que governa desde que *há* homens superiores a outros homens.

Mas, enquanto conjunto de *animais evoluídos*, a raça humana é passível de progresso. Bem o sabiam os seguidores do primo de Darwin, Francis Galton, que pensaram que, se essa premissa evolucionista se aplica à natureza, então é possível aplicá-la também às culturas, mesmo que as considerassem em termos naturais. Não em vão chamaram *sua* ciência de eugenia (“boa origem”) e se apoiaram sobre as ideias de Spencer e seu “darwinismo social”, em que passado, presente e futuro confluem:

passado condicionado pela herança genética, presente operado por políticas de saúde pública, de assistencialismo e de educação, entre outros – mas também em sua versão “negativa” com as profilaxias racial e social⁴–, e futuro projetado para a reprodução dos ideais (republicanos, liberais, patrióticos) de progresso. Sob o manto legitimador da ciência, a eugenia foi *perfeitamente* complementada como o positivismo médico e psicologicista, a fim de construir a rede de saber que o poder do Estado necessitava para justificar sua intervenção: adoecendo as raças, os indivíduos e seus corpos, a política arrogou-se o papel de potestade da saúde coletiva.

Como resultado disso, a Educação Física passou por um processo de reconfiguração pedagógica e social, incorporando ao *seu* lugar tradicional de complemento das instruções morais e intelectuais a ideia de que é eixo de políticas de bem-estar coletivo que transmitem os ideais de pura moral, de uma intelectualidade sã e de um corpo vigoroso.

4 A distinção entre as versões “positiva” e “negativa” é clássica nos estudos sobre eugenia. Sem pretender entrar no debate específico sobre tal classificação, vale explicitar que, enquanto a primeira aponta para a promoção das condutas e caracteres reconhecidos como desejáveis pelas sociedades, a segunda se dirige ao favorecimento de uma política de cura profilática ou de eliminação dos menos aptos. Enquanto que no Brasil preponderou a “eugenia positiva” - mesmo com alguns dos postulados criados por Renato Kehl em sentido contrário, na Argentina se impôs o que se conhece como “eugenia latina positiva” por suas características itálicas, católicas e fundamentalmente biotipológicas (VALLEJO; MIRANDA, 2011, p. 58; DI LISCIA, 2007, p. 377; PALMA; PALMA, 2007, p. 525).

A psicologia como horizonte

Se de conhecimentos científicos se trata, a incorporação dos saberes que a psicologia estava produzindo durante essa época resultou o elo necessário para a cadeia de argumentações dos discursos eugenistas sobre a educação dos corpos. Cindido o histórico sentido de complementariedade da instrução física relativamente à instrução moral e à intelectual, compôs-se uma nova subordinação do corpo, mas dessa vez, além de relativamente à saúde, também com respeito à psique.

Efeito do extraordinário desenvolvimento das teorias psicológicas que se produziu por volta da década de 1920, fundamentalmente daquelas próprias à psiquiatria à psicologia evolutiva e comportamentalista, conseguiu-se justificar o que a pedagogia escolar não alcançava explicar: por que os alunos aprendem de maneira desigual, ou, em um sentido mais extremo e conjuntural, por que alguns aprendem e outros não. Dessa maneira, incorporaram-se ao âmbito educativo as retóricas psicologistas, (*con*) *fundindo-se* a partir daí e *para sempre* o pedagógico com o psicopedagógico.

Isto ganha força principalmente em um contexto como o da transmissão de práticas corporais, uma vez que ali onde a fisiologia não pode explicar quais são as razões pelas quais dois educandos com idades similares e contexturas físicas próximas não aprendem um gesto técnico da mesma maneira (talvez o caso mais paradigmático sejam os estudos sobre gêmeos monozigóticos que compartilham caracteres genéticos), a psicologia veio a preencher os vazios conceituais. A partir, fundamentalmente, de raciocínios que misturam o psíquico ao biológico e ao genético, a psicologia se propôs a explicar tudo, aclarando as obscuridades tanto das condutas individuais como dos movimentos coletivos.

São três as técnicas que demonstram a pregnância que tiveram esses discursos no âmbito específico da Educação Física: a “*biometrização dos corpos*”, a “*psicopedagogização das práticas corporais*” e a “*individualização biológica*” própria das teorias educacionais em voga durante as décadas finais da primeira metade do século XX. Passemos a desenvolvê-las separadamente e em detalhe.

A *biometrização dos corpos* por critérios físico-psíquicos resultou em que as aulas da Educação Física seguissem uma lógica metódica, progressiva e sistemática, ordenada pela quantificação das dimensões do organismo e dos movimentos, processo no qual a avaliação resulta sinônimo de medição, sendo sempre comportamentalista e classificatória. Vale indicar que a técnica de *biometrização* está presente desde o século XIX, quando a Física arrogou-se a função do estudo científico dos movimentos dos corpos, questão que se expande ao somarem-se os conhecimentos que se geravam em matéria de fisiologia humana. De fato, com a passagem do século, deu-se um impressionante desenvolvimento dos saberes ligados ao cálculo do físico e de seus movimentos em diversos sentidos, como o auge do complexo de aparatos da biomecânica ou da ortopédica.⁵ Contudo, desde a década de 1920, se aprofunda essa operação ao acoplar-se com outros processos que levam a que a leitura da *metrização* e classificação (se) argumente (em) os

5 Não é por acaso que Francis Galton, reputado pai do movimento científico eugênico, tenha fundado junto com Karl Pearson e Walter Weldon a revista *Biometrika*, em 1901, publicação dedicada à estatística da biologia e da natureza (entendendo as culturas como organismos naturais). Por outro lado, o principal mentor da profissionalização em Educação Física na Argentina, Enrique Romero Brest, inventou diversos aparatos de medição, como o “Dinamômetro de mão”, o “Espirômetro hidrostático”, o “Cirtômetro torácico de molas”, o “Saltômetro duplo invariável para as aulas de ginástica”, o “Kinetômetro torácico” e o “Antropômetro milimétrico” (ROMERO BREST, 1939, p. 343), graças ao Laboratório de Fisiologia que estabeleceu no “Instituto Nacional de Educación Física”, dirigido por ele.

temperamentos. Exemplo disso são as fichas biotipológicas e antropométricas, as quais propõem mensurar práticas mediante modelos padronizados com o objetivo de medir rendimentos. Fichas que foram concebidas e aplicadas por eugenistas – como a “ficha biotipológica ortogenética escolar” que foi administrada pela Província de Buenos Aires em 1933 –, mas que perduram de maneiras diversas nos contextos atuais: no registro de atividades físicas dos ginásios ou na *anamnesis* que realizam os professores de Educação Física sobre questões como o peso, a idade, a altura ou sobre as capacidades motoras como a resistência, a força, a velocidade, a flexibilidade, etc.

A *psicopedagogização* das práticas corporais produz que a organização dos conteúdos e das lições (“estímulos”) siga uma progressão didática baseada em critérios maturacionais dos alunos, equivocando-se e limitando-se as potencialidades de quem pretende aprender. Assim, os manuais escolares ditam como fórmulas o que *pode uma criança de seis anos*, com argumentos amparados, além das capacidades motoras que decreta a fisiologia – como se faz desde finais do século XIX –, também nas faculdades psicológicas e de desenvolvimento maturacional. Como uma *profecia autorrealizada*, a divisão do ensino segundo etapas psicobiológicas fragmentou os saberes, determinando rendimentos intelectuais e físicos *próprios* de cada idade, configurando novas (a)normalidades.

Terceiro e último, resultado da incorporação das leituras psicologicistas por parte dos eugenistas, originou-se a sinonímia pedagógica entre natureza, dotes e talento, deixando como marca a *individualização biológica*: isto teve como consequência que o ensino seja considerado como uma responsabilidade política coletiva, enquanto que o êxito ou o fracasso da aprendizagem é assunto da *natureza individual*. Esta questão da *individualização biológica* produto do ingresso de discursos eugênicos e psicológicos

no âmbito educacional, resultou na embreagem das noções de capacidade motora, talento e habilidade, biologizando e individualizando-se suas concepções.

Como mais uma amostra de que a Educação Física adotou a *biometrização dos corpos*, a *psicopedagogização* das práticas e a *individualização biológica* como técnicas disciplinares – e, ao mesmo tempo, como argumentos legitimadores –, estes exemplos redundam na prática de avaliar os aprendizados de atividades físicas mediante exames de competência física individual, como os Teste de Cooper e de Course-Navette, provas que cronometram distâncias percorridas, que calculam eficiências ergométricas e que contam as flexões de braços ou abdominais executadas em um tempo definido por critérios decretados pela fisiologia do exercício.

Pode-se destacar aqui que, como afirma Alexandre Fernandez Vaz (1999), treinar um corpo é, de alguma maneira, *sacrificá-lo*: para a fisiologia do exercício, o físico se transforma em uma máquina que, de certo modo, está enferma, razão que justifica a intervenção. Não é casual que seja este mesmo recurso de *adoecer* o que se utilizou relativamente às “raças” no mesmo período, como já vimos.⁶

Essas técnicas fizeram que as valorações funcionais motoras se misturassem com as atitudinais, reduzindo-se o físico, o intelectual, o moral e o psicológico da educação dos corpos a uma questão de rendimento. Como resultado desses processos, aumentou o dicionário disciplinar com palavras como “rendimento”, “competência”, “desenvolvimento”, “talento”, “dons”, “capacidade (motora)”, “estímulos”, “maturação” e “conduta”, entre outras.

⁶ Para complementar esta análise sobre a relação entre o uso da retórica do corpo como máquina e os discursos eugênicos, pode-se consultar “Hacia una (re)política de los cuerpos. Educación Física, higienismo, eugenesia y Estado.” (GALAK, 2014a)

A Educação Física *muda*

Especificamente no que diz respeito à disciplina, a Educação Física *muda* em um duplo sentido: cala-se e transformar-se.

Em sintonia com o clima militarista que se viveu internacionalmente durante e após a Primeira Guerra Mundial, e mediante o aprofundamento dos regimes autoritários, tentou-se silenciar as vozes dissonantes, buscando-se homogeneizar os critérios a partir da criação de métodos padronizados, de manuais de ensino generalistas e verticalistas e fórmulas que universalizam o conteúdo, as práticas e os sujeitos.⁷ Tudo isto sob o halo da histórica retórica de “trabalhar pela Pátria”, que naqueles anos somaria recursos nacionalistas e totalitários: depois de tudo, como não se poderia conceber *duas pátrias*, foi “necessário” unificar critérios.

Precisamente um dos processos comuns que implica a militarização das intervenções é a subordinação do indivíduo ao bem comum. A adoção do lema de George Hebert “*être fort pour être utile*”, para justificar a realização de atividades físicas resultou em um “ser forte para ser útil” para a Pátria (GALAK, 2014b), quando fortalecer os músculos dos indivíduos se tornou um benefício coletivo para engrossar o *braço do produtivo* (da “mão-de-obra”) da Nação.

Em uma época em que se tornam recorrentes campanhas para o controle de pestes e doenças de transmissão cultural, o senso de responsabilidade profilática individual se faz obrigatório. Disto pode-se

⁷ Acentuamos o sentido de “pretender” silenciar as vozes opositoras a esses regimes, visto que, mesmo nos sistemas mais totalitários, existe a possibilidade de práticas de resistência. Bem o sabiam os que se levantaram em armas no gueto de Varsóvia ou o rebelde desconhecido da Praça Tian’anmen, mesmo a custo de suas próprias vidas.

deduzir que a higiene pessoal é um motivo de preocupação e de intervenção social: aquilo a que hoje chamamos de “políticas públicas de saúde” são realmente as operações do coletivo sobre o individual justificadas por tais discursos.

Assim, através da associação com outro processo análogo tipicamente moderno - o governo do privado pelo público -, ocorre a adesão não consciente à normatização e à normalização: institui-se o regime de autocontrole. Para o caso de que esse regime falhasse, o poder punitivo e a polícia deveriam fazer o resto, e os infratores são *lembrados* de sua responsabilidade.

Uma questão lateral, se bem que não menos importante: a ideia de “ordem” - irmã da política de “progresso” - suscitou a valorização do *puro* em relação ao *híbrido*, o que levou termos como “homogeneização” ou “uniformidade” a se tornarem recorrentes no vocabulário da Educação Física. Embora, atualmente, tenham perdido a sua validade e sendo substituídos por outros como “diversidade” ou “pluralismo”, não desapareceram, absolutamente, seus efeitos práticos.⁸

De fato, a ideia (obrigatória) de se usar algum tipo de uniforme para as aulas de Educação Física nasce desse processo de normalização. Para citar apenas um exemplo, por paradigmático e massivo, essa uniformização pode ser vista na normatização que, ao final da década de 1930, estabelece a “Dirección General de Educación Física y Cultura” para todos os alunos do estado de Buenos Aires. De nenhuma maneira se deve imputar a essa disciplina a exclusividade dessa técnica, visto que a ideia de usar *guarda-pós* nas escolas - que, na escolarização argentina

8 A valorização do *puro* em relação ao *híbrido* e a noção de homogeneização foram argumentos utilizados pelos governos totalitários europeus principalmente desde a década de 1930 e pelos latino-americanos a partir da segunda metade do século XX, até limites genocidas.

é tão antiga como a escolarização argentina mesma - é consequência desse duplo processo entre homogeneização e higienização.

Não é casualidade que aqueles que postularam um ensino com práticas corporais de perspectiva militarista tenham sido em sua maioria os mesmos que planejaram uma Educação Física de características eugênicas. De fato, menos casual é que muitos deles foram os que mais próximos estiveram de pretender implementar políticas que seguissem critérios próprios da “eugenia negativa” - claro está, não nesses termos.⁹

Enfim, as técnicas de subordinação do individual ao coletivo e à ideia de *governo de si* resultaram no instrumento político necessário para poder sujeitar a Educação Física ao serviço da Pátria e da raça, e como objeto de intervenção para a saúde pública.

A outra acepção de que a Educação Física *mudou*, podemos encontrá-la nos processos supracitados, já que nem suas retóricas justificadoras nem suas práticas voltaram a ser as mesmas. Contudo, gostaríamos de destacar uma mudança que se produz em uma de suas características, mudança que a distingue até a atualidade e que ainda não foi mencionada: a ressignificação de seus conteúdos disciplinares pela definitiva incorporação dos esportes nas escolas, que ganha um espaço cada vez maior em detrimento fundamentalmente das ginásticas. Mas isso é matéria para parágrafos aparte.

9 Pode-se argumentar que na Argentina foi Manuel Fresco, governador do estado de Buenos Aires entre 1936 e 1940, quem, por suas vinculações com a cúpula militarista argentina e internacional (por caso paradigmático, sua admiração por Mussolini), por sua perseguição a qualquer forma política que subverta a ordem estabelecida e por sua participação ativa na Lei de “Defesa Social” (VALLEJO; MIRANDA, 2004, p. 429), fosse o que mais perto esteve de projetar uma eugenia que selecionasse idôneos e excluísse o *outro*, ainda que sem chegar a propor explicitamente uma esterilização social.

“Fue cuando el fútbol se lo comió todo”: A reconfiguração dos conteúdos da Educação Física

Antes de que o futebol devorasse tudo, como diz León Gieco na canção “*La memoria*”, havia um osso duro de roer para os esportes: a aceitação social em geral e, principalmente, sua incorporação nas escolas.

Se bem que os esportes não tenham deixado de tomar parte na Educação Física até esse momento, e também na vida cultural, é nas últimas décadas da primeira metade do século XX que ocorre a sua definitiva legitimação, primeiro social, depois escolar. Dito de outro modo, ainda que na década de 1920 já existissem alguns estabelecimentos escolares que os ensinavam, o que ocorre nesse período é, inicialmente, a massificação da “escolarização dos esportes” - ou seja, sua aprovação social e inclusão nas escolas -, para que posteriormente viesse a suceder a “pedagogização dos esportes”, que corresponde à sua adaptação e incorporação como recursos educativos propriamente ditos.

Na origem da histórica associação dos *sports* ingleses com os ideais humanistas do amadorismo, os esportes acharam-se *presos* a uma rede de valores como a solidariedade, o respeito ao próximo, a responsabilidade ou o trabalho em equipe, os quais colidiam com as qualidades que sustentavam o crescente profissionalismo sob as regras do capitalismo governante. Dessa tensão surgiu o conceito de “desportismo”, geralmente utilizado por seus detratores em sentidos negativos como um modo de denominar o movimento desportista *condenado* então a reproduzir a produtividade e a eficiência do mercado, a utilidade do liberalismo e a violência própria da amoralidade secular e, por isso, contrário aos interesses dos principais pedagogos da época, cuja preferência incidia sobre os jogos grupais ao ar livre, que, *diziam*, não reproduzia essas condenações.

Evidentemente, a vara que media a distância entre “desportismo” e jogos grupais ao ar livre não era de todo exata e muito menos era imparcial: conforme para onde *soprasse o vento*, a vara marcava ou não como *sports* o tiro e a esgrima - historicamente associados a clubes aristocráticos e, por isso, a certa retórica cavalheiresca, de decoro e de nobreza impoluta ante os interesses mundanos do capital - ou o atletismo e a ginástica *agonística* - bases da Educação Física -, ainda que todos eles sejam hoje considerados esportes. Era, enfim, um problema de classes e de interesses - como todos, na verdade.

O que se esconde por trás dessa controvérsia é um contraste maior, doutrinário: em quase todos os países ocidentais a transmissão institucionalizada de práticas corporais resultou marcada pela tensão entre um grupo cívico-pedagógico, e outro, de corte militarista. Mesmo que em cada contexto as características de cada uma delas sejam particulares (seria uma tarefa enorme recopilá-las, algo que excede o escopo e os interesses dessas linhas), poderíamos sim afirmar, de maneira relativamente geral, que a Educação Física de cada território é efeito das disputas entre essas duas perspectivas.

Precisamente, a postura cívico-pedagógica acusou os militaristas de promover o “desportismo”. Estes, um pouco por razões de propaganda social e moral, outro pouco por sua histórica associação aos clubes de *elite*, e um tanto mais ainda por causa da circunstância contextual de ter o poder no momento em que a profissionalização desportiva era uma opção possível, aproveitaram o clima de época e começaram a apregoar pela prática desportiva institucionalizada.

Como efeito, os militaristas argumentaram que é verdade que os esportes (*supostamente*) transmitem ideias de competitividade e de respeito à regra e à autoridade que as lógicas de mercado apregoam, mas também educam

para o *governo de si* e o sacrifício individual e grupal por um benefício coletivo, valores que, como vimos, reinam desde aquela época.¹⁰ Deduzir o porquê da associação que se conforma entre práticas desportivas e representatividade da Pátria é apenas o seguinte passo lógico, o qual se consolida com o correr das décadas, ao ponto de, na atualidade, os dois termos parecerem indissociáveis.

A outra consequência ocasionada pelo definitivo ingresso dos esportes nos domínios curriculares da Educação Física foi o paulatino detrimento do tradicional rol das ginásticas como principal saber disciplinar, agora ocupado pelos esportes. Isso provocou uma espécie de *transição dos valores e sentidos* que os conteúdos curriculares colocavam em prática, a ponto de se misturarem constantemente nas aulas de Educação Física. Por isso, saber se o que se realiza nas aulas é “esporte jogado”, “competências lúdicas ou agonísticas de ginástica”, “ginástica não esportiva”, “jogo esportivo” ou “ginástica jogada” resulta, no mínimo, complicado.

Menos complicado é saber seu efeito: daí em diante as políticas públicas incorporaram a suas retóricas as práticas desportivas, constituindo-se em veículos de transmissão de (quase) qualquer tipo de propaganda. Isso teve como resultado o mútuo benefício que supõe a aceitação social dos *sports* na vida social e nas escolas, assim como permitiu à Educação Física ocupar um lugar destacado - nunca central - em tais políticas, por sua massificação através da vinculação com os esportes e com as escolas.

10 Quem quiser um aprofundamento sobre essa história no contexto argentino pode encontrar em *Moral y deporte*, de Próspero Alemandri (1937), uma síntese da postura militarista quanto a isso, ao passo que a argumentação da posição cívico-pedagógica pode ser encontrada em *El sentido espiritual de la Educación Física*, de Enrique Romero Brest. Talvez seja a revista *El Deporte y la Vida* (publicação conjunta do Comité Olímpico Argentino com a Confederação Argentina de Esportes) a melhor expressão do ponto de encontro de ambas as posturas.

Não por acaso os principais eugenistas de um e de outro lado do Atlântico teorizaram sobre como os esportes permitem o melhoramento da raça. A visão dos esportes como método de ascensão (evolução) social é um claro exemplo disso, mas, sem dúvida nenhuma, o emblema “esporte é saúde” foi o que permitiu colocar o esporte como *salvador da pátria*, questão que se aprofunda com o correr das décadas até limites *quase* literais.

Como representam as palavras do Dr. Jorge Orgaz, em seu artigo “Educação Física. Esporte-biotipologia-eugenia”, publicado nos *Anais de Biotipologia, Eugenia e Medicina Social*, em 1933:

Vivemos em um momento de penetração esportiva; o esporte não apenas se difunde entre as massas, mas se sistematiza na vida e se corporaliza na política. Como a Arte e como a Ciência e, sobretudo, como a Diplomacia, o esporte é agora vínculo e fronteira dos povos; ponte de união e também de separação entre as diversas nações do mundo. Desde outro ponto de vista, o esporte já não é puramente distração, mas também, por um lado, profissão ou trabalho e, por outro, recurso terapêutico e instrumento eugênico. (ORGAZ, 1933, p. 9)

Em síntese, a incorporação dos esportes e dos discursos eugênicos à Educação Física resultou - além de historicamente paralela -, produtiva em ambos os sentidos. Isso é, não podem ser pensadas separadamente, mas, pelo contrário, são como as duas faces de um mesmo processo: a possibilidade efetiva e prática de utilizar a educação do corpo como veículo de transmissão de uma moralidade e de uma corporeidade que possa ser racionalmente moldada de acordo com a política da época - graças ao aporte de conhecimentos pretensamente científicos que persigam

o progresso da raça e da pátria - e, *mutatis mutandis*, difundir os esportes como bandeira nacional, a higiene como obrigação moral e o progresso (racial, econômico, de classe) como direito social.

Considerações finais

Definitivamente, as retóricas que se iniciam na década de 1920 justificam a educação dos corpos mediante um duplo discurso articulado: os exercícios físicos supõem tanto um progresso pessoal, pela aprendizagem de *valores para toda a vida*, quanto uma responsabilidade social, porque é *ação patriótica*, ambos “benefícios” condicionados pela saúde e pela ciência como justificativas da política.

Ou seja, as mudanças epistêmicas analisadas refletem um período marcado por uma clara intenção de *gerar uma (nova) identidade nacional a partir da regeneração da raça* – considerada a aceitação *popular* de que efetivamente existiam raças e de que efetiva, racional e cientificamente podem progredir e evoluir –, através das políticas públicas (de saúde coletiva, de educação, de assistencialismo, de higienização) e graças ao apoio sobre a massificação que implicaram a Educação Física e os esportes.

Mas o que mais chama a atenção é que tradicionalmente a Educação Física se declare a si mesma como alheia à política, ponderando certos valores como os de liberdade e autonomia como maneiras de *escapar* aos interesses dos governos. Assim, pretendeu-se *despolitizar* a educação dos corpos, ainda que, a cada momento de sua história, ela não fez mais que ser veículo de modos específicos da política. Compreender esses modos, entender as razões pelas quais se adotaram e os contextos de onde surgiram é o primeiro passo para romper com

a administração de discursos totalizantes: *a* saúde, *a* liberdade, *a* raça, *o* bem-estar, *o* vigor, *a* formação integral, entre outros de uma longa lista, escondem significados que nem sempre respondem aos sentidos que os profissionais pretendem imprimir-lhes, nem aos desejos daqueles que buscam aprender. Poderíamos somar a essa lista *a* política, quer dizer, ao governo dos Estados: ainda que possa soar paradoxal *despolitizar a política*, aqui a referência se dirige a romper a tradição pela qual os poderes governamentais estatais são quem ditam as regras da Educação Física.¹¹

Entender que toda política sobre saúde da população implica “necessariamente” um sentido moral, aceitar que conceber os sujeitos e seus físicos em sentidos psicoevolutivos ou maturacionais implica “necessariamente” que se apliquem padrões de normalização e que se limitem suas potencialidades, compreender que por trás da ideia de registrar e medir as práticas corporais existem “necessariamente” argumentações eugênicas que comprometem uma ideia de raça e de corpo específicas, são apenas alguns dos mecanismos e concepções que aqui colocamos em questão. De qualquer modo, vale a pena o exercício de “destotalizar” esses discursos, observar sua gênese e suas razões, para “repolitizar” os sujeitos e seus corpos.

11 Esta afirmação, que aqui apenas se esboça, de que a Educação Física desenvolveu-se à sombra das lógicas estatais de governo, sem poder gerar políticas *relativamente autônomas*, pode acompanhar-se em “Del dicho al hecho (y viceversa). El largo trecho de la construcción del campo de la formación profesional de la Educación Física en Argentina” (GALAK, 2012). Enquanto que em “Ser fuerte para ser útil”. Debates sobre política y gobierno de los cuerpos en la profesionalización de la Educación Física argentina (1910-1940)” pode-se ler uma análise pormenorizada das concepções sobre política que se transmitiram mediante as duas principais instituições profissionalizantes em Educação Física no contexto argentino (GALAK, 2014b). Por último, para complementar a tensão disciplinar sobre a politização dos corpos, veja-se “Hacia una (re)politización de los cuerpos. Educación Física, higienismo, eugenesia y Estado.” (GALAK, 2014a)

Referências

AISENSTEIN, Ángela; SCHARAGRODSKY, Pablo. Tras las huellas de la Educación Física Escolar Argentina. **Cuerpo, género y pedagogía**. Buenos Aires: Editorial Prometeo, 2006.

ARGENTINA. Ministerio de Justicia e Instrucción Pública. **Despacho de la Comisión Técnica de Educación Física**, publicación oficial, Buenos Aires, 1924.

ALEMANDRI, Próspero. **Moral y deporte**. Buenos Aires: Librería del Colegio, 1937.

CASTRO, Edgardo. **El vocabulario de Michel Foucault**. Un recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

CECCHETTO, Sergio. **La Biología contra la Democracia**. Eugenesia, herencia y prejuicio en Argentina. Mar del Plata: Eudem, 2008.

DI LISCIA, María Silvia. Los bordes y límites de la eugenesia, donde caen las 'razas superiores' (Argentina, primera mitad del siglo XX). In: VALLEJO, G.; MIRANDA, M.: **Políticas del cuerpo. Estrategias modernas de normalización del individuo y la sociedad**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007. p. 377-409.

GALAK, Eduardo. Del dicho al hecho (y viceversa). **El largo trecho de la construcción del campo de la formación profesional de la Educación Física en Argentina**. Legalidades, legitimidades, discursos y prácticas en la institucionalización de su oficio entre finales del siglo XIX y el primer tercio del XX. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2012. Tesis de Doctorado en Ciencias Sociales.

_____. Hacia una (re)politización de los cuerpos. Educación Física, higienismo, eugenesia y Estado. In: **Prácticas de la Educación Física**. La Plata: EDULP, 2014a.

_____. Herbert Spencer y la pedagogía integralista. Influencias en los inicios de la Educación Física argentina. IN: GALAK, E.; VAREA, V. (org). **Cuerpo y Educación Física**. Perspectivas latinoamericanas para pensar la educación de los cuerpos. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2013. p. 45-66.

_____. "Ser fuerte para ser útil". Debates sobre política y gobierno de los cuerpos en la profesionalización de la Educación Física argentina (1910-1940). In: MARTÍNEZ MOCTEZUMA. L. (coord.). **Formando el cuerpo del ciudadano. Notas para una historia de la educación física en Latinoamérica**. México: Universidad Autónoma del Estado de Morelos, Instituto del Deporte y Cultura Física del Estado de Morelos, CONACyT, 2014b. En prensa.

ORGAZ, Jorge. Educación Física. Deporte-biotipología-eugenesia. In: **Anales de Biotipología, Eugenesia y Medicina Social**, n. 4, p. 9-10, 1933.

PALMA, Héctor; PALMA, Dante. Eugenesia y ética. In: VALLEJO, G.; Miranda, M. **Políticas del cuerpo. Estrategias modernas de normalización del individuo y la sociedad**. Buenos Aires Siglo XXI, 2007. p. 521-542.

PESSOA, Fernando. **Odas de Ricardo Reis**, recurso online. Disponible em: <http://bibliotecaignoria.blogspot.com/2013/07/descarga-fernando-pessoa-odas-de.html>. Acceso em: 21 out 2013.

ROMERO BREST, Enrique. **Bases de la Educación Física en la Argentina**, Buenos Aires: Librería del Colegio, 1939.

_____. **El sentido espiritual de la Educación Física**. Buenos Aires: Librería del Colegio, 1938.

VALLEJO, Gustavo; MIRANDA, Marisa. **Civilizar la libido:** estrategias ambientales de la eugenesia en Argentina. **Iberamericana**, v. 21, n. 41, p. 57-75, 2011.

_____. **Políticas del cuerpo.** Estrategias modernas de normalización del individuo y la sociedad, Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

_____. Los saberes del poder: eugenesia y biotipología en la Argentina del Siglo XX. **Revista Indias**, v. 64, n. 231, p. 425-444, 2004.

VAZ, Alexandre. Treinar o corpo, dominar a natureza: Notas para uma análise do esporte com base no treinamento corporal. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 19, n. 48, p. 89-108, 1999.

ZAFFARONI, Eugenio. **La cuestión criminal.** Buenos Aires: Planeta, 2013.

CORPO, POLÍTICA, MODERNIDADE¹

Alexandre Fernandez Vaz

Prólogo

Deparamo-nos cotidianamente com um enorme número de relatos, produtos de mídia, de entretenimento, jornalísticos, artísticos e mesmo estudos acadêmicos sobre o corpo. A presença do corpo e dos cuidados a ele dirigidos está em toda parte e compõe, até certo ponto, uma cultura narcísica, voltada para dentro e para o individualismo tão característico do tempo presente, já sem grandes utopias, especialmente coletivas.

A presença dessa materialidade de pluriformas, que tentamos a todo o custo colocar no caminho da retidão, não aparece apenas nos papers, teses e dissertações, sejam elas “científicas” (com e sem aspas), literárias ou apenas delirantes. Uma parte importante do pensamento contemporâneo coloca o corpo na centralidade da reflexão, seja porque elabora uma pesada crítica ao racionalismo, ou porque, ato contínuo, remete o desejo à condição de protagonista da ação humana.

¹ São muitos os ensaios de Benjamin sobre o olhar e as imagens, entre eles o famoso ensaio sobre a reprodutibilidade técnica (BENJAMIN, 1977a) e suas Imagens de pensamento. (BENJAMIN, 1977b)

O corpo está em todo lugar e, obviedades à parte, ele tem hoje uma visibilidade que provavelmente nunca antes foi experimentada. Isso tem a ver com o fato de que nosso tempo é, essencialmente, marcado pelo olhar, esse nosso sentido muito promíscuo, como diz a voz narrativa de um romance de Susan Sontag (1993), que tudo quer dominar, procurando saquear, arquivar as imagens informes e disformes, focando e desfocando conforme a educação sensorial que haja sofrido. O olhar nos nossos grandes centros urbanos, por exemplo, é um sentido rápido, o mais importante de todos, treinado para perscrutar, analisar, classificar, fotografar. Não é à toa que o grande arqueólogo da cidade moderna e suas imagens, Walter Benjamin, foi tão fascinado pela fotografia e pelo cinema, formas tecnicamente reproduzíveis do olhar. Não houvesse fotografia, não teria o corpo presença tão maciça, às vezes quase obscena, esse excesso. Há alguns anos, como consequência do debate sobre o livro de Daniel Goldhagen (1996), *Os carrascos voluntários de Hitler*, e toda a polêmica sobre a participação criminosa de soldados do exército regular alemão na II Guerra Mundial, assisti a uma exposição de cartas e fotos oriundas do front. Ela derrubou o mito que apenas os membros da tropa de elite SS (*Schutzstaffel*) teriam cometido crimes de guerra. Em fotos recreativas tiradas pelos soldados está tudo lá: os corpos mutilados dos prisioneiros, os risos paranoicos, divertidos, dos carrascos, muito parecidos com aqueles com os quais nos deliciamos diariamente na televisão, nas propagandas políticas, nos programas policiais, nos de auditório e assim por diante. Tudo muito parecido com imagens popularizadas da ocupação estadunidense no Afeganistão, ou dos prisioneiros de Guantánamo, em que guerra e pornografia perversamente se encontram.

A fotografia, mesmo sem cheiro e textura, educou nosso olhar e nossa sensibilidade. É nesse registro que

Benjamin (1991a) constata a velocidade que se exige do sentido da visão em um mundo urbano que obriga que cada um seja um predador. Afinal, diz ele, um amor à primeira vista não é possível na cidade; nela, todo o amor, fugidio – diríamos hoje efêmero, nômade – é sempre um amor à última vista. (BENJAMIN, 1991b) Frequentemente esquecemos que os olhos são parte do corpo, sua expressão, e não apenas a “janela da alma”. O corpo não seria o que dele conhecemos hoje sem a fotografia, mesmo que – ou por isso mesmo – ela lhe extraia a organicidade, mantendo-lhe, porém, a mirada perspectiva, atribuindo-lhe detalhes que a visada mais imediata e não fixadora seria incapaz de assegurar.

Se é a visibilidade do corpo que nos interessa, e também sua presença um pouco extravagante, é porque o contemporâneo vislumbrou sobre ele um enorme interesse. Neste trabalho vou tentar expor alguns aspectos desse interesse pelo corpo² em sua relação com a política. Tomo um caminho certamente inusitado, ao trabalhar a hipótese de que a onipresença do corpo pode significar certo esvaziamento da política. Para esse meu intento apoio-me em algumas desconcertantes reflexões de Hannah Arendt, certamente uma das maiores pensadoras do século vinte, esse período por ela chamado de tempos sombrios. (ARENDR, 1973) Valho-me da categorização do político de Hannah Arendt para esta reflexão porque nela o corpo alcança um lugar negativo na construção do espaço público. Uma questão que para Arendt diz respeito às condições de possibilidade de existência do espaço público no mundo contemporâneo – poderíamos dizer, as condições de possibilidade da existência do sujeito político.

Lembremos, de passagem, que ao totalitarismo político, como ensinam Horkheimer e Adorno (1997), conjuga-se a indústria cultural, experiência danificadora

2 Tomo de empréstimo a expressão de Horkheimer e Adorno (1997).

da vida nas democracias liberais. Ambos incidem, nas suas estratégias de dominação, essencialmente sobre o corpo: o totalitarismo pela adesão orgânica, não mediada, às figuras carismáticas e ou idolatradas nos processos de identificação, pela intolerância absoluta a tudo o que não se possa dissolver no uno, a qualquer diferença. Os totalitarismos – que não são uma exceção no processo de modernização que experimentamos, mas uma espécie de ponto de condensação necessário da política quando ela encontra as possibilidades técnicas disponíveis, em movimento conservador – politizam os corpos em suas estratégias de dominação, assim como faz a indústria cultural. Nos esquemas da indústria cultural fundamental é o processo de reificação que a forma mercadoria exprime e, com ele, as dinâmicas de domesticação e dominação do aparato pulsional.

Atenho-me, sobretudo, a uma questão para a qual o pensamento de Arendt oferece vários caminhos. Enuncio-a de forma simples: quais são algumas das relações entre corpo e política no contemporâneo?

Para tentar responder aspectos dessa difícil questão, vou começar expondo alguns elementos da formulação de Hannah Arendt sobre a política. Faço isso a partir da crítica que ela elabora a Marx, sobretudo a dois aspectos que são centrais para a exposição marxiana da constituição e o funcionamento da política na modernidade. Refiro-me à centralidade do trabalho, espírito que oferece a condição de humanidade a homens e mulheres, e ao papel da violência como “parteira da história”, do fazer político. Apresento, então, a partir do conceito de ação, algumas características da política contemporânea e de sua impossibilidade, segundo Arendt, cujo modelo balizador são as sociedades totalitárias. Elas, como regimes de terror e violência, são o contraponto da política, a impossibilidade da ação.

Uma questão deve acompanhar esta reflexão: como se coloca a posição do corpo – como condição biológica primária, fundamental, mas também como expressão cultural, social e psicológica, contemporânea – no contexto da formulação do político, da ação e da contradição que esta ofereceria em relação ao trabalho? Justa ou injustamente, é sobre o corpo e seus cuidados – que incluem o discurso paranoico da “saúde”, do não envelhecimento e da perfeição asséptica das formas – que incide, em grande medida, o rolo compressor da sociedade de massas. Isso nos coloca, ao que parece, importantes questões, uma vez que o sujeito contemporâneo pode ter como medida precisamente a esfera corporal. Saliento esta hipótese considerando que ainda se possa, quem sabe, dizer alguma coisa sobre o sujeito político, o que é questionável, a menos se estivermos falando de algo que eclipsou. Pergunto, em outras palavras, se a ode ao corpo e suas mutações possibilitadas por toda a parafernália tecnológica que o rodeia e o constitui, não seriam, nos termos arendtianos, uma forma também de impossibilidade da política pelo esfacelamento da ação, de submissão à lógica do trabalho, instância, para Arendt, da condição do animal *laborans*, desprovida de qualidades da moldura do mundo (obra) e da política (ação).

Trabalho, obra, ação - Arendt em sua crítica a Marx

Para expor alguns elementos do conceito de ação de Hannah Arendt, opto por sua crítica a Marx. Ela se expressa em dois pontos centrais, presentes principalmente em *Entre o passado e o futuro* (ARENDR, 1992) e *A condição humana* (ARENDR, 2010a). Ao equiparar a economia à política, Marx acabaria por esvaziar o conteúdo desta última, porque a teria colocado no reino da necessidade, do trabalho.

Perguntando-se sobre o sentido da política, Arendt (1998, p. 117) afirma: “(...) há uma resposta tão simples e conclusiva em si mesma que se poderia pensar que as outras respostas são totalmente desnecessárias. A resposta é a seguinte: o sentido da política é a liberdade.”

Além disso, Marx teria identificado a violência como centralidade do processo histórico. Arendt afirma que a violência é da esfera do terror e não da política, demarcada, justamente, pela ausência daquela. Ao que Marx se refere não seria, então, política:

A violência é, tradicionalmente, a última ratio nas relações entre nações e, das ações domésticas, a mais vergonhosa, sendo considerada sempre a característica saliente da tirania. [...] Para Marx, ao contrário, a violência, ou antes a posse de meios de violência, é o elemento constituinte de todas as formas de governo; o Estado é o instrumento da classe dominante por meio do qual ela oprime e explora, e toda a esfera da ação política é caracterizada pelo uso da violência. (ARENDR, 1992, p. 49)

Ao romper com a *tradição* no pensamento moderno, Marx lhe teria atribuído uma autofagia, já que derrubara a *contemplação*, antes colocada no centro da filosofia, e o *discurso* de convencimento no trato da política:³

³ “Se o trabalho é a mais humana e a mais produtiva das atividades do homem, o que acontecerá quando, depois da revolução, ‘o trabalho for abolido’ no ‘reino da liberdade’, quando o homem houver logrado emancipar-se dele? Que atividade produtiva e essencialmente humana restará?” (ARENDR, 1992, p. 51) É preciso dizer que embora Arendt seja muito cuidadosa em sua análise sobre Marx, para cuja obra ela dedicou grande atenção e sobre a qual pretendia escrever um trabalho mais longo, o conceito de trabalho em Marx pode receber também uma outra

A glorificação da violência por Marx continha, portanto, a mais específica negação dos *logos*, do discurso, a forma de relacionamento que lhe é diametralmente oposta e, tradicionalmente, a mais humana. A teoria das superestruturas ideológicas, de Marx, assenta-se, em última instância, em sua hostilidade antitradicional ao discurso e na concomitante glorificação da violência. (ARENDR, 1992, p. 50)

O que permite a Arendt fazer essas críticas ao pensamento político de Marx – que cito aqui como recurso propedêutico e não para propriamente discuti-las – e mesmo ao que podemos chamar de nossa *modernidade tardia*, é a distinção que ela faz entre trabalho, obra e ação.

Arendt retoma dos gregos a distinção entre uma esfera da pura necessidade, da reprodução e consumo basal da vida animal, o *trabalho*, em contraste com a *obra* - atividade mais elaborada e consequente, durável, do *homo faber*, do artesão e do artista - e ainda a esfera da liberdade, da política, a *ação*. Essa distinção não teria sido considerada por Marx, ao colocar o trabalho no centro da realização política. Nesse movimento de mera subsistência, de metabolismo imediato com a natureza nas formas quase automáticas (ou mesmo mais refinadas) de produção e consumo, ganharia centralidade o *animal laborans* – que pouco se diferencia de outros animais, como escreve Arendt (2010a):

E a verdade é que o emprego da palavra “animal” no conceito de *animal laborans*, ao contrário do uso muito discutível da mesma palavra na expressão *animal*

interpretação. Não se trata propriamente do fim do trabalho como princípio ontológico aquele predicado por Marx, mas sua condição de trabalho sob as condições de sua degradação na sociedade capitalista.

rationale, é inteiramente justificado. O *animal laborans* é, realmente, apenas uma das espécies animais que povoam a Terra - na melhor das hipóteses, a mais desenvolvida. (ARENDR, 2010a, p. 104)

Se o escravo - condição “natural” e necessária para os antigos exercerem a política - fazia parte da vida doméstica - como os animais - e *trabalhava*, a vida moderna também se configura, essencialmente, por esta dimensão, muito mais do que pela obra, dimensão por meio da qual o mundo ganha durabilidade e permanência e a história pode ser narrada.

A questão ganha contemporaneidade, segundo Arendt, porque vivemos em uma sociedade de seres humanos que trabalham. Não foram propriamente os trabalhadores que se emanciparam, mas o labor que ganhou tal dimensão hegemônica que passa a ser a própria referência da sociedade moderna, em detrimento da retórica, da política, da liberdade.⁴ Ao contrário do que à primeira vista parece, a questão central não é a emancipação política ou a visibilidade que as classes trabalhadoras teriam alcançado, mas a consolidação do trabalho que, por sua vez, se transforma em critério de desumanização. Por mais paradoxal que pareça, isso acontece justamente em um momento histórico que vive, como nunca antes, um estado de abundância. Esta, por sua vez, só é possível e jamais usufruída por todos porque somos obrigados, por meio dos múltiplos dispositivos de controle, a dedicar boa parte de nossas vidas exatamente ao trabalho cujo resultado é, como ato, consumido no mesmo momento de sua realização, simplesmente reproduzindo a vida basal, sobrevivendo. Pouco realizamos no sentido daquilo que possa *durar*, pouco participamos de um espaço que de fato

⁴ É nesse sentido que Ortega (2000) afirma que a centralidade do trabalho seria uma característica antipolítica da teoria política em Marx.

se possa reconhecer como *público*.

Os ideais do *homo faber*, fabricante do mundo, que são a permanência, a estabilidade e a durabilidade, foram sacrificados à abundância, o ideal do *animal laborans*. Vivemos em uma sociedade de trabalhadores, porque somente o trabalho, com sua inerente fertilidade, tem possibilidade de produzir a abundância; e transformamos a obra em trabalho, separando-a em partículas minúsculas até que ele se prestou à divisão, na qual o denominador comum da execução mais simples é atingido para eliminar do caminho da força de trabalho humana - que é parte da natureza e talvez até a mais poderosa de todas as forças naturais - o obstáculo da estabilidade “não natural” [*unnatural*] e puramente mundana do artifício humano. (ARENDR, 2010a, p. 156)

Uma questão que ganha, então, importância na reflexão de Arendt é, por decorrência, o lazer, fortemente ligado ao corpo e à lógica do consumo, tema que ainda deve ser potencializado nos estudos sobre a autora. O lazer não é mais do que um suprimento da atividade laboral.

Vale lembrar, entretanto, uma contribuição de Adorno (1995) sobre o tema. Para ele o “tempo livre” nada mais é do que um complemento das atividades determinadas pelo trabalho, demarcando, com enorme ênfase, os esquemas da indústria cultural, aqueles que incidem, diríamos, *biopoliticamente*, sobre o aparato pulsional para, ao potencializá-lo, controlá-lo.

Essa dinâmica do lazer como mero consumo encontra a determinação do trabalho em dupla estrutura de dominação:

Por um lado, deve-se estar concentrado no trabalho, não se distrair, não cometer disparates; sobre essa base, repousou outrora o trabalho assalariado, e suas normas foram interiorizadas. Por outro lado, deve o tempo livre, provavelmente para que depois se possa trabalhar melhor, não lembrar em nada o trabalho. Esta é a razão da imbecilidade de muitas ocupações do tempo livre. Por baixo do pano, porém, são introduzidas, de contrabando, formas de comportamento próprias do trabalho, o que não dá folga às pessoas. (ADORNO, 1995, p. 73)

Um exemplo seria o bronzamento exigido a cada um no final das férias, quando,

O caráter fetichista da mercadoria se apodera (...) das pessoas em si; elas se transformam em fetiches para si mesmas. A ideia de que uma garota, graças à sua pele bronzeada, tenha um atrativo erótico especial, é provavelmente apenas uma racionalização. O bronzeado tornou-se um fim em si mesmo, mais importante que o flerte para o qual talvez devesse servir em princípio. (ADORNO, 1995, p. 74-75)

No contexto da indústria cultural trata-se de aniquilar ou pelo menos enfraquecer subjetividades que, portanto, não podem participar efetivamente da ação política. Seus dispositivos incidem, em grande parte, sobre o corpo.

Mas, mesmo o artista, talvez um dos últimos *trabalhadores*, tem sua atividade reduzida ao hobby (ARENDR, 2010a, p. 158-159), e, portanto, ao labor, uma vez que o tempo disponível em uma sociedade laboral, de *operários*, não é mais do que uma parte da equação do metabolismo que se conjuga na subsistência basal da própria

vida. É uma vida reduzida a um corpo sem qualidades, a um organismo, aos mecanismos de repetição incessante, animalizados, necessários à sobrevivência.

Se não é nessa esfera, a do trabalho, que a liberdade pode ser alcançada, mas na política, é porque a esse intuito se chega pela tentativa de entendimento na pluralidade do espaço público. Uma ênfase no trabalho e em seu complemento, o lazer, significa uma predominância do corpo e um correspondente recuo da retórica. A ação, por sua vez, é a atividade imediata, do diálogo entre iguais, condição humana da pluralidade que nos diz que somos, paradoxalmente, os mesmos. Ela é fruto de experiência e aprendizado.⁵

Com a ação - que não prescinde da fala, da opinião, da diferença, da *doxa* - podemos chegar ao poder consensual, que resiste à violência, seja ela na forma direta das tiranias, ou na organização tecnocrática de sociedades que tendem a suprimir a diferença, o outro, e a glorificar o trabalho que iguala a todos na luta pela subsistência, em um corpo reduzido ao organismo, mimetista, sem significado. As estratégias para isso as conhecemos bem: o estigma, o confinamento, as exclusões, e assim por diante. No limite das coisas, do qual não estamos tão longe, a experiência do espaço concentracional. Isso sim significaria, numa sociedade cada vez mais governada por um modelo instrumental de razão - no limite, um eclipse de seu potencial

⁵ Vale lembrar que em suas reflexões sobre a educação, Arendt (1992) diz que ela, a ação, não é expressão da infância, que as crianças não são mesmo seres autônomos que fazem política, não estão no mundo público; quando muito, na escola, um espaço intermediário entre o público e o privado. Polemizando com o pragmatismo e com o escolanovismo - e, de certa forma, sem querer, com parte da Pedagogia da Infância contemporânea - diz ela que os adultos, os professores, têm que apresentar o mundo às crianças, que não podem deixá-las a própria sorte, acreditando que elas entre si se resolvem. Isso significaria deixá-las atiradas à tirania umas das outras.

crítico -, o fim da política. Investir no reconhecimento da pluralidade e da singularidade humana é fundamental:

A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto da igualdade e da distinção. Se não fossem iguais, os homens não poderiam compreender uns aos outros e os que vieram antes deles, nem fazer planos para o futuro, nem prever as necessidades daqueles que virão depois deles. Se não fossem distintos, sendo cada ser humano distinto de qualquer outro que é, foi ou será, não precisariam do discurso nem da ação para se fazerem compreender. Sinais e sons seriam suficientes para a comunicação imediata de necessidades e carências idênticas. (...) Só o homem, porém, é capaz de exprimir essa distinção e distinguir-se, e só ele é capaz de comunicar a si próprio e não apenas comunicar alguma coisa - como sede, fome, afeto, hostilidade ou medo. No homem, a alteridade, que ele partilha com tudo o que existe, e a distinção, que ele partilha com tudo o que vive, tornam-se unicidade, e a pluralidade humana é a paradoxal pluralidade de seres únicos. (ARENDR, 2010a, p. 219-220)

É a ação que é capaz de criar o novo. Hannah Arendt faz lembrar Walter Benjamin (1991b, p. 173), para o qual o novo não é o oposto ao antigo, mas sim o contrário do sempre-igual, do círculo mitológico infernal que, nos termos da autora, é a esfera do trabalho e do consumo. Para Benjamin (1977c), lembremos, revolucionário não é acelerar o ritmo da história, como no registro mais vulgar da tradição marxista, mas, *escovar a história a contrapelo, paralisá-la, fazendo irromper um novo fluxo de tempo.*⁶

⁶ Diz Ortega (2000, p. 34) que "(...) todo agir ser um início, um começo,

Em uma palavra, é preciso mais ação, discurso, política, mais liberdade para que haja menos violência. É nela, na política, que se pode reinventar o sujeito.

Corpo e política

O tema do corpo na política, em Hannah Arendt, faz pensar no espaço concentracional, essa experiência de redução à natureza bruta, ao dado biológico, à ausência de qualidades, pluralidade, política. Nada seria mais perigoso, diz Arendt, do que a afirmação do pensamento organicista da tradição política. (ARENDR, 2010b)

Quando Arendt (1994) elabora sua magistral interpretação do julgamento de Eichmann, ela também critica duramente o discurso sionista, aquele que faz valer, pela noção de raça, a coesão seletiva e, portanto, segregacionista. Impressiona o leitor mais desavisado a convergência entre nazistas e sionistas quanto à concordância de que de fato deveria haver um território étnico, com vantagens diferentes para cada um, eventualmente fora da Europa. Se a coisa toda começou – nisso que podemos chamar, com algum exagero, de elogio do corpo e sua politização como identidade – de forma mais ou menos “pacífica” e “civilizada” no diálogo entre líderes ortodoxos e gestores do regime nazista, todos sabemos como ela terminou, nos campos de extermínio de Auschwitz, Treblinka, Dachau, Bergen-Besen etc.

São muitos os investimentos somáticos em voga, a compor as políticas do corpo no contemporâneo, do debate étnico-racial às questões de gênero, dos imperativos de a erupção de algo novo e imprevisível que interrompe a necessidade automática submetida a leis inexoráveis e ao ciclo da mera existência biológica.”

beleza às prescrições para a saúde. As subjetividades contemporâneas, tão nômades, migram para o corpo. Um exemplo desse processo pode ser encontrado em pesquisa da historiadora norte-americana Joan Brumberg. Ela observa, tomando em conta um século, que os diários de meninas jovens tratavam, em outros tempos, das vicissitudes do desenvolvimento do caráter, enquanto as de hoje se referem à aparência corporal e à apresentação desta para os outros. (ADELMAN, 2003) Adelman (2003, p. 451) completa: “Para essas meninas, a autoestima parece depender muito mais do tamanho do nariz, da cintura ou das pernas do que da maneira como desenvolvem capacidades de relacionamento com o mundo.” Há uma certa publicização da intimidade, de uma certa “sinceridade” em relação a si perante os outros, no que se refere aos hábitos e afecções corporais. Os programas de acompanhamento de artistas confinados e televisionados são apenas mais um exemplo, talvez o mais grotesco, mas somos todos compelidos, de alguma forma, a dar publicidade a nossos desejos, fantasias, enfermidades. Os sacrifícios que são exigidos aos corpos contemporâneos, dados pelos discursos do *fitness*, das dietas, da assepsia social, de um neo-higienismo, dos corpos sem excessos indesejáveis ou com excessos desejáveis e desejantes, tudo isso também constitui uma redução à mera naturalidade, uma *qualificação sem qualidades*. Novamente, uma nova impossibilidade, um interdito para o político?

A política é a condição, para além de corpo, de humanização, diz Arendt:

Por meio deles [do discurso e da ação], os homens podem distinguir a si próprios, ao invés de permanecerem apenas distintos; a ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos aparecem uns para os outros, certamente não como objetos físicos, mas *qua* homens. Esse

aparecimento, em contraposição à mera existência corpórea, depende da iniciativa, mas trata-se de uma iniciativa da qual nenhum ser humano pode abster-se sem deixar de ser humano. (ARENDR, 2010a, p. 220)

As reflexões de Arendt oferecem possibilidades interessantes de recriar novas vias para pensar o político, o espaço público, as subjetividades que aí se constroem e se erigem. Para isso precisamos, no entanto, de um exercício pouco comum entre nós, cuja potência foi subtraída pela sociedade de massas, que é um investimento no reconhecimento e na valorização da pluralidade humana, nos espaços múltiplos de realização política. Precisamos de um grau maior de tolerância e de investimento na diferença, em novas possibilidades que também se erigem e se sugerem ao corpo e suas expressões. Essas diferenças não são fruto, tampouco estão à disposição no mercado, esta “entidade” que parece ter tomado o lugar da política; ao contrário, é nesta que aquelas poderão ser reconhecidas.

Podemos então relativizar expectativas sobre os corpos de brasileiros e brasileiras, questionando a tirania do estereótipo da sensualidade, da hipersexualidade da qual seríamos dotados; que sejam revistas as exigências contemporâneas, tão facilmente aceitas e pouco questionadas, de um corpo puro, asséptico, sem marcas, plenamente exposto. A ideia de pureza, a mitologia que envolve, todos nós sabemos aonde chega: na delimitação dos impuros, dos feios, daqueles comparados a animais que consideramos abjetos: ratos, baratas, bichos, bichas, tudo o que deve ser exterminado⁷, conformando a mitologia da limpeza total que não deixa manchas. É com essa disposição de combate ao totalitarismo e às diversas formas de coletivismo, que preserve o particular onde tudo

7 Devo essa *dica* a Gagnebin (2006).

parece generalidade, que faça ver dissonância onde parece haver paz e harmonia, que talvez possamos pensar em alternativas na equação entre corpo e política.

Referências

ADELMAN, Miriam. Mulheres atletas: re-significação da corporalidade feminina. **Estudos feministas**, v. 11, n. 2, p. 445-465, jul./dez. 2003.

ADORNO, Theodor W. Tempo livre. In: _____. **Palavras e sinais: modelos críticos 2**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 70-82.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense, 2010a.

_____. **Eichmann in Jerusalem: A Report on the Banality of Evil**. London: Penguin, 1994.

_____. **Entre o passado e o futuro**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. **Men in Dark Times**. Harmondsworth: Pelican, 1973.

_____. **O que é política?** Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1998.

_____. **Sobre a Violência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010b.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1991a.

_____. Denkbilder. In: **Iluminationen: Ausgewählte Schriften**. Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1977b.

_____. Das Kunstwerk im Zeitalter seiner technischen Reproduzierbarkeit (Erste Fassung). In: _____. **Gesammelte Schriften (I-2)**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1977a.

_____. Parque Central. In: _____. **Obras escolhidas**. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1991b. v.3, p. 151-181.

BENJAMIN, Walter. 1977c. _____. *Iluminationen*. Ausgewählte Schriften 1. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1977. 417 p.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Depois de Auschwitz. In: _____. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006. p.59-81.

GOLDHAGEN, Daniel. **Hitler's Willing Executioners: Ordinary Germans and the Holocaust** New York: Alfred A. Knopf, 1996.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Dialektik der Aufklärung: Philosophische Fragmente**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997. (Gesammelte Schriften Adorno, 3).

ORTEGA, Francisco Javier Guerrero. **Para uma política da amizade** - Arendt, Derrida, Foucault. 2.ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

SONTAG, Susan. **O amante do vulcão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

POLITICA DA PRÓPRIA VIDA, CULTURA SOMÁTICA E OS IMPERATIVOS CONTEMPORÂNEOS DA SAÚDE: ESTILOS DE VIDA E MELHORAMENTO/OTIMIZA- ÇÃO DO CORPO¹

*Luís Henrique Sacchi dos Santos
George Saliba Manske*

Corpo, Cultura somática, Otimização/ melhoramento

“Sempre fomos um corpo, sempre tivemos um corpo”. Esta é uma das passagens do texto de Juan José Millás que um de nós (SANTOS, 2007) tem recorrentemente empregado para caracterizar não apenas o sentimento de que somos seres corporais, mas, como um efeito crescente

¹ Este texto é resultado de uma série de movimentos realizados no âmbito do projeto guarda-chuva “*Medicalização da Escola e da Sociedade: dispositivo de medicalização e produção contemporânea dos corpos*”, realizado junto ao PPGEDU/UFRGS a partir de 2012. Entre esses movimentos, cabe destacar a realização de um estágio de pós-doutorado Sênior - CAPES, junto ao King’s College de Londres, entre fevereiro e julho de 2013, por parte do primeiro autor; e, por parte do segundo autor, o desenvolvimento das análises relativas ao projeto de tese “*Da educação de atletas biotecnológicos: modos de governo sobre o doping contemporâneo*”. Agradecemos a leitura e as sugestões realizadas por Daniela Ripoll (PPGEDU-ULBRA).

disso, a própria emergência – por assim dizer – dos estudos acerca do corpo, tanto no cenário internacional quanto nacional. Millás (s/d) diz o seguinte:

Eu sempre tive um corpo. Meus pais e irmãos também, assim como também as pessoas com as quais eu fui à escola ou à universidade. Mais tarde, nos sucessivos trabalhos com os quais ganhei a vida, só *conheci indivíduos corporais, por isso me choca que falemos dele como se se tratasse de uma aquisição recente*, quando o certo é que já na antiguidade pré-histórica nossos ancestrais se desenvolviam como corpos que, no substancial, não eram muito diferentes dos atuais. No entanto, não logramos converter este pertencimento orgânico em um acontecimento rotineiro. De fato, não vamos a nenhum lugar sem o corpo, que convertemos no centro de nossas atenções e em protagonista das mensagens publicitárias, que são as mais eficazes na criação de modelos de realidade. (MILLÁS, s/d, p. 30) (destaques nossos)

Vivemos, assim, aquilo que Denise Sant’Anna (2000) denominou de uma “nova voga do corpo”, como se ele tivesse sido apenas recentemente descoberto. Tal redescoberta pode ser atribuída a uma série de transformações no âmbito das ciências, das mídias, das tecnologias (com especial destaque às médicas), das formas de se viver em sociedade, das relações econômicas, entre outras, que tiveram como um de seus efeitos aquilo que se pode denominar como um sentimento de “perda do mundo, do social”. Tal sentimento parece ter nos deixado apenas uma verdade, uma materialidade: nosso corpo. Trata-se do mundo do *self*, do eu, em que tudo deve ser “para mim”. Em síntese, nesta virada corporal, “perdemos o

mundo, mas ganhamos um corpo.” (ORTEGA, 2008; COSTA, 2005)

Isso significa assumir que estamos entendendo tal centralidade do corpo em nossos dias no registro da cultura somática. Trata-se, como refere Jurandir Freire Costa (2005, p. 203), de uma cultura em que o corpo tornou-se “um referente privilegiado para a construção das identidades pessoais”, ou seja, de que aquilo que somos ou devemos ser está ancorado em nossos atributos físicos. Em outras palavras, isto significa que, embora não tenhamos deixado de nos pensar como sujeitos que guardam um “eu psicológico interior”, e que se entendem e se narram deste modo, cada vez mais acionamos os atributos corporais como aqueles que mais bem nos definem como sujeitos. Por exemplo, nas mais variadas instâncias do mundo do trabalho crê-se, hoje, que uma pessoa que não tem controle sobre o seu próprio peso corporal não tem, igualmente, condições de controlar/gerenciar outras pessoas. (RICH; EVANS, 2009; HALSE, 2009) Seu peso corporal, ou sua falta de preocupação com o corpo, segundo os ditames de saúde e de estética contemporâneos, não dizem respeito apenas a isso, mas também aos seus atributos de caráter/personalidade. Como diz Costa (2005, p. 203), “atualmente, se tornou verossímil acreditar que a) *atos psicológicos têm origem em causas físicas* e que b) *aspirações morais devem ter como modelo desempenhos corporais ideais*” (destaques do autor). Francisco Ortega (2008) também nos oferece um exemplo bastante emblemático de tal cultura somática, ao referir que nela,

as ações individuais passam a ser dirigidas com o objetivo de obter melhor forma física, mais longevidade, prolongamento da juventude, etc. Todo um vocabulário médico-fisicalista baseado em constantes biológicas, taxas de colesterol, tono

muscular, desempenho físico, capacidade aeróbica populariza-se e adquire uma conotação ‘quase moral’, fornecendo os critérios de avaliação individual. Ao mesmo tempo, todas as atividades sociais, lúdicas, religiosas, esportivas, sexuais são resignificadas como práticas de saúde. O que alguns autores chamam de *healthism*. (ORTEGA, 2008, p. 31)

É nesta direção que Ortega (ORTEGA, 2008) refere que “as ideologias da saúde e do corpo perfeito nos levam a contemplar as doenças que retorcem a figura humana como sendo sinônimo de fracasso individual” (ORTEGA, 2008, p. 35). Isso não quer dizer que a saúde – e, o seu par binário oposto, a doença – não tenham sido, ao longo da história da humanidade, objeto de atenção de diferentes modos. A essa relação o autor chama de *virada corporal*.

Então, no contexto dessa cultura somática de valorização do corpo é que queremos articular dois conceitos: a) estilo de vida, e suas diferentes variantes (como o estilo de vida ativo), um termo bastante comum aos profissionais da área da saúde, sobretudo após a introdução dos princípios da promoção da saúde e b) otimização/melhoramento do corpo (*optimization/enhancement*). Esses dois últimos talvez sejam menos conhecidos conceitualmente, mas, conforme estamos acompanhando no mundo das práticas físico-desportivas, vem se tornando cada vez mais comuns – se não conceitualmente, ao menos em termos leigos temos aprendido a discernir, frequentemente a partir de preceitos ético-morais aquilo que um corpo humano pode “naturalmente”. Suspendemos o ‘naturalmente’ porque, como poderá ser observado a seguir, em termos de melhoramento até mesmo os treinamentos podem – e, efetivamente, são – formas de se ampliar as capacidades corporais e, segundo inúmeras evidências, de saúde.

Antes disso, contudo, precisamos mais bem situar o quadro teórico-analítico em que estamos entendendo tais conceitos e, junto com isso, como um modo de problematizar tais questões, *lançar um conjunto de questionamentos em direção à ideia de que estamos ingressando em um mundo onde teremos que conviver com decisões individuais, fomentadas e possibilitadas por uma série de agenciamentos (culturais, científico-tecnológicos, esportivos, de consumo das mais variadas ordens, etc.) que nos colocarão, cada vez mais, no âmbito cotidiano e profissional frente a possibilidades de alterar nossos estados de ânimo, nossas potências corporais de todos os tipos, etc.* E isso em nome de um projeto de corpo² cada vez mais consubstanciado pelas verdades científicas deste tempo.

É neste contexto, de centralidade do corpo, que passamos a apresentar um conjunto de conceitos que pensamos ser analiticamente produtivos para problematizarmos o argumento que pretendemos explorar neste texto, qual seja: *de que alguns de nós, por questões de ordem profissional, econômica, de acesso à informação, entre outras, estão mais bem habilitados, neste tempo, a fazer escolhas que envolvem não apenas aderir àquilo que podemos chamar de imperativos da saúde³ (praticar exercícios físicos, ter uma alimentação saudável, fazer exames regulares de prospecção de futuras doenças, etc.), mas, sobretudo, de aderir a projetos – conscientes ou não – de incremento do corpo, e pretensamente, da saúde, proporcionados pelas ciências e pelas tecnologias contemporâneas⁴.* Nesta direção não estamos falando

2 A noção de projeto de corpo é aqui entendida segundo Chris Schilling (2003).

3 Para uma discussão acerca dos imperativos da saúde, vide Lupton (1995; 2000).

4 Aqui, e no que se segue, optamos por dar destaque em negrito aos argumentos, objetivos e conceitos que acreditamos ser importantes

apenas de “zerar a doença”, tal como o conceito mais tradicional de saúde preconiza, mas de levá-la rumo a “um mais”; de um estado zero de doença para um estado cada vez mais positivado de saúde – algo muito bem caracterizado por Renato Janine Ribeiro (2003).

Segundo esse autor, até quase nossos dias, a medicina buscava zerar as doenças (fazendo-nos retornar a um estado de saúde prévio a elas, ou seja, a aniquilação da doença; saúde como negação da doença), que toda uma ideia de medicina foi assim construída (tendo como bojo a Previdência Social, nascida como maior empreendimento social pós-Segunda Guerra), e que, “derrotado o biologismo nazista, deu-se à medicina um teor social”, manifestado, talvez como “uma vitória do social sobre o biológico”. (RIBEIRO, 2003, p.26) Hoje, contudo, continua o autor, “com Xenical, Prozac e Viagra mudam as coisas”, pois

torna-se plausível, imaginável, *desejável* ser magro mesmo comendo, ser alegre e talvez feliz, mesmo ante uma situação penosa externa e sem ter resolvido seus problemas pessoais, ser viril mesmo com a idade avançada. Aqui comparece uma nova ideia de saúde (...), [em que os medicamentos] já não buscam apenas conter o mal, mas – também – promover o bem; que não procuram somente assegurar a saúde pela negação da doença, mas tentam expandir a esfera da saúde, ampliando a expectativa de vida e igualmente a sua qualidade. Se não houver uma cobertura social para eles [os pobres], a desigualdade social se expandirá da cultura para a natureza. (...) Ficamos [assim] dispensados de cuidar de nós mesmos, porque um produto químico pago pelo Es-

na construção de um quadro conceitual-analítico que nos permita problematizar os corpos no âmbito da cultura contemporânea.

tado o fará em nosso lugar. Vendemos assim a nossa responsabilidade, ou o direito à irresponsabilidade. Pagamos isso, provavelmente, em termos de conformismo político. Um novo contrato social assim se delineia, mediante o qual o Estado permite um hedonismo sem custo pessoal, moral, mas de alto custo político – porque seu preço é a conversão do cidadão em súdito. (RIBEIRO, 2003, p. 27) (destaque do autor)

Adiante, no final desse mesmo texto, Ribeiro arremata sua argumentação retomando a ideia de que isso vem se dando “mediante uma hiperbiologização do homem, que é o que ameaça as pesquisas da antropologia e da psicologia, passíveis de serem descartadas em nome da biologia” (RIBEIRO, 2003, p. 33). Rose (2007) corrobora com este argumento quando ele refere que “as tecnologias médicas contemporâneas não buscam meramente curar doenças uma vez que elas tenham se manifestado, mas controlar os processos vitais do corpo e da mente” (ROSE, 2007, p. 16). Elas são, como ele propõe, “tecnologias de otimização.” (ROSE, 2007, p. 16)

Biopoder e Biopolítica do século XX: algumas anotações

Nikolas Rose e Paul Rabinow são dois dos mais conceituados autores dedicados a seguir as proposições foucaultianas no mundo contemporâneo. Mais do que “seguidores”, eles têm contribuído significativamente para aquilo que se pode considerar como uma atualização dos “conceitos” foucaultianos, sobretudo no que se refere às discussões acerca da biopolítica e do poder que lhe é característico: o biopoder. Nesta direção, não iremos

nos debruçar sobre os “conceitos foucaultianos”, já extensamente discutidos em inúmeros trabalhos do autor (FOUCAULT, 1988; 2008a; 2008b) e de seus comentadores, mas nos dedicaremos a mostrar, a partir desses dois autores, os deslocamentos que vêm se operando nos anos mais recentes. Como já referimos, acreditamos que isso poderá nos oferecer lentes analíticas potentes para se perscrutar nosso presente, sobretudo, aqui, no que se refere aos modos pelos quais o corpo passa a ser entendido como efeito de uma série de racionalidades e tecnologias que o investem e o produzem.

É nesta direção que Rabinow e Rose (2006) referem a necessidade de atualização do potencial analítico do conceito de biopoder através do mapeamento das transformações no âmbito do conhecimento, do poder e da subjetividade. Eles destacam e reconhecem o caráter histórico do trabalho de Foucault sobre o biopoder, limitado aos séculos XVIII e XIX, enfatizando a necessidade de atualizar suas proposições, pois seria equivocado simplesmente projetar as análises foucaultianas como um guia futuro para o nosso contexto presente e suas possibilidades. De acordo com eles,

as racionalidades, estratégias e tecnologias do biopoder mudaram ao longo do século XX, assim como a administração da saúde e da vida coletiva tornou-se um objetivo chave de Estados governamentalizados, e novas configurações de verdade, do poder e da subjetividade surgiram para dar suporte às racionalidades do bem-estar e da segurança, assim como daquelas da saúde e higiene. [...] [Nesse século XX] os Estados não apenas desenvolveram ou apoiaram mecanismos de segurança, mas também acolheram, organizaram e racionalizaram os fios soltos da provisão médica, especificaram e regularam padrões de habitação, engajaram-

-se em campanhas de educação de saúde e coisas similares. Até os estados liberais exerceram seu papel na batalha contra a degenerescência, impondo controles de imigração, legitimando por vezes esterilizações compulsórias ou quase compulsórias, encorajando organizações, dando orientação eugênica sobre o casamento e procriação e assim por diante. (RABINOW; ROSE, 2006, p. 38)⁵

Nesta direção, cabe perguntar, tal como eles mesmos fazem: quais são as características do biopoder hoje? Em relação ao conceito, tal como explorado por Foucault (FOUCAULT, 1988; 2008a; 2008b), e cujos projetos para ‘fazer viver’ são centrais para a configuração do biopoder, eles destacam: 1) a expansão e a importância dos corpos não estatais no campo da saúde (agências reguladoras⁶, comissões de bioética, organizações profissionais); 2) “todo um ‘complexo bioético’ no qual o poder dos agentes para ‘deixar morrer’ no fim da vida, no início da vida ou em reprodução são simultaneamente acompanhados pela tecnologia médica e regulados por outras autoridades como nunca”; 3) o surgimento de novos tipos de pacientes e indivíduos; 4) a emergência da cidadania em termos de

5 Ainda, como lembram os autores (RABINOW; ROSE, 2006), “cada uma destas estratégias tinha sua contrapartida ‘molecular’, como, por exemplo, na transformação da casa em uma máquina para a saúde, a educação e a aquisição de mães como trabalhadoras auxiliares no cuidado com a saúde de seus filhos” (p. 38). Tal configuração que ainda permanece hoje, mas que, devido ao declínio do social como lugar (um lugar privilegiado de objetivação nacional), permitiu novas formações coletivas emergentes em todo lugar. Reiterando o que já mencionamos anteriormente acerca da cultura somática, eles arrematam: “... Vemos o nascimento de novos modos de individualização e concepções de autonomia com seus direitos associados à saúde, à vida, à liberdade e à posse de uma forma de felicidade que é cada vez mais entendida em termos corporais e vitais” (RABINOW; ROSE, 2006, p. 38).

6 A criação e o papel da Agência antidoping (WADA) serão discutidos no que se segue.

direitos (e obrigações) à vida, saúde e cura (biossociabilidade; individualidade somática); 5) a constituição de novos circuitos de bioeconomia, capitalização da bioética, mobilização – como um “campo [que] está longe de ser um campo homogêneo de agentes, táticas, estratégias e objetivos.” (RABINOW; ROSE, 2006, p. 37)

Rabinow e Rose (2006) também sugerem que esse conceito de biopoder procura individualizar estratégias e configurações que combinam quatro dimensões ou planos: 1) uma forma de discurso de verdade sobre os seres vivos; 2) um conjunto de autoridades consideradas competentes para falar aquela verdade; 3) estratégias de intervenção sobre a existência coletiva em nome da vida e da morte; e 4) modos de subjetivação, “nos quais os indivíduos podem ser levados a atuar sobre si próprios, sob certas formas de autoridade, em relação a estes discursos de verdade, por meio de práticas do *self*, em nome da vida individual e coletiva.” (RABINOW; ROSE, 2006, p.37)

Eles não estão propondo a emergência de uma nova racionalidade política no lugar da racionalidade biopolítica, mas procurando mostrar como o próprio conceito de saúde, que se desenvolveu ao longo do século XX, sobretudo a partir de sua segunda metade, mudou as concepções do que se entendia em termos de raça, reprodução e medicina genômica. Embora não tenhamos a intenção de nos ater às especificidades destas importantes considerações, as esboçaremos aqui de modo sintético com vistas a recuperá-las em outro momento.

Assim, no que se refere à raça⁷ é importante dizer que

7 É importante deixarmos bastante claro que não cremos na existência de um *conceito científico* de raça. Entretanto, seguimos a provocativa argumentação de John Willinsky (2004) que refere que, embora os cientistas tenham tornado consenso a não existência do conceito de raça - isso desde o final dos anos 1950 -, esse conceito de raça permaneceu - e permanece - operando entre nós como um *conceito social* (que tem força e permanência). Segundo ele, a ciência criou o

ela esteve no centro das preocupações biopolíticas entre os séculos XVIII e meados do XX, precisamente porque uma “política do sangue” e do melhoramento através da seleção das “raças” se constituiu como o cerne das questões atinentes à constituição de uma população “forte” para um estado forte. Em outras palavras, a degeneração da raça, através da “mistura de sangue” consistia num perigo ao fortalecimento desta nova figura – a população – que passou a fazer parte da nova racionalidade governamental, não apenas calcada no território de uma nação e nas suas riquezas, mas também no plantel humano vivendo em tal território e nas suas características próprias (fertilidade, natalidade, mortalidade etc.). Rabinow e Rose (2006) referem, contudo, que, “na virada do novo século [XXI] [...], a raça está uma vez mais adentrando o domínio da verdade biológica, vista agora através de uma mirada molecular.”⁸ (RABINOW; ROSE, 2006, p. 41) E eles se apressam em dizer que

este programa contemporâneo para identificar diferenças biológicas não é empreendido em nome da pureza da população, mas em nome do desenvolvimento econômico, da busca de saúde em comunidades biossociais, e da opinião crescente de muitos indivíduos de que a genética de algum modo contém a chave para a sua identidade. (RABINOW; ROSE, 2006, p. 42)

conceito, como efeito das verdades de uma época, depois negou a sua existência, mas não fez movimentos importantes - ou não nenhum movimento - para desconstruí-lo, deixando-o “solto” às mais variadas interpretações. Willinsky argumenta - e nós concordamos com isso - que, se foi a ciência que construiu e deu status de verdade a tal conceito (precisamente, em razão do seu conjunto de estratégias de legitimação), ela mesma deverá atuar, em todas as instâncias (incluindo as educativas), para colaborar com o seu banimento.

8 No que se segue exploraremos mais detidamente a passagem de um modelo de corpo molar para outro molecular.

Se a sexualidade, sobretudo a reprodutiva, por seu caráter articulador, em parte porque era o elo entre a anatomopolítica do corpo humano e a biopolítica da população⁹, era crucial à biopolítica tal como descrita por Foucault (1988) em uma de suas mais conhecidas obras no Brasil (*História da Sexualidade - 1*), hoje, sua vinculação tão estrita à reprodução vem sendo cada vez mais desconectada. Isso porque “a sexualidade tem sido desacoplada em certo grau das práticas e do simbolismo da reprodução, e a própria reprodução tem se tornado o objeto de uma série de formas de conhecimento, tecnologias e estratégias políticas que têm pouco a ver com a sexualidade.” (RABINOW; ROSE, 2006, p.43)¹⁰ Assim, mais uma vez, o que observamos é o modo como a técnica alterou um dos modos principais – se não o principal – a que Foucault se referia em como uma característica fundamental à biopolítica do século XVIII a meados do século XX. Não se trata, como já referimos, de algo que possa ser feito por todas as pessoas, mas enquanto técnica, enquanto prática, enquanto promessa, tais “coisas” – consideradas como avanços na área da medicina, da saúde – constituem possibilidades de novos desenhos no presente e no futuro, capazes de transformar os modos pelos quais vivemos e nos relacionamos com nossos corpos.

9 Estamos fazendo referência, aqui, ao fato de a sexualidade ser entendida como uma “dobradilha”, podendo ser, ao mesmo tempo, algo que tem a ver com o indivíduo (seu corpo, seus prazeres, suas práticas) e com o coletivo (a população), pois uma das principais formas de se exercer a sexualidade é através do contato com o outro (eventualmente envolvendo uma gravidez, a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, etc.).

10 Ortega (2008) faz uma provocativa e ainda pouco explorada sugestão em relação aos modos pelos quais a sexualidade se transformou. Segundo ele, “a sexualidade, elemento fundamental da dietética nos movimentos oitocentistas, ocupa um segundo plano nas bioascese contemporâneas. Nas nossas sociedades, a comida ocupa o lugar da sexualidade como fonte potencial de ansiedade e patologia. O tabu que se colocava sobre a sexualidade desloca-se agora para o açúcar, as gorduras e as taxas de colesterol. Os tabus passaram da cama para a mesa.” (ORTEGA, 2008, p.40-1)

Como refere Rose (2007), mais do que ciborgues¹¹, estamos nos tornando *mais biológicos*.¹²

Por fim, Rabinow e Rose (2006) referem-se à medicina genômica como o terceiro ponto de inflexão na constituição de um biopoder hoje. Se as primeiras estratégias biopolíticas, no século XVIII, diziam respeito ao controle da doença e da saúde, fornecendo o modelo para a divisão entre o normal e o patológico, hoje, os novos testes diagnósticos (genéticos, moleculares, por imageamento, por exemplo) nos tornaram – a todos nós – proto ou pré-doentes, pois estamos sempre situados em algum índice acima, abaixo ou muito próximo daquilo que é considerado normal. Afora isso, com o desenvolvimento da medicina, todos nós estamos sendo colonizados pelos saberes médicos, de diferentes modos e com diferentes efeitos. A promessa da medicina genômica situa-se precisamente aí, na possibilidade de identificar e interferir positivamente nas virtualidades moleculares a fim de nos oferecer outro tipo de futuro. Trata-se, como bem referiu Nikolas Rose (2007), de uma economia política da esperança.

Os autores referem que estamos no meio de transformações que talvez não se estabeleçam, mas eles pensam que o conceito de biopoder direciona nossa atenção aos três elementos-chave que estão em jogo em qualquer transformação: conhecimento; poder e subjetivação.

Não vemos, mais imediatamente, que relações os avanços na reprodução podem afetar mais diretamente o campo da Educação Física, sobretudo, aqueles dos esportes, mas tanto a raça quanto a medicina genômica tem importantes implicações, seja no passado, no presente ou no futuro (enquanto promessa). Como sabemos, as teorias

11 Para uma discussão acerca do conceito de ciborgue, vide Tomaz Tadeu da Silva (2000).

12 Mais uma vez, pontuamos que isso tem a ver com o conceito de melhoramento/otimização do corpo, que discutiremos a seguir.

das raças estiveram presentes ativamente no mundo do esporte e das práticas corporais (GOELLNER; SILVA, 2007), e ainda hoje, seja no campo científico ou leigo, as diferenças corporais entre brancos e negros, por exemplo, são referendadas como mais ou menos propícias a determinado tipo de esporte. Na mesma direção, a medicina genômica e a possibilidade de “otimizar/melhorar” os corpos através de terapias celulares/moleculares, do próprio indivíduo ou mesmo de outros organismos que se “misturam” às suas células/moléculas sem deixar rastros, constituem-se num dos mais importantes campos de discussão contemporâneo. Em outras palavras, não é mais estranho falar-se em doping genético¹³ – embora este seja um dos “pontos quentes”

13 O termo doping genético foi recentemente introduzido “na lista da WADA (*ProhibitedList – International Standard*) como sendo um novo método passível de utilização para a modulação da performance física e que, portanto, estaria proibido. De forma geral, o doping genético usufrui das avançadas estratégias em tecnologia de transferência de genes, desenvolvida para prevenir e tratar doenças através da manipulação da expressão de genes específicos. A WADA define o doping genético como sendo o uso não terapêutico de células, genes, elementos genéticos ou a modulação da expressão gênica com potencial em aumentar a performance atlética” (DIAS, 2011, p. 66). Dias (2011) também enfatiza que “a terapia gênica em células somáticas representa uma tecnologia promissora para a terapêutica, mas ainda com poucos resultados positivos em estudos clínicos [...]. O doping genético representa as possibilidades de manipulação de genes em linhagens de células somáticas” (DIAS, 2011, p. 66). Além disso, ele destaca que “a musculatura esquelética parece ser o principal alvo para a terapia gênica e, conseqüentemente, o doping genético” [...]. “Como a performance física é controlada por um conjunto de genes, aqueles com maior percentual de participação na modulação de um determinado fenótipo seriam os alvos candidatos ao doping” (DIAS, 2011, p. 67). Igualmente, “genes com potencial em reduzir dor e processo inflamatórios causados por lesão e repetidos traumas também são alvos candidatos ao doping” (DIAS, 2011, p. 68). E, por fim, “a tecnologia para a manipulação de genes está disponível e a utilização do doping genético visando a criação de atletas geneticamente modificados já é realidade. Laboratórios de biologia molecular, legalizados ou clandestinos, que estejam compactuando com o doping genético, podem estar utilizando-o mesmo sem a garantia de segurança e de resultados positivos para a

da discussão acerca do melhoramento no século XXI, caracterizado pelo biovalor das partes do corpo humano, que adquiriram vida própria nos circuitos da bioeconomia (ROSE, 2007), optamos por não aprofundar tal discussão aqui.

Não se trata, no entanto, de qualquer corpo, mas de um corpo cujas explicações e as formas como o vivemos e narramos se deslocam, na passagem do século XX para o XXI, cada vez mais de sua molaridade (daquilo que pode ser visto a olho nu, tal como órgãos e ossos) para sua molecularidade (genes, canais iônicos, moléculas, etc.). (ROSE, 2007) Novas verdades corporais, constituídas pela tecnobiomedicina, advém desta nova perspectiva de ver o corpo, reiterando sua centralidade e importância, as quais se somam àquelas verdades acerca da necessidade do lazer, da atividade física regular, do esporte, da vida ao ar livre, ou, em outras palavras, na articulação entre o corpo e o espaço (seu entorno físico espacial). Uma articulação que parece ser de suma importância para a educação física e para a área da saúde num sentido amplo.

As biopolíticas do século XXI - políticas da própria vida

Estas importantes considerações acerca do funcionamento do biopoder hoje foram retomadas por Rose (2007), a partir de uma compilação ampliada de diferentes textos publicados no início deste século XXI na forma de livro. Trata-se do *Politics of life itself* (2007), recentemente traduzido e publicado no Brasil como *A política da própria vida* (2013). Ali, este autor dissecou mais extensivamente as transformações, ou, melhor dizendo, “as mutações” amplificação da performance física humana” (DIAS, 2011, p. 69).

(ROSE, 2013, p. 5-7) que configuraram aquilo que ele veio a chamar de biopolítica do século XXI¹⁴, caracterizadas por um conjunto de deslocamentos em relação à biopolítica foucaultiana.

Tal como é comum para aqueles que seguem uma analítica foucaultiana, Rose chama a atenção para o fato de se tratar de deslocamentos, mas não de substituições de um tipo de ação por outro. Em outras palavras, a ideia é que o biopoder e a biopolítica descritos por Foucault ainda operam, mas a eles se somam novos modos, mais efetivos segundo suas próprias racionalidades, de se conduzir mais objetivamente a vida. Aliás, é precisamente esta uma das diferenças cruciais no entendimento de Rose (2013), a passagem de uma política de *fazer viver* para outra da *própria vida*, da *vitalidade*, do “*mais*”. Em suas próprias palavras,

a política vital do nosso próprio século parece diferente [daquela do século XIX, caracterizada pelas políticas do sangue, por exemplo]. Ela não é nem limitada pelos polos da saúde e da doença, tampouco está focada na eliminação de patologias para proteger o destino da nação. Em vez disso, ela está preocupada em com as nossas crescentes capacidades para controlar, gerenciar, engenheirar¹⁵, reformatar e modular as capacidades vitais dos seres humanos como criaturas vivas. Ela é, como eu sugiro, uma política “da própria vida”. (ROSE, 2007, p.3)

14 Empregamos neste texto a versão inglesa, publicada em 2007. A versão em português foi lançada no Brasil em 2013. (ROSE, 2013)

15 Temos ciência da estranheza que o termo pode provocar em português, mas termos sinônimos ao “*toengineer*”, como arquitetar ou construir, não têm a mesma potência que o termo “engenheirar” adquiriu na literatura internacional - e também nacional - na direção de caracterizar a possibilidade de produzir algo na direção esperada/planejada, possibilitada pelo conhecimento científico.

Política que, segundo ele, não pode ser vista – novamente, tal como já se disse em relação ao biopoder – apenas a partir das lentes foucaultianas de fazer uma história do presente na direção de mostrar como ele esqueceu as suas contingências, reabilitando-o a transformações no presente, mas, sobretudo de uma abertura em relação ao futuro (na direção de desestabilizar o futuro reconhecendo a sua abertura).

Esse presente-futuro biopolítico – que acreditamos que já vem se desenhando de diferentes modos em distintos contextos – se caracteriza por um conjunto de agenciamentos advindos de diferentes dimensões e não por um único evento. Segundo Rose (2007) ele é caracterizado por cinco grandes mudanças em curso: 1) molecularização; 2) otimização; 3) subjetivação; 4) expertise somática e 5) economia da vitalidade. Vamos, no que se segue, caracterizar cada um deles, dando especial destaque, numapróxima seção, ao termo otimização.

Rose (2007) propõe que atualmente estamos passando de um modelo de corpo molar (que tem massa, dimensões apreensíveis ao olho humano: órgãos como fígado, rins, coração; fluxo sanguíneo, hormônios, etc.), sobre o qual atuamos e investimos (procurando aperfeiçoar através de dietas, exercícios, tatuagens e cirurgia estética), e que foi o foco da medicina clínica a partir do século XIX em diante, para outro, denominado corpo molecular (propriedades funcionais das proteínas e suas topografias moleculares; formação de elementos intracelulares particulares – canais iônicos, atividades enzimáticas, genes, potenciais de membrana: dimensões inapreensíveis ao olho humano), que requer outro nível de visualização da medicina – o molecular. Segundo Rose, “o olhar clínico tem sido complementado, se não suplantado, por esse olhar molecular, ele mesmo imerso em um estilo ‘molecular’ de

pensar sobre a própria vida.” (ROSE, 2007, p.12) Ainda, a “molecuralização está conferindo uma mobilidade aos elementos da vida, habilitando-os a entrar em novos circuitos – orgânico, interpessoal, geográfico e financeiro.” (ROSE, 2007, p.15)

Em relação à subjetivação, Rose (ROSE, 2007) propõe que embora a medicina sempre tenha desempenhado um papel na configuração da subjetividade, há algumas características significativamente distintas nas formas de subjetivação biomédica contemporânea em relação às predecessoras. Paul Rabinow (1999) foi um dos primeiros a reconhecer este fenômeno, cunhando o termo ‘biossociabilidade’ para caracterizar as novas formas de identificação coletiva que estão tomando forma na era genômica. Em outras palavras, estão emergindo novos tipos de identidades individuais e coletivas e novas práticas a partir das novas técnicas diagnósticas e de monitoramento de riscos e suscetibilidades. Grupos que trocam experiências e se ajudam mutuamente, fazem pressão, criam demandas e novas formas de levantamento de fundos e participação – cidadania biológica. (ROSE, 2007, p.23) Segundo ele, a biomedicina, ao longo do século XX, “não apenas mudou nossa relação com a saúde e a doença, mas modificou as coisas que pensamos que devemos esperar e os objetivos aos quais aspiramos. Ou seja, ela nos ajudou a nos tornarmos os tipos de pessoas em que nos tornamos.” (ROSE, 2007, p.25)

Em relação à expertise somática Rose refere que

A biopolítica hoje depende de um trabalho metódico nos laboratórios em termos de criação de novos fenômenos, do poder massivo da computação e do aparato que procura relacionar histórias médicas e genealogias familiares com

as sequências genômicas, do poder de marketing das companhias farmacêuticas, das estratégias regulatórias das pesquisas éticas, dos licenciamentos de drogas pelos comitês e comissões de bioética, e, é claro, da busca por lucros para os acionistas que tais verdades prometem. É aqui, nas práticas contemporâneas de biopoder, que as novas formas de especialidades/ autoridades podem ser encontradas. (ROSE, 2007, p. 28)

Os médicos continuam como especialistas (importantes nos séculos XVIII, XIX e XX), mas os especialistas somáticos não estão mais localizados apenas na profissão médica, havendo, antes, um conjunto de profissionais que se dedicam a aconselhar e intervir (enfermeiras/os, terapeutas de toda a ordem, fisioterapeutas, nutricionistas, especialistas em promoção da saúde, conselheiros em educação, conselheiros em planejamento familiar, aconselhadores genéticos, educadores físicos, treinadores, entre outros). Rose indica o surgimento de um tipo de poder pastoral ‘premonitório’, caracterizado, sobretudo, pelas novas tecnologias diagnósticas e que frequentemente nos tornam protodoentes em nome das quais temos que tomar determinadas decisões. Segundo ele,

este não é o tipo de pastoralismo em que o pastor conhece e dirige as almas de ovelhas confusas e indecisas. Ele estabelece um conjunto de relações dinâmicas entre os efeitos daqueles que aconselham e dos aconselhados. Esses novos poderes pastorais do soma compartilham os princípios éticos dos consentimentos informados, da autonomia, da ação voluntária e da escolha e não-diretividade. Na era da prudência biológica, na qual os indivíduos,

especialmente as mulheres, são obrigados a assumir responsabilidades por seus próprios futuros médicos e aqueles de suas famílias e crianças, esses princípios éticos são inevitavelmente traduzidos em microtecnologias para o gerenciamento da comunicação e informação que são inescapavelmente normativos e dirigidos. (ROSE, 2007, p.29)

O autor arremata este tópico referindo que todos nós seguiremos, logo em seguida, estes ‘pioneiros éticos’ (os ativistas da Aids e as mulheres experimentando novas tecnologias reprodutivas – e podemos aí também incluir os atletas de elite). Ele também lembra que os especialistas somáticos não estão apenas se proliferando na vaga de expansão do conhecimento biomédico, o que é central para os discursos de verdade da biologia e da medicina, mas, antes, numa variedade de instâncias popularizadas (jornais, linguagem esotérica, jornalistas, divulgadores da ciência), além de leigos, grupos de pacientes, conselhos de pesquisa, investidores, etc.¹⁶

16 E envolvendo esses especialistas somáticos está outro ramo de especialidade - a bioética. A bioética transformou-se de um ramo da filosofia para um corpo crescente de especialidade profissional. Se antes havia um código de conduta, incorporado ao longo da formação, pelos profissionais, agora há um cerco das ciências biomédicas e da prática clínica pela bioética. Ele mostra, por exemplo, como a indústria farmacêutica aciona o aparato da bioética para representá-la como ética e responsável. E ele pergunta: “o que gera a insaciável demanda por bioética nos aparatos políticos e regulatórios das sociedades liberais avançadas?” (ROSE, 2007, p. 30). Como ele refere, alguém pode certamente considerar a expansão da bioética e sua imbricação com as estratégias regulatórias como uma resposta a um tipo de “crise de legitimação”, experimentada pela genética e por outras biotecnologias. No entanto, mais do que isso, as companhias de biotecnologia buscam como difícil (isto é, transformar em commodities) produtos (sequências de DNA, tecidos, células tronco, órgãos) que poderão circular no mercado do biovalor. Neste sentido, está claro que a bioética tem uma função crucial na criação, manutenção e expansão desse mercado:

Todas essas mutações apontadas pelo autor resultam na emergência daquilo que se veio a chamar de bioeconomia, ou seja, aquela parte das atividades econômicas “que capturam o valor latente nos processos biológicos e recursos naturais renováveis para produzir saúde, crescimento e desenvolvimento sustentáveis melhorados.” (ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO apud ROSE, 2007, p.32) Como é de conhecimento quase comum, o nível molecular de investigação na biologia e na medicina requer longos períodos de investimentos, não apenas em treinamento de pessoal qualificado, mas em tecnologia de ponta, no desenvolvimento de testes, entre outros aspectos, para se atingir determinados objetivos. Foi Catherine Waldby que “inicialmente propôs o termo ‘biovalor’ para caracterizar os modos pelos quais corpos e tecidos derivados de uma pessoa morta são reutilizados para a preservação e manutenção da saúde e da vitalidade de um vivo” (ROSE, 2007, p.32), mas Rose o emprega de modo geral, como o valor que pode ser extraído das propriedades vitais dos processos vivos, para se referir à pleora de modos pelos quais a própria vitalidade tornou-se uma potencial fonte de valor. Não se trata de um processo absolutamente novo, pois já teve início nas primeiras décadas do século XX, com a transfusão de sangue, por exemplo. No entanto, embora não se trate de processos absolutamente novos, algo mudou e isto diz respeito à emergência do próprio termo bioeconomia, que traz à existência novos espaços para o pensamento e a ação.

produtos que não venham com as garantias éticas apropriadas, como o consentimento informado dos doadores, não encontrarão caminho fácil para circular nos circuitos do biocapital. (ROSE, 2007, p.30)

Tecnologias de Otimização/Melhoramento

Antes de nos adentrarmos nas especificidades do que vem a ser otimização/melhoramento pensamos que cabe uma breve explanação acerca do modo como estamos entendendo o termo tecnologia; isso para podermos falar, a seguir, de tecnologias de otimização/melhoramento.

Embora geralmente pensemos tecnologia como algo relativo ao conjunto de equipamentos ou técnicas (tecnologias diagnósticas, como escaneamento cerebral, exames genéticos), cirurgias para transplante de órgãos ou reconstrução de partes do corpo, como os implantes, ou mesmo como aquele conjunto de situações em que o esporte é afetado pela tecnologia, como refere Miah (2005, 2006, 2009), ela vem a ser muito mais do que isso. A tecnologia deve ser entendida como o

agenciamento de pessoas, técnicas, instituições, instrumentos para a condução da conduta. Para tornarem-se operacionalizáveis as racionalidades precisam encontrar alguns caminhos para se efetivarem, tornando-se elas mesmas instrumentais [...]. Isso se refere a todos aqueles dispositivos, ferramentas, técnicas, pessoal, materiais e aparatos que habilitam as autoridades a imaginarem e agirem sobre a conduta das pessoas, individual ou coletivamente, e em locais que frequentemente estão muito distantes [governo à distância]. (MILLER; ROSE, 2008, p.16)¹⁷

As novas tecnologias envolvem, assim, muito mais do que apenas habilidades para utilizá-las. Antes, elas são engendradas e engendram modos de pensamento

17 Para efeitos de citação transformamos o tempo passado, empregado pelos autores, em tempo presente.

(racionalidades). De fato, elas não constituem domínios diferentes, mas modos de representar e de conhecer um dado fenômeno (racionalidades) e, ao mesmo tempo, um modo de atuar sobre eles para transformar (tecnologias). Nesta direção, não é demasiado dizer, como propõe Rose (2007), que estamos passando por uma mudança epistemológica.

As tecnologias que envolvem os transplantes de órgãos, por exemplo, não constituem apenas um triunfo das técnicas, mas, antes, requereram um conjunto de novas relações sociais, que reuniram doadores e receptores no tempo e no espaço, promovendo e gerando novas ideias acerca do fim da vida, novos sentidos de propriedade do corpo e de direitos à cura, assim como um complexo de relações financeiras e institucionais que tornaram tais procedimentos possíveis. (ROSE, 2007, p. 17) Em outras palavras, as tecnologias com as quais temos convivido – ao menos uma parte de nós – não “são meramente tecnologias médicas ou tecnologias de saúde, elas são tecnologias da vida.” (ROSE, 2007, p. 17) Como propõe Rose, se até recentemente os processos vitais deveriam ser aceitos tal como delineados pela própria natureza/biologia, hoje, a nossa natureza/biologia parece estar aberta às alterações (os efeitos das drogas psiquiátricas no humor e cognição, a reconfiguração da reprodução através de uma série de procedimentos, as terapias de reposição hormonal e a reconfiguração da sexualidade masculina por meio de medicamentos como o *Viagra*, são exemplos disso). Neste sentido, Rose (2007) propõe que

as antigas linhas entre tratamento, correção e melhoramento não podem ser mais mantidas¹⁸. Os modos pelos quais eles se-

18 Esta não é uma afirmação consensual na literatura sobre melhoramento. No THE PERFORMANCE ... (2012, p. 2), há um exemplo interessante em relação a essas linhas: “um psiquiatra pode prescrever

ção redefinidos conformam o novo território das biopolíticas moleculares. Assim, essas novas tecnologias não apenas procuram curar os danos orgânicos ou doenças, ou melhorar a saúde, como nos regimes alimentares ou de fitness, mas transformam o que deve ser um organismo biológico, tornando possível reconfigurar [...] os próprios processos vitais na direção de maximizar seus funcionamentos e a melhorar seus resultados. Sua característica-chave é a sua visão prospectiva: essas tecnologias da vida procuram reformatar o futuro vital atuando no presente vital. (ROSE, 2007, p. 17-8)

Em outras palavras, essas tecnologias da vida buscam não apenas revelar patologias invisíveis no genoma, por exemplo, mas intervir sobre elas na direção de otimizar as chances de vida de um indivíduo. Elas fazem isso “trazendo os futuros potenciais ao presente tentando torná-los sujeitos ao cálculo e objetos de intervenções curativas.” (ROSE, 2007, p. 19) Elas são, portanto, tecnologias de risco, assentadas em racionalidades de risco, pois também atuam como tecnologias morais que disciplinam/subjugam o presente na direção de colonizar o futuro (LUPTON, 1999) em nome de uma promessa de “mais saúde”, de maior nível de vitalidade.

Também o melhoramento, como uma tecnologia de otimização, está orientado ao futuro. E a despeito disso, nem a vontade de melhoramento, nem o melhoramento são novos, ou seja, efeito das tecnologias vigentes nos últimos

medicação antiansiedade para um universitário que anteriormente era bem sucedido, mas que agora sofre de uma desordem de ansiedade debilitante. Neste contexto, a medicação faz o universitário retornar ao seu nível prévio de performance mais do que melhorar a sua performance. Isto indica a necessidade de considerar a natureza relacional do ‘melhor’ quando se trata de melhoria de desempenho.”

séculos, pois, seja através das preces, da meditação, das dietas, dos feitiços, dos exercícios físicos ou espirituais, para incrementar a saúde, a fertilidade, as proezas desportivas, a longevidade, etc., os humanos, em quase todos os lugares e tempos, tentaram aumentar as capacidades de seus corpos. (ROSE, 2007) Portanto, a sensação de novidade e de estranheza que vivenciamos hoje em relação às possibilidades de melhoramento do corpo talvez advenham tanto do fato de estarmos vivendo em uma época em que tais modificações se tornaram mais possíveis em razão dos avanços da ciência quanto, como sugeriram Clarke et al. (apud ROSE, 2007, p. 20), por estarmos nos deslocando da normalização (que visava, através da cura, devolver o estado de normalidade ao corpo) para a customização (o corpo aberto às transformações conforme a vontade do consumidor e a oferta dos mercados, incluindo-se aí o próprio mercado da ciência e do esporte).¹⁹ Segundo Rose (2007) esse estranhamento atual também se dá porque, mais do que em qualquer momento anterior, hoje esse melhoramento está mais bem fundamentado nas mais novas compreensões científicas acerca do corpo e seus modos de funcionamento, tornando-o mais forte, preciso, focado e bem sucedido. Segundo ele, “o corpo artificialmente melhorado não é mais um ciborgue – uma fusão de humano e de artefatos”, que o tornaria *menos* biológico, mas precisamente o contrário, *mais* biológico, porque “as novas tecnologias moleculares de melhoramento não tentam hibridizar o corpo com equipamentos mecânicos, mas transformá-lo no nível orgânico, remodelando a vitalidade desde dentro.” (ROSE, 2007, p. 20) Esta tem sido a tônica

19 Um terceiro motivo, igualmente elencado por Rose (2007) e digno de nota, é que diferentemente das técnicas anteriores de automelhoramento, que requeriam exercícios da vontade, treino por longos períodos, dificuldades e resistência, essas novas técnicas de melhoramento podem ser realizadas sem muito esforço (ROSE, 2007, p.20-21).

das discussões relativas ao doping genético, por exemplo, tal como exploraremos brevemente a seguir. (DIAS, 2011; TRIVIÑO, 2012)²⁰

Seguindo o editorial de lançamento do periódico *Performance Enhancement & Health* (THE PERFORMANCE..., 2012, p. 1), podemos entender melhoramento da performance como a “ideia de fazer algo melhor do que havia sido feito antes” ou “qualquer melhoria **no resultado em relação a uma posição prévia.**” (THE PERFORMANCE..., 2012, p.2) Entendê-lo dessa forma requer que assumamos dois pressupostos: 1) alguma ação melhora a performance de modo intrínseco ou extrínseco à pessoa (essas ações podem ser físicas – farmacológica, genética, cibernética ou por meio de equipamentos externos – ou sociais – psicológicas²¹, sociológicas, legais ou políticas); 2) a performance pode ser avaliada objetiva (o quanto uma pessoa pode correr em uma hora) ou subjetivamente (a fluidez de uma performance musical).

Nesta direção, devemos entender que o melhoramento da performance está presente em um variado conjunto de instâncias – e não apenas no esporte –, que vão desde o gerenciamento da performance nos ambientes de trabalho, por meio de bônus e prêmios, os treinamentos para músicos e bailarinos de elite (pianistas e solistas), o uso de remédios para se manterem acordados por parte dos motoristas de caminhão, e, socialmente, até mesmo a cirurgia cosmética (para conquistar parceiros de um dado tipo) e o uso de álcool para diminuir a ansiedade provocada por situações sociais, são considerados modos de melhoramento da

20 No presente texto não nos dedicaremos a discutir o “caso Pistorius” e o uso de suas próteses, que o permitem ampliar suas capacidades de corrida atingindo níveis de desempenho iguais ou superiores a atletas olímpicos considerados “normais”. Pistorius, aqui, seria o típico exemplo do conceito de ciborgue (para maiores discussões acerca desse conceito, vide a obra organizada por Silva, 2000).

21 Como a meditação para aquietar a mente, por exemplo.

performance. Ele está presente, inclusive em nossas vidas cotidianas através de tecnologias como os computadores e máquinas de lava-louças²². Em síntese, o referido editorial destaca que o melhoramento não está restrito ao esporte de elite (e o doping como sua manifestação arquetípica), sendo considerado “fundamental para o entendimento da condição humana.” (THE PERFORMANCE..., 2012)

Nesse íterim, o campo esportivo é por excelência o espaço privilegiado para a incorporação de novas tecnologias na melhoria da performance dos corpos dos atletas. (MIAH, 2006; SILVA; GOELLNER, 2007) Investimentos tecnológicos nos esportes não são recentes, pelo contrário, muitos datam do século XIX²³, com o uso de substâncias ergogênicas²⁴ para o aumento da performance (estimulantes, fármacos), sistemas de treinamento e de aparelhos para o aumento da força, resistência e potência, e o uso de vestimentas apropriadas para cada modalidade esportiva, entre outros. Embora esses últimos frequentemente não sejam considerados como “inadequados” ao melhoramento nos esportes, as substâncias são usualmente condenadas sob a alegação de que promovem algum tipo de dano à saúde do atleta – e também à imagem do esporte. A alegação é de que o custo do doping por meio de substâncias é

22 Nesta mesma direção, cabe fazer referência ao interessante texto “Do super-homem ao homem superexcitado”, de Paul Virilio (1995). Nesse texto, o autor refere que a partir da revolução industrial e, sobretudo, ao longo do século XX vimos nossos corpos desinvestindo força (e gasto de energia) para a sua transformação em trabalho (no campo, na fábrica, etc.) para investi-la (e gastar energia) em aparelhos artificiais, como em academias de musculação, esteiras, etc.

23 Alguns referem até o consumo de figos antes das competições na antiguidade grega era entendido como um tipo de doping, pois, teoricamente, melhoraria a performance dos atletas.

24 São substâncias capazes de aprimorar a capacidade de realizar um trabalho físico ou desempenho atlético, muito utilizado em atletas de alto rendimento. Alguns exemplos dessas substâncias são a cafeína, a creatina, a carnitina, a insulina, o guaraná e o GH (Hormônio do Crescimento), entre outros.

frequentemente pago com a saúde pessoal.

É precisamente neste ponto, dos custos à saúde, e consequentemente da associação praticamente direta entre melhoramento e saúde como sinônimo de ética nos esportes, que gostaríamos de discorrer. Em outras palavras, não estamos interessados – ao menos não neste texto – em discutir se doping no esporte se constitui ou não em trapaça ou rompimento dos princípios do *fair play*²⁵, mas em como a discussão acerca do melhoramento está alicerçada numa ética cujo princípio não é o de uma ética do esporte (do “espírito do esporte”), que sempre dependeu das tecnologias, mas de uma ética da saúde (MIAH, 2005, 2008)²⁶, que não apenas vige nos manuais das agências reguladoras, mas que também se coloca – tal como destacaremos a seguir – como um modelo para se pensar a sociedade (ou vice-versa). Mais do que isso, que estamos assistindo à passagem de uma biopolítica molar para outra molecular, com consequentes redefinições do que se entende por saúde.

Como bem destacou Miah (2005), “as tecnologias (primitiva ou sofisticada, pré-moderna ou pós, recente ou antiga) são inequivocamente uma característica necessária de muitos esportes, sem as quais eles não teriam se tornado possíveis.” (MIAH, 2005, p. 306) Savulescu, Foddy & Clayton (2004, p.668) vão ainda mais longe, dizendo que

25 Miah (2008) discorre com muita propriedade acerca da tensão existente no cenário internacional entre, de um lado, as tecnologias de melhoramento e, de outro, os argumentos que caracterizam tais tecnologias em doping, salientando o caráter pragmático, contraditório, não reflexivo e condenável destes últimos argumentos, o que, segundo o autor, limita as potencialidades críticas de compreensão deste fenômeno. Para maior aprofundamento vide Miah (2008).

26 Miah (2005) refere a emergência do Comitê Olímpico Internacional (em 1967) e a da WADA (em 1998) como parte de uma política antidoping “que permaneceu responsabilidade dos profissionais médicos. E nesta direção, não é surpresa que os tipos de valores aí refletidos sejam consistentes com as normas éticas médicas” (p. 52).

“a natureza não é justa”, dando, por exemplo, pés enormes a Ian Thorpe. Nesta direção, eles entendem que “longe de ser injusta, permitir o melhoramento da performance promove a equidade.” (SAVULESCU; FODDY; CLAYTON, 2004, p. 668) Eles também dizem que os jogos olímpicos são um negócio – “esqueça o antigo ideal romântico grego” – e que, nesta direção, paradoxalmente, a permissão das “drogas” no esporte poderia reduzir a discriminação econômica (SAVULESCU; FODDY; CLAYTON, 2004), como a impossibilidade de comprar uma câmara hiperbárica. Para eles, em suma, a questão deve ser colocada na segurança: “devemos permitir drogas que são seguras e continuar banindo e monitorando drogas que são inseguras” (SAVULESCU; FODDY; CLAYTON, 2004) para os atletas. Por fim, segundo esses autores, devemos focar na detecção de drogas [inseguras] porque elas são danosas e não porque elas melhoram a performance”. (SAVULESCU; FODDY; CLAYTON, 2004)

Apesar do crescente entendimento de que as tecnologias tornaram o esporte no que hoje ele é, e, mais do que isso, nos tornaram aquilo que somos, são comuns as objeções ao uso de tecnologias contemporâneas para a otimização dos atletas, especialmente aquelas intervenções que são da ordem da alteração do corpo por meio de substâncias, ou ainda, tecnologias que alterem de algum modo a configuração do corpo e suas potencialidades. Os principais argumentos para tais objeções vão desde a trapaça e a injustiça, passando pelos danos à saúde (individual, institucional e social) e a falta de neutralidade, até o argumento de que esses melhoramentos da performance seguem na contramão da naturalidade, essencialidade e autenticidade da natureza humana. (MIAH, 2008; TAVARES, 2002; PANCORVO; SANDOVAL, 2005) Boa parte dos investimentos (que ao longo do século XX se intensificaram) foram da ordem da molaridade, tendo em vista que

buscavam melhorias nos corpos a partir de incrementos nas funções físicas visíveis a olho nu. Atualmente, no entanto, os investimentos são mais da ordem da molecularização e, ao que parece (DIAS, 2011), podem vir a ser cada vez mais utilizados, tais como manipulação genética, uso de células tronco, nanotecnologia, entre outros. (DIAS, 2011; TRIVIÑO, 2012)

Entendemos que as intervenções realizadas nas arenas esportivas internacionais, especialmente nos esportes de alto rendimento, acabam fornecendo elementos constitutivos à cultura popular e influenciando o consumo social vinculado às atividades físicas, incluindo aqui, os estilos de vida ativos. Desse modo, as otimizações realizadas no cenário esportivo de alto rendimento são, de algum modo, traduzidas para o mundo cotidiano, e incidem nos modos como os sujeitos não esportistas, mas praticantes de atividade física, organizam suas práticas e todas as instâncias a elas relacionadas, tais como vestimenta, alimentação, suplementos, dietas, alterações corporais diversas, próteses, entre outros, possibilitando até mesmo o desejo e vislumbre das tecnologias gênicas ou biomédicas altamente desenvolvidas e específicas aos atletas de alto rendimento nas práticas corporais cotidianas. Rose (2007, p. 20) ressalta que os sujeitos que aderem a essas possibilidades de intervenção são “consumidores [que] fazem escolhas com base em desejos que podem parecer triviais, narcísicos ou irracionais, realizados não por uma necessidade médica, mas em nome do mercado e da cultura consumidora.”

De modo amplo, pode-se dizer que há duas posições contemporâneas em relação ao doping: uma política protecionista antidoping (que enfatiza os danos para a saúde física e mental dos atletas) e outra que entende que as tentativas de “proteger a saúde do atleta do doping falham

em reconhecer os danos à saúde intrínsecos à participação em qualquer nível de esporte.” (THE PERFORMANCE..., 2012; SAVULESCU, FODDY; CLAYTON, 2004) Em outras palavras, o papel da saúde em relação à melhoria da performance no esporte é ambíguo. Isso porque, embora na maioria das sociedades a saúde venha a ser entendida, em sentido amplo, como a ausência de doenças, ela pode ter diferentes interpretações e o que “é considerado como promotor ou diminuidor de saúde é diferente para diferentes pessoas.” (THE PERFORMANCE..., 2012, p.2) É nesta direção que a melhoria na performance pode ter diferentes implicações não apenas nas arenas esportivas, mas na própria saúde pública, contexto em que a melhoria das condições corporais é amplamente desejada e esperada como parte de um projeto de investimento contínuo de cada um sobre si mesmo.

Miah (2005) parte do entendimento de que o doping é apenas uma dimensão das políticas de melhoramento da performance, pois há outras, não discutidas ou presumidas como parte dos esportes, frequentemente associadas aos interesses das associações esportivas (o esporte enquanto instituição e como mercado, pode-se dizer) e que não são reconhecidas nos aspectos mais amplos das discussões éticas.²⁷ Segundo ele, dever-se-ia eliminar a

27 O referido autor cita exemplos de melhoria dos diferentes aspectos tecnológicos, que vão desde a mudança do produto utilizado nos capacetes, a mudança do tipo de piso, o uso de tênis de um dado tipo, o uso de câmaras hiperbáricas, e a até mesmo a maior participação dos espectadores via tecnologias como a televisão. Segundo ele, “há um número de modos em que a tecnologia altera a performance e isso vai além da simplista conceptualização dentro de uma política antidoping”. (MIAH, 2005, p.53) (Vide também MIAH, 2006; 2009) Embora todas essas formas sejam importantes e se referiram ao melhoramento da performance os destacamos aqui em nota de rodapé por não estarmos interessados, neste momento, em discutir tecnologia nesta acepção mais estrita, mas, sim, naquela anteriormente apresentada. Apesar disso, cremos que o seguinte entendimento é um pressuposto

palavra antidoping dos circuitos esportivos e no lugar dela estabelecer-se uma política de conceptualização das tecnologias de alteração da performance nos esportes. Isso porque ao usar a palavra antidoping de forma generalista para toda e qualquer ação e situação que foge ao escopo das agências reguladoras (que, aliás, atuam na busca de uma harmonização de uma política internacional antidoping²⁸) estabelece-se um viés cultural que merece todo cuidado: os mais variados “significados associados ao doping, ao uso de drogas e, até mesmo, ao que é considerado droga em diferentes culturas”, podem acarretar diversas interpretações sociais indesejáveis (o que, de alguma maneira, influencia a opinião pública acerca do tema). (MIAH, 2008, p. 38)

Assim, performance e não doping deveria ser a tônica: o valor da performance no esporte e o que se constitui num esporte de excelência. (MIAH, 2008, p.54) A questão, então, deveria ser “o que conta como um tipo de performance válida no esporte”? (MIAH, 2008) – e não o que é doping ou não. Ou, também, “o que o uso das tecnologias nos diz sobre nossa humanidade”? (MIAH, 2008, p.55), uma vez que o esporte de elite pode ser usado como uma arena, um estudo de caso – por assim dizer –, para investigar os fins da tecnologia na sociedade. (MIAH, 2006; 2009)

fundamental dos modos pelos quais estamos entendendo tecnologia aqui: “... os esportes sempre foram tecnológicos e as avaliações morais acerca desta relação variaram ao longo do tempo. A tecnologia (primitiva ou sofisticada, pré-moderna ou pós, recente ou antiga) é uma característica inequivocamente necessária de muitos esportes, sem a qual eles não teriam se tornado possíveis. Se assim o é, não é surpresa destacar que, na medida em que a tecnologia evolui, também o esporte evolui.” (MIAH, 2006, p. 306)

28 Segundo Miah (2008) existe uma política internacional de harmonização antidoping que busca, através de diferentes instâncias, agências, órgãos e entidades, sistematizar, regular, validar e homogeneizar as ações, conceptualizações e procedimentos antidoping no plano internacional, nacional e regional, para que haja uma política única de regulamentação contra o doping.

Para esse mesmo autor (MIAH, 2006), as tecnologias de melhoramento podem enriquecer a prática do esporte de elite mais do que diminuir-las, tal como acontece, por exemplo, com a introdução de calçados mais adequados, dardos mais precisos, capacetes mais leves e resistentes, equipamentos de navegação, etc. Portanto, esses exemplos mostram as federações esportivas e as agências reguladoras do esporte preocupadas em tornar suas práticas menos perigosas para os seus competidores através da introdução de novas medidas tecnológicas, que tanto permitem que eles atuem num nível ótimo quanto reduzam o stress corporal. Entretanto, sugere Miah (2006), “esses exemplos são controversos uma vez que a implementação deles pode mudar o tipo de prova que é instituída pela competição.” (MIAH, 2006, p.307)

É nesta direção que seguem, também, Savulescu, Foddy & Clayton (2004) indagando, provocativamente, se, sem o melhoramento da performance, não devemos repensar quem somos e o que o esporte é.

Considerações finais

Embora tivéssemos o intento de explorar a relação entre otimização/melhoramento e estilos de vida saudáveis/ativos, no que se refere à articulação entre o espaço e o corpo, entre os espaços e as práticas de lazer no âmbito das cidades, das instituições, dos discursos das mídias, etc., com as dimensões molares e moleculares do corpo, só pudemos fazê-la no sentido aproximativo neste texto. Isso porque nos demos conta dos diferentes desdobramentos que isso exigiria, bem como da necessidade de mais bem apresentar e situar a biopolítica do século XXI e seus conceitos correlatos.

Em síntese, neste texto pretendeu-se mostrar como as tecnologias de saúde/médicas e as racionalidades que lhes sustentam são efeito de um processo histórico de produção dos corpos, não apenas dos atletas de elite, mas de todos nós. Em outras palavras, de que não podemos mais falar de um corpo natural, pois ele deixou de sê-lo há muito tempo. Assim, como sugere Miah (2005), falar de *enhancement* ou de doping não tem a ver com ética esportiva, mas sim com o modo como a saúde constituiu o próprio doping como algo que é considerado um dano à saúde e, portanto, de uma ética que é característica de uma “biopolítica clássica”, em que se buscava devolver a normalidade aos corpos, e não da biopolítica do século XXI, que preza pela melhoria de todas as condições de saúde, portanto, de performance. Como já referimos, a própria saúde/medicina nos alavancou ao longo dos últimos dois séculos, sobretudo no século XX, a um estado de saúde nunca antes atingido para uma grande parcela da humanidade.

Não foi nosso objetivo discutir a história do esporte, do melhoramento no esporte ou mesmo do doping, mas mostrar um conjunto de conceitos que, articulados, talvez possam nos oferecer elementos para tensionar as recorrentes questões advindas das possibilidades técnicas de se transformar ou de melhorar o corpo. Isso não apenas como algo que se passa no âmbito dos esportes de elite, mas também como algo que faz parte dos modos pelos quais, hoje, aprendemos a lidar e a conduzir nossos próprios corpos – em nome de uma racionalidade que prima pela vida, por mais vida, em todos os sentidos e que se apresenta, portanto, como um imperativo inexorável.

Se de fato estamos vivendo uma biopolítica do século XXI no âmbito brasileiro, ao mesmo tempo em que (con) vivemos com características e práticas de uma “biopolítica clássica”, tal como descrita por Michel Foucault, é uma

questão para colocarmos como interrogação, como um problema amplo de pesquisa a ser percorrido e dissecado nos próximos anos, por pesquisas vindouras. Talvez vivamos enclaves geográficos de apartação espacial num mesmo tempo cronológico, similares às *scapes* descritas por Arjun Appadurai (1996), as quais nos configurariam numa realidade que se apresenta muito mais multifacetada e, aparentemente, contraditória do que frequentemente observamos em nossas análises mais particulares – a partir de “objetos” destacados e recortados de dados contextos socioculturais.

Assim, falar desde uma biopolítica do século XXI pressupõe problematizar a centralidade que os conhecimentos tecnobiomédicos têm na constituição, narração e condução de nossas vidas como seres que não apenas têm um corpo, mas que, de modo crescente, se definem através de uma dada racionalidade (a de uma cultura somática) e as tecnologias por ela informadas na direção de se atingir um corpo de um dado tipo (com maior vitalidade, com “mais vida”). Os saberes do campo biomédico, talvez mais do que outros neste tempo, são aqueles que concorrem para mais bem nos definir em termos de potencialidades, limites, promessas, incluindo aquelas de ordem genética/mental/neuronal, indicando os caminhos supostamente corretos e verdadeiros – segundo os ditames da ciência contemporânea – em nosso tempo.

Mais do que isso, se essa biopolítica se caracteriza pela expansão dos saberes tecnobiomédicos para todos os recantos de nossas vidas, esquadrihando-a em cada detalhe através de suas expertises somáticas, na direção de torná-la cada vez mais potente, mais vital, e se o conceito/noção de saúde que aí se coloca é aquele da “saúde como um mais”, como maior incremento da potência, das capacidades biológicas, então, o conceito de saúde,

como negação da doença, na direção de evitar todo e qualquer tipo de dano, tal como apregoado pelas políticas antidoping, está em descompasso com a noção de saúde dessa biopolítica contemporânea.

Se as políticas antidoping estão assentadas nos seguintes pressupostos – provoca dano à saúde; é imoral do ponto de vista do espírito do esporte; não é equânime em termos de possibilidades –, mas, como apontou Miah (2005), se alicerça sobretudo numa ética que, mais do que uma ética dos esportes (*fair-play*, espírito olímpico) é aquela da saúde, então talvez precisemos admitir que, contemporaneamente, os corpos dos atletas – que estão na ponta da tecnologia – e depois, de modo desigual, todos os nossos, são corpos transformados por tecnologias de todas as ordens. Em outras palavras, se somos efeito daquilo que as tecnologias biomédicas nos fizeram, então, não podemos mais permanecer afixados numa ética do passado, que procurou circunscrever e regular tudo em torno do dano, ou, como referem alguns, de um pânico moral.

As políticas antidoping, mesmo quando elas eram molares, sempre vazaram. Agora, no âmbito molecular elas vazam por todos os lados e continuarão vazando, porque ainda se busca circunscrever as políticas de regulação no âmbito de uma ética de saúde molar e histórica – ou seja, como efeito de coisas em torno das quais ela “correu atrás”, com relativo sucesso –, mas que hoje já não operam mais na mesma direção. Portanto, se alguns de nós estão, de fato, vivendo numa biopolítica do século XXI, caracterizadas pela molecularidade e pela otimização, então tais mecanismos regulatórios estão em descompasso com a atual forma como a saúde vem sendo definida.

Se estamos, de fato, numa sociedade da performance (MIAH, 2009), no âmbito de uma cultura somática, em que o corpo é o maior valor que temos, então o melhoramento

da performance – viver com mais saúde, ter menos dor, adoecer menos, viver mais ou adicionar anos à vida, prevenir melhor, aparentar ter menos anos do que se tem, maior rendimento, superar limites, produzir mais, extrair maior prazer, explorar outros ambientes, etc., etc. – está em todos os espaços de nossas vidas: seja na forma molar, através dos já conhecidos discursos da promoção da saúde e dos estilos de vida saudáveis; seja através de todas as possibilidades técnicas que temos hoje à disposição, que passam pelos alimentos inteligentes, pelas drogas farmacêuticas de última geração – que revelam, nossos verdadeiros “eus” psicológicos, como apregoam alguns segmentos da psiquiatria biológica – e chegam até as promessas relacionadas às possibilidades de alterar nosso próprio genoma, tornando-nos, assim, não menos, mas mais biológicos.

Devemos nos perguntar se as tecnologias de otimização hoje disponíveis para alguns de nós – e reiteramos, para os atletas talvez em primeiro lugar, como o “campo de provas” dessas tecnologias de todas as ordens – são menos danosas porque provocam menos malefícios do que, por exemplo, os próprios treinamentos a que os atletas eram submetidos no passado e que condenavam seus corpos a uma série de danos posteriores. Por que, então, não ter mais performance? Se hoje ela está na ordem do dia das racionalidades contemporâneas, sobretudo as biomédicas, que, como dissemos, se expandem para todos os domínios, incluindo o da Educação Física.

E, se sabemos que o melhoramento da performance é a ordem do dia em nossas vidas, talvez tenhamos que deslocar a discussão do doping para o melhoramento, tal como, entre outros, sugeriu Miah (2005, 2006, 2009). Talvez tenhamos que pensar em uma política que admita o melhoramento da performance como parte daquilo que

somos hoje. Talvez tenhamos que abrir nossas agendas de pesquisa para outras possibilidades de ver os corpos nesta era em que a biologia promete nos tornar mais biológicos do que outrora fomos. Talvez tenhamos que reproblematicar nossos princípios éticos como parte de uma agenda política que olha para o passado na direção de problematizar nosso presente, mas que igualmente se abre a um futuro que “está preocupado com nossas crescentes capacidades para controlar, gerenciar, engenheirar, reformatar e modular as capacidades vitais dos seres humanos como criaturas vivas”. (ROSE, 2007, p.3)

Referências

APPADURAI, A. **Modernity At Large**: Cultural Dimensions of Globalization. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

COSTA, J. F. **O vestígio e a aura** – Corpo e consumismo na moral do espetáculo. Rio de Janeiro: Garamond. 2005.

DIAS, R. G. Genética, performance física humana e doping genético: o senso comum versus a realidade científica. **Rev. Bras. Med. Esporte**, São Paulo, v.17, n.1, jan./fev. 2011.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I** – a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

GOELLNER, Silvana V.; SILVA, André L. S. Universo

biotecnológico e fronteiras partidas: esporte, gênero e novo eugenismo. In **Gênero**. Niterói, v. 7, n.2, p. 79-89, 1. Sem. 2007.

HALSE, C. **Bio-citizenship**: virtue discourses and the birth of the bio-citizen. In: WRIGHT, J., HARWOOD, V. (Eds.). *Biopolitics and the ‘obesity epidemic’ – governing bodies*. New York, NY: Routledge, 2009. p. 45-59.

LUPTON, D. Corpos, prazeres e práticas do eu. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.25, n.2, p.15-48, jul./dez. 2000.

_____. **The imperative of health**: Public Health and the Regulated Body. London: Sage, 1995.

_____. **Risk**. New York: Routledge, 1999.

MAIA, A. **Atletas geneticamente modificados**: ética biomédica, doping genético e esporte. São Paulo: Phorte, 2008.

_____. From anti-doping to a ‘performance policy’ sport technology, being human, and doing ethics. **European Journal of Sport Science**, v.5, n.1, p. 51-57, 2005.

_____. Human enhancement in performative cultures. In: MISSA, J.N.; PERBAL, L. (Orgs.). **Enhancement – etiqueetphilosophie de la medicine d’amelioration**. Annales de Philosophie, 2009. p. 171-192.

_____. Rethinking enhancement in sport. **Ann. N.Y. Acad. Sci.**, n. 1093, p. 301-320, 2006.

MILLÁS, J. J. **Cuerpo y prótesis**. El Paseante (El cuerpo y la fotografia). Madrid: Ediciones Siruela, s/d. p. 30-39.

MILLER, P., ROSE, N. **Governing the present** – administering economic, social and personal life. Cambridge, UK: Polity Press, 2008.

ORTEGA, F. **O corpo incerto** – corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

PANCORBO SANDOVAL, A. E. Doping. In: _____. **Medicina do Esporte: princípios e prática**. Porto Alegre: Artmed, 2005. Tradução Flávia Marques Ribeiro et al.

RABINOW, Paul. **Antropologia da razão** – ensaios de Paul Rabinow. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

RABINOW, P., ROSE, N. O conceito de biopoder hoje. **Política & Trabalho** - Revista de Ciências Sociais, n.24, p. 27-57, abr. 2006.

RIBEIRO, R. J. Novas fronteiras entre natureza e cultura. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O homem-máquina: a ciência manipula o corpo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2003. p. 15-36.

RICH, E.; EVANS, J. Performative health in schools: welfare policy, neoliberalism and social regulations? In: WRIGHT, J., HARWOOD, V. (Orgs.). **Biopolitics and the 'obesity epidemic'** – governing bodies. New York, NY: Routledge, 2009. p. 157-171.

ROSE, N. **A política da própria vida** – biomedicina, poder e subjetividade no século XXI. São Paulo: Paulus, 2013.

_____. **Politics of live itself** – biomedicine, power, and subjectivity in the Twenty-first Century. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2007.

SANT'ANNA, D. B. Descobrir o corpo: uma história sem fim. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 49-58, 2000.

SANTOS, L. H. S. O corpo que pulsa na escolar e fora dela. In: RIBEIRO, P. R. C. et al. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade:**

discutindo práticas educativas. Rio Grande: Editora da FURG, 2007.

SAVULESCU, J.; FODDY, B.; CLAYTON, M. Why we should allow performance enhancing drugs in sport. **Br J Sports Med**, n. 38, p. 666-670, 2004.

SILVA, A.L.; GOELLNER, S. V. Universo biotecnológico e fronteiras partidas: esporte, gênero e novo eugenismo. **Niterói**, v.7, n. 2, p. 79-89, 1 sem. 2007.

SHILLING, C. **The Body and Social Theory**. London: Sage, 2003.

SILVA, T. T. (Org.). **Antropologia do ciborgue** – as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

TAVARES, O. Doping: argumentos em discussão. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 41-55, jan./abr. 2002.

THE PERFORMANCE ENHANCEMENT-HEALTH NEXUS, Editorial. **Performance Enhancement & Health**, n.1, p. 1-2, 2012.

TRIVIÑO, J. L. P. Deportistas tecnologicamente modificados y los desafíos al deporte. **Revista de Bioética y Derecho**, n. 24, p. 3-19, Ene. 2012.

VIRILIO, P. **A arte do motor**. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

WILLINSKI, J. Ciência e a origem da raça. In: LOPES, A. C. et al. (Orgs.). **Currículo de ciências em debate**. Campinas, SP: Papirus, 2004. p. 77-118.

PRÁTICAS CORPORAIS E O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: DESAFIOS PARA A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

Fernando Jaime González

A vinculação das práticas corporais com a saúde não é nova. Desde a antiguidade, o envolvimento regular em exercícios físicos é incluído no conjunto de recomendações orientadas ao cuidado da saúde. O novo nesta discussão é a incorporação das práticas corporais e dos profissionais que trabalham nesse campo às políticas e ações do sistema público de saúde do Brasil¹. Particularmente, por que este é um sistema que tem em seu ideário um conceito ampliado de saúde, gestado num longo processo originado no denominado movimento da Reforma Sanitária da década de 1970 no país, orienta sua organização e seu funcionamento nos princípios de universalidade, integralidade, equidade, descentralização, regionalização, hierarquização e participação popular. Demanda, assim,

¹ Em especial, destaco a criação, pelo Ministério da Saúde, dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf), mediante a Portaria GM nº 154, de 24 de janeiro de 2008; o Programa Academia da Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), instituído pela Portaria nº 2.681, de 7 de novembro de 2013; as diferentes modalidades de serviços oferecidos nos Centros de Atenção Psicossocial pela Portaria/GM nº 336, de 19 de fevereiro de 2002.

uma lógica de intervenção bastante diferente ao que se tem feito em nome da saúde na Educação Física.

Nesse contexto de institucionalizado do cuidado da saúde, coloca-se o desafio de pensar o papel das práticas corporais e, de forma mais específica, as potenciais possibilidades de atuação dos profissionais da Educação Física, partindo do pressuposto de que a tradição de nossa área pouco dialoga com o conceito de saúde e os princípios que orientam o Sistema Único de Saúde.

Tendo como pano de fundo essas ideias, organizei o texto em duas sessões. Na primeira, procuro demarcar o que entendo por práticas corporais e, sem pretender ser exaustivo, descrevo diversas manifestações dessas práticas sociais, as quais assumem uma codificação medianamente estável e permitem reconhecê-las como produções culturais particulares. Na segunda sessão, explico a compreensão sobre algumas das dimensões de conhecimento e intervenção que se colocam para o profissional de Educação Física quando passa a pensar sua atuação nesse campo, a partir da ideia de trabalhar com as práticas corporais, não apenas como uma possibilidade de atividade física, e sim como uma prática social de cuidado da saúde.

Práticas corporais: demarcação e características

Início afirmando, como já fiz em uma publicação anterior (GONZÁLEZ, 2013), que as práticas corporais fazem parte das manifestações culturais dos mais diferentes grupos sociais. Elas apresentam-se de forma institucionalizada, organizada e sistemática, mas também de forma espontânea, desestruturada e esporádica. Podem ser praticadas em grupos de amigos, conhecidos,

desconhecidos ou individualmente, e são justificadas pelos praticantes por motivos diversos, tais como convívio, saúde, distração, divertimento, estética, manutenção da forma física ou a combinação destes.

Como práticas culturais, as práticas corporais mudam na forma, nos produtores, nos atores, nos significados e na função, de acordo com as transformações e as características dos contextos sócio-históricos nos quais elas se inserem. Algumas que eram impensáveis ou sequer existiam em uma época passaram a ser cotidianas em outras. Uma prática corporal é significada de uma determinada maneira num contexto social definido e assume outro sentido num outro.

Independentemente dessas características, um aspecto que parece não deixar dúvidas é que as práticas corporais cumprem funções sociais relevantes, já que a maioria dos grupos humanos, com suas diferentes formas e dinâmicas, tem criado, conservado, transmitido, transformado e ressignificado esse tipo de práticas sociais. Relevância, no entanto, também é um atributo socialmente localizado e que muda segundo o contexto em que as práticas corporais estão inseridas.

Nesse contexto, as práticas corporais são entendidas como um conjunto de práticas sociais com envolvimento essencialmente motor, realizadas fora das obrigações laborais (profissional ou voluntária), domésticas, higiênicas, religiosas, realizadas com propósitos específicos, não instrumentais. Dessa acepção, destaco três elementos fundamentais comuns a todas as práticas corporais:

- a) o movimento corporal como elemento essencial;
- b) uma organização interna (de maior ou menor grau) pautada por uma lógica específica; e
- c) serem produtos culturais vinculados com o lazer/ entretenimento e/ou o cuidado com o corpo e a saúde.

No que se refere ao *movimento corporal como elemento essencial*, busco evidenciar a ideia de que podemos considerar práticas corporais aquelas *atividades físicas* que têm fim em si mesmas e, portanto, não podem ser substituídas por mecanismos automatizados ou pela realização de um terceiro. Com essas características, buscamos excluir desse conceito as atividades físicas compulsórias, exigidas ou demandadas, para cumprir tarefas orientadas a algum resultado produtivo.

Ao me referir a uma organização interna (de maior ou menor grau) pautada por uma lógica específica, busco destacar que nessas práticas sociais, historicamente construídas, é possível identificar codificações peculiares (portanto, com certa estabilidade), que permitem diferenciá-las das diversas atividades físicas que os sujeitos realizam cotidianamente². Nessa perspectiva, é possível reconhecer que determinados sistemas de movimentos representam práticas corporais entendidas como esportes e outras como danças, bem como que determinados passos e coreografias são de uma e não de outra dança.

Finalmente, trata-se de produtos culturais vinculados com o lazer/entretenimento e/ou o cuidado com o corpo e a saúde. Tal característica independe do fato de que algumas dessas práticas possam ter sua origem no campo laboral ou seu desempenho *cênico* possa convertê-las em trabalho (por exemplo, o futebol profissional).

Cabe salientar, no entanto, que diversas práticas corporais, mesmo *cumprindo* os requisitos anteriormente mencionados, não são consideradas parte do conjunto de práticas com o qual a Educação Física se ocupa e/ou utiliza no campo da intervenção profissional. Excluem-se, assim,

² No quadro teórico oferecido pela Praxiologia Motriz (PARLEBAS, 2001), trata-se de reconhecer que se organizam em princípios diferenciados de ação motora, gestando, portanto, diferentes tipos de situações motoras.

por exemplo, as práticas próprias do erotismo cultivado, como também de diferentes rituais religiosos sustentados em práticas corporais.

Tomando esses critérios como balizadores para identificar as práticas corporais, é possível operar na diferenciação de que, no conjunto de *atividades físicas* que o ser humano é capaz de produzir, o profissional de Educação Física que trabalha no espaço do Sistema Único de Saúde teria como ferramentas terapêuticas fundamentalmente as *práticas corporais*. Em outras palavras, práticas corporais carregadas de sentido e significado para os praticantes, que não podem ser equiparadas a *atividades físicas* utilitárias.

Para poder avançar nesta análise, parece-me fundamental reconhecer que, no conjunto de práticas corporais, é possível identificar formas específicas de codificação que, potencialmente, geram vivências corporais e sociais particulares durante sua realização. Refiro-me com isso a algo próximo do que Pierre Parlebas (2001) chama de “situações motoras”, ainda que eu esteja seguro que ele não compartilharia o uso que faço de *seu* conceito.

Nesse sentido, descrevo a seguir diferentes práticas corporais que podem ser mobilizadas e/ou oportunizadas em diferentes contextos com propósitos ampliados de cuidado da saúde. Início com as denominadas *práticas esportivas*, em particular, o esporte e os jogos derivados dos esportes. Como práticas das mais conhecidas na contemporaneidade, o esporte caracteriza-se por ser orientado pela comparação de um determinado desempenho entre indivíduos ou grupos (adversários), regido por um conjunto de regras institucionalizadas por organizações (associações, federações e confederações esportivas), as quais definem as normas de disputa e promovem o desenvolvimento das modalidades em todos os níveis de competição. (GONZÁLEZ, 2005; 2006)

Os jogos *derivados* dos esportes mantêm essencialmente as características dos esportes formais, quanto às regras que regulam a ação, mas adéquam as regras formais e as metarregras às características do espaço, ao número de participantes, ao material disponível etc. Isso permite afirmar com bastante tranquilidade que, por exemplo, num jogo de três contra três numa cesta de basquete, os participantes estão jogando basquete, mesmo não sendo obedecidos os 50 artigos que integram o regulamento da modalidade.

Também fazem parte do conjunto de práticas corporais as danças: práticas caracterizadas por movimentos rítmicos, organizados em passos e evoluções específicas, muitas vezes também integradas a coreografias. As danças caracterizam-se por serem realizadas de forma individual, em duplas ou em grupo, sendo estas duas últimas formas as mais comuns. Diferentes das práticas corporais expressivas, estas se desenvolvem em codificações particulares, historicamente constituídas, que permitem identificar movimentos e ritmos musicais peculiares associados a cada uma delas.

Nesse movimento, coloco numa categoria diferente as *práticas corporais expressivas*, caracterizadas por aspectos similares às danças, no entanto diferentes destas no momento em que não se constituem em formas específicas de movimentos codificados em passos, evoluções e/ou coreografias. Trata-se de práticas caracterizadas por utilizar os diferentes recursos expressivos do corpo e o movimento para produzir e comunicar ideias. Nessas práticas, o que se deseja expressar é o vetor organizador da ação corporal dos participantes.

Um subconjunto amplo e diverso das práticas corporais são os *exercícios físicos*. Caracterizados como práticas corporais para melhorar o rendimento, manter

a condição física ou modificar a composição corporal, são organizados em sessões planejadas de movimentos, repetidos com frequência e intensidade definida, e podem ter orientações de acordo com uma população específica (ginástica pré-natal, por exemplo) ou atreladas a situações ambientais determinadas (ginástica laboral). O exercício físico, muitas vezes apresentado como *a ferramenta terapêutica* por excelência, assume os mais diversos formatos e classificações, tratando-se, como aponta Bourdieu (1993, p. 80-81),

[...] essencialmente de atividades altamente racionais e racionalizadas. Isso é assim, em primeiro lugar, porque pressupõem uma fé racional nos benefícios posteriores e frequentemente intangíveis que a razão promete [...]; em segundo lugar, porque essas atividades têm geralmente significado só com relação a um conhecimento abstrato e completamente teórico dos efeitos de um exercício que em si mesmo com frequência se reduz, como é no caso da ginástica, a uma série de movimentos abstratos, descompostos e reorganizados com referência a um fim específico e tecnicamente definido (por exemplo, 'os abdominais').

Próximo ao exercício físico, no sentido de que o movimento é organizado pelo *efeito* esperado sobre o praticante, encontram-se as denominadas *práticas corporais introspectivas*, caracterizadas por movimentos suaves e situações de aparente imobilidade, como é o caso de uma determinada postura ou de um exercício respiratório consciente, voltadas para a obtenção de uma maior consciência corporal, como consequência da atenção prestada às sensações somáticas produzidas por essas

ações. Essas práticas podem ser denominadas de diferentes formas: introjetivas (LAGARDERA; LAVEGA, 2003), suaves (DORDENNE, 2004), alternativas. (MATTHIESEN, 2005) Exemplos: biodança, bioenergética, eutonia, antiginástica, método feldenkrais, *Yoga*, tai chi chuan, liang gong/ginástica chinesa. Curiosamente, são esses sistemas codificados de movimento os únicos que ganham a denominação *práticas corporais* na literatura da atenção básica da saúde. (BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA, 2010, p. 134)

Também fazem parte desse conjunto as lutas, disputas corporais em que o oponente deve ser subjugado, com técnicas, táticas e estratégias orientadas ao desequilíbrio, à contusão, à imobilização ou à exclusão de um determinado espaço, na combinação de ações de ataque e defesa. Nesse agrupamento, há uma grande quantidade de formas de práticas, quando considerado o seu grau de institucionalização, o que permite diferenciar esportes de combate, artes marciais, jogos de oposição, sistemas de defesa pessoal. Exemplo: boxe, esgrima, jiu-jitsu, judô, karatê, luta, sumô, taekwondô. Também fazem parte desse universo, ainda que num sentido restrito não possam ser consideradas lutas, os exercícios simulados de combate que, com mais ou menos desenvolvimento, várias das denominadas artes marciais apresentam.

Outro conjunto de práticas corporais reúne os *jogos (motores) tradicionais, populares e construídos*. Opero com a ideia de que esse conjunto trata de atividades voluntárias exercidas dentro de determinados limites de tempo e espaço, que se caracterizam pela criação e alteração de regras, pela obediência de cada participante ao que foi combinado coletivamente, bem como pela apreciação do ato de jogar. Inicialmente, é possível identificar que essas práticas têm um grau de codificação menos estável do que

os esportes, já que não são institucionalizados no que se refere às regras de ação. Ainda assim, é possível reconhecer que um conjunto grande desses jogos foi e é transmitido de geração a geração (ou seja, são tradicionais) e/ou é difundido através de redes de sociabilidade informais (populares). Por outro lado, podemos ver que, no campo educacional e terapêutico, inventam-se jogos e atividades lúdicas orientadas a gerar interações sociais específicas entre seus participantes. Trata-se de jogos *construídos* com esse propósito, como é o caso dos jogos cooperativos.

Outro tipo específico de prática corporal são as acrobacias, práticas que têm como característica central uma relação permanente entre equilíbrio e desequilíbrio corporal mediante o uso combinado de força, agilidade e destreza. Podem ser realizadas no solo, no ar, em aparelho (trapézio, corda, cama ou fita elástica) ou com algum tipo de *veículo/artefato* (*skate*, patins), de maneira individual ou coletiva, e possuem um conjunto bem variado de piruetas (rolamentos, parada de mão, ponte, piruetas, saltos mortais, pirâmide humana etc.) como manobras. Nesse tipo de prática, incluem-se muitas das práticas denominadas *sliz*, caracterizadas por deslizamentos em diversos tipos de superfícies e pautadas pela busca da vertigem. (GUZMAN, 2001)

De alguma forma, historicamente próximos a uma parte das acrobacias, temos os jogos de malabar ou malabarismo. Prática corporal milenar, integrante das denominadas artes circenses, consiste em manipular um ou mais objetos arremessando-os ao ar de forma alternada, num movimento contínuo, sem perder o controle ou mantendo-os em equilíbrio. Os jogos de malabar caracterizam-se por sua dificuldade e beleza, desafiando o jogador (malabarista) a aprender técnicas específicas, utilizando diversas partes do corpo, mas principalmente as mãos.

Finalmente, as práticas corporais na natureza. O aspecto central e diferenciador das anteriores é que nessas, as práticas realizam-se no meio natural, caracterizado pelas incertezas que o ambiente físico cria para o praticante. No conjunto de práticas realizadas nesse espaço, podem-se identificar aquelas pautadas pela busca da vertigem, o risco controlado, portanto, de aventura (esportivas: corrida orientada, corrida de aventura, corridas de *mountain bike*; não esportivas: rapel, tirolesa, arborismo). No entanto também nesse espaço se percebem outras práticas que se pautam pela ideia do que poderemos denominar *contemplação* (excursionismo, acantonamentos, acampamentos), a busca de um contato sensível, atento, refletido com o meio natural.

Em linhas gerais, é possível afirmar que cada uma dessas práticas corporais, potencialmente, pode se converter num lócus e meio de atuação do profissional de Educação Física no campo da saúde na perspectiva defendida pelo SUS. Entretanto, para isso é necessário assumir essas práticas sociais como mais do que um simples mecanismo de produção de gasto energético, e interpretá-las no marco de um *modelo de atenção na saúde*, que supere os modelos *biomédico* e de *atenção gerenciada*, como discutirei no próximo ponto.

Práticas corporais no arranjo tecnológico do profissional de Educação Física na atenção da saúde no SUS

Ricardo Burg Ceccim e Luiz Fernando Bilibio (2007), utilizando a figura de linguagem criada por Merhy (2002) sobre os tipos de tecnologias que o médico emprega no seu agir em saúde, propõem a ideia de que o profissional de

Educação Física atua nesse campo usando três “mochilas tecnológicas”. Uma mochila com tecnologias *duras*, outra com tecnologias *leve-duras*, e a terceira preenchida de tecnologias *leves*.

Na mochila das tecnologias *duras* que o profissional de Educação Física carrega, segundo os autores, estariam os aparelhos de ginástica, o cronômetro, os equipamentos dos laboratórios de fisiologia do exercício, os diversos materiais esportivos, o adipômetro e diversos outros materiais utilizados nas intervenções da Educação Física.

Na cabeça desses profissionais estaria a mochila das tecnologias *leve-duras*, constituídas pelos saberes tecnológicos bem estruturados pela ciência; particularmente, os autores enfatizam aquelas que se ocupam do desenvolvimento da aptidão física. Na mesma mochila colocam os conhecimentos da epidemiologia aplicada à Educação Física e um saber-fazer próprio da clínica educativa do corpo, com seu planejamento detalhado de cada sessão de exercícios físicos; a retidão da postura; a vigilância permanente sobre cada gesto; a angulação do movimento; a quantidade de repetições; a intensidade de esforço; o tempo de execução de cada atividade física.

Finalmente, na mochila das tecnologias *leves* – que, no dizer dos autores (CECCIM; BILIBIO, 2007, p.55), seria bem mais proveitosa do que a valise do médico – estaria o processo de relações intercessoras, surgido no encontro com o usuário e com as suas necessidades de expressão de si, de produção de um corpo para si, mediada pela prática corporal e o contexto que a envolve. As tecnologias leves seriam os procedimentos desenvolvidos pelos professores no momento do *trabalho vivo* junto aos usuários.

Nessa forma de pensar as *tecnologias terapêuticas* do profissional de Educação Física, diria que a descrição da mochila das tecnologias *leve-duras* está incompleta, já

que a ênfase se coloca apenas sobre os conhecimentos que permitem pensar a interação com o *organismo* do usuário, e não com o sujeito. Muitas outras tecnologias *leve-duras* originadas particularmente no campo das ciências humanas e sociais deveriam fazer parte da mochila do professor de Educação Física, sem, contudo, desconhecer que a mochila das tecnologias *leves* deve ser uma das mais ricas.

Entre tantos saberes que devem fazer parte da mochila das tecnologias *leve-duras* dos professores de Educação Física, originadas em campos científicos diferentes ao biomédico, colocaria o conhecimento sobre as práticas corporais – fundamentalmente no que se refere ao conhecimento das demandas e dos desafios colocados aos praticantes, na sua dimensão orgânica, mas, de forma especial, no plano da experiência, tanto no que diz respeito ao envolvimento pessoal/corporal como na implicação social. Os diferentes tipos de práticas corporais e subgrupos que podemos identificar em cada uma das categorias mencionadas na seção anterior propiciam relações específicas. Conhecê-las e reconhecê-las nos parece fundamental e um dos aportes particulares do profissional de Educação Física.

No entanto a possibilidade de que esses e outros conhecimentos sejam reconhecidos como importantes depende, como explicam Ceccim e Bilibio (2007, p. 55), dos modelos de atenção na saúde que predominem no contexto profissional em que o professor esteja inserido. Nessa lógica interpretativa, a organização “modelar” da produção da saúde pode ser pensada com base nos arranjos das dimensões tecnológicas *duras*, *leve-duras* e *leves*, e o trabalho do profissional de Educação Física nesse campo é atravessado por essa dinâmica.

Nesse contexto, os autores falam de três “modelos” típicos: o *biomédico*, o da *atenção gerenciada* e o da

saúde afirmativa. Em tais arranjos de cuidado da saúde, os conhecimentos dos profissionais e, particularmente, dos profissionais da Educação Física têm um valor diferenciado.

No modelo *clássico*, efetivado na lógica medicocêntrica, as tecnologias leves ficam relegadas a um nível secundário de importância. No processo de trabalho da Educação Física tramado nesse modelo, conforme apontam Ceccim e Bilibio (2007, p.56),

[...]o usuário é um tipo de insumo do projeto terapêutico composto por um somatório de atos fragmentados que compõem um processo de trabalho dividido em unidades de produção. Essas unidades compõem certo projeto terapêutico que tem como *centro o procedimento*. Nesse contexto, o profissional de educação física subordina o usuário aos procedimentos estabelecidos como verdadeiros e aptos a proteger e produzir a saúde do usuário, sendo um processo de trabalho que tem o usuário como objeto de intervenção tecnocientífica. (grifo meu).

O modelo apresenta um profissional que subordina sua prática a procedimentos previamente estabelecidos e válidos em si mesmos. Pautado em pressupostos biomédicos, o profissional de Educação Física realiza um trabalho fundamentalmente técnico, em que não há quase espaço para escuta, o reconhecimento das necessidades particulares do usuário e, conseqüentemente, também com poucas possibilidades para invenção de novas formas de intervenção profissional. “O trabalho vivo em ato é capturado pelo trabalho morto da modelagem biomédica da educação física”. (CECCIM; BILIBIO, 2007, p. 57)

A imagem do profissional sentado atrás de uma mesa, *prescrevendo* exercícios físicos após uma bateria

de testes motores, uma detalhada anamnese, geralmente com ênfase na dimensão orgânica e até em estudos clínicos encaminhados pelo profissional médico, é a que melhor representa esse modelo no campo da Educação Física. A prescrição é tal que o modelo de racionalização das tarefas sugere ou permite que a realização efetiva das atividades seja acompanhada por outro profissional menos capacitado, já que o *efeito* da intervenção se consegue na elaboração da *receita*, e não no momento de ministrar o *remédio*. Estamos, nesse exemplo, frente à lógica *curativista*, em que o núcleo cuidador é empobrecido.

Nesse campo, há pouco espaço para outra prática corporal além do *exercício físico* centrado na dimensão orgânica. Temos um praticante subjugado pela lógica do procedimento que estabelece com precisão supostamente *científica* os exercícios, as séries, a frequência, a carga, as pausas etc. a serem realizados. Essa lógica sustenta a construção de programas de computador que, alimentados com dados sobre o usuário, são *capazes* de fornecer a prescrição adequada do exercício. O processo impõe-se sobre o usuário e o profissional.

O segundo modelo, o da *atenção gerenciada*, tem sua origem na lógica das seguradoras de saúde, que, com base em saberes estatísticos epidemiológicos, promulgam as práticas preventivas na busca do controle dos sinistros de saúde. Como explicam Ceccim e Bilibio (2007, p. 57), no âmbito das políticas públicas de saúde essa lógica de conceber a intervenção passa pela “defesa da oferta de uma cesta básica de ações com baixo custo e extensiva a toda a população”. Completa-se o pacote com um grupo de propostas de intervenção “pautado no padrão de adoecimento de determinada população, visando ao controle do seu nível de saúde e, assim, consumindo atos de saúde mais baratos”. Prosseguem os autores (BILIBIO, 2007, p. 58):

As práticas de saúde da educação física estão dentro dessa cesta básica, pois mesmo as tecnologias de alto custo financeiro consumidas no processo de trabalho da educação física são, incomparavelmente, mais baratas do que as tecnologias duras consumidas no complexo médico-hospitalar. Esta diferença de custo financeiro é central para a análise da atual inserção da produção do cuidado da educação física na grande produção do cuidado do campo da saúde.

Contudo é importante ficar atento que, no âmbito das políticas públicas, o investimento político é muito maior do que o econômico, no momento de oportunizar à população o acesso à oferta de condições para a prática. Nessa modelagem, o investimento é maior na divulgação da ideia de um estilo fisicamente ativo do que na construção de alternativas concretas para a população incluir essas práticas dentro de seu campo de possibilidades³.

As mochilas dos profissionais de Educação Física, nesse arranjo tecnológico do cuidado da saúde, além das tecnologias leve-duras e leves, passam a incluir referenciais de *culpabilização* moral do usuário, colocando a responsabilidade do cuidado de si no sujeito. (CECCIM; BILIBIO, 2007) A ideia central remete à concepção de que um sujeito informado que não atua conforme seus conhecimentos merece ser condenado pelos problemas de saúde que potencialmente sofrerá. Como afirmam Ceccim e Bilibio (2007, p. 58-59), “Na micropolítica deste processo de trabalho da educação física há ausência de relação intercessora, há ausência de prática de cuidado e há desresponsabilização do profissional para com a produção

3 Fraga (2006) faz uma análise detalhada das campanhas de promoção da atividade física no campo da saúde pública no Brasil e o lugar das mesmas no contexto das políticas sanitárias do país.

de uma saúde afirmativa da vida”. Não é possível ajudar a quem (ainda *informado!*) não se quer ajudar!

Uma das características desse modelo é que as *práticas corporais* perdem o sentido de práticas sociais com lógica própria, sendo reduzidas a uma possibilidade entre outras de produzir gasto energético. No olhar do modelo de *atenção gerenciada* da saúde, não há diferença se o gasto energético é produto das atividades físicas compulsórias, da extensão voluntária das mesmas ou de práticas corporais. As atividades físicas compulsórias seriam, por exemplo, em casa, empurrar carrinho, lavar carro, passear com cachorro, cuidar do jardim; no trabalho: andar, subir e descer escadas, evitar elevador e escada rolante, descer um ponto antes, caso utilize ônibus ou metrô no deslocamento. A ideia é simples: o organismo do usuário, objeto da intervenção, não diferencia as atividades.

Sobre esse ponto, e antes de passar para a descrição do terceiro modelo, abro um parêntese. O modelo centrado no aumento da atividade física – de qualquer tipo de atividade física – como fator de proteção da saúde tem sido recentemente *abalado*.

No ano de 2012, pesquisadores dinamarqueses (HOLTERMANN et al., 2012) publicaram no *British Journal of Sports Medicine* um estudo que testou a hipótese de que as atividades físicas ocupacional e de lazer geram benefícios semelhantes para a saúde. A partir de uma amostra de mais de sete mil trabalhadores, a hipótese foi rejeitada. Em uma relação dose-efeito ou exposição-resposta, a atividade física ocupacional aumentou o risco de ausências de longo-prazo motivadas por doença, enquanto a atividade física de lazer reduziu esse risco. Os resultados indicam efeitos opostos de atividade física ocupacional e do tempo livre na saúde global. Rejeita-se, assim, a ideia de equivalência da atividade física às práticas corporais no que se refere aos *efeitos* sobre a saúde. Fecho aqui o primeiro parêntese.

Na sequência, abro um segundo parêntese, que se refere ao processo de responsabilização individual do sujeito, via informação de seus hábitos de saúde. Tomo como referência para comentar o assunto a recente campanha da Sociedade Brasileira de Diabetes, *Diabetes: mude seus valores*, representada claramente na imagem da Figura 1, a qual foi veiculada em diferentes espaços públicos durante o ano de 2013 (aeroportos, estações do metrô, *busdoor* e internet, com *site*, *blog* e *fanpage* e mídia *on-line*). Os idealizadores da proposta entendem que a campanha é uma “forma diferente de impactar a população sobre a importância de mudanças no estilo de vida, na prevenção do diabetes e na melhoria na qualidade de vida.”⁴

Figura 1 – Campanha *Diabetes: mude seus valores*



Fonte: <<http://www.endocrino.org.br/media/uploads/coletiva3.jpg>>

A ideia simples é que “o fundamental para evitar e controlar o diabetes é cuidar da alimentação, praticar atividade física e parar de fumar”. Nessa lógica, há pelo menos dois pressupostos básicos: (a) a *informação muda práticas sociais*; (b) *envolver-se com práticas corporais é uma questão atitudinal, uma questão de valores*. Logo, uma consequência quase lógica para a política pública nesse modelo seria informar a população (retirá-la da sua ignorância) e responsabilizá-la pela sua saúde. Ao final, trata-se de uma mudança de valores, e isso é uma questão individual. Há um apagamento dos condicionantes sociais que atravessa qualquer prática social, inclusive o envolvimento com práticas corporais.

4 Disponível em: <<http://www.endocrino.org.br/campanha-mude-seus-valores>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

Nessa perspectiva, parece esquecer-se a forte associação entre o envolvimento em práticas corporais e os marcadores sociais. Aqui e no mundo inteiro se constata que o envolvimento com as práticas corporais não é homogêneo nos diferentes estratos sociais, recortados em critérios como idade, gênero, nível de escolaridade, renda, classe social.

Particularmente sobre classe social, a pesquisa que desenvolvi em meu doutorado (GONZÁLEZ, 2013) me permite afirmar que existe uma relação clara entre a probabilidade de envolvimento em práticas corporais e a classe social das pessoas. Utilizando os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do ano de 2008, fundamentalmente de sujeitos de atividade principal remunerada com idade de 25 a 65 anos, e tomando como referência as divisões de classe captadas pela classificação de José Alcides Figueiredo Santos (2002, 2005), percebem-se discrepâncias acentuadas na distribuição das probabilidades de praticar exercícios físicos ou esporte na população das regiões metropolitanas brasileiras.

As pessoas pertencentes ao estrato socioeconômico superior têm um envolvimento proporcionalmente maior e até bem mais tarde na vida com práticas corporais do que pessoas em estratos inferiores. A chance de o sujeito praticar exercício físico ou esporte diminui conforme ocupe posições mais baixas da classificação social, sendo que essa redução se acentua pela condição de gênero. As mulheres têm menos probabilidade de se envolverem com práticas corporais quando ocupam categorias socioeconômicas subalternas.

A posição socioeconômica afeta a disponibilidade de recursos (dinheiro, tempo e educação) importantes para o envolvimento em práticas corporais. O ocupante de uma posição socioeconômica mais elevada tem, regra

geral, acesso a recursos que ajudam a promover a prática de exercícios físicos ou esporte, ao contrário do que acontece com os grupos que ocupam as posições mais baixas. Nas regiões metropolitanas brasileiras, um sujeito de sexo masculino que ocupa, na classificação de classe utilizada, a categoria *Capitalista*, com estudos superiores, tem 6,18 mais chances de estar envolvido com a prática de exercícios físicos ou esporte do que uma mulher, localizada na categoria *Empregado doméstico*, com nível de instrução até Ensino Fundamental. (GONZÁLEZ, 2013)

Assim, a pergunta que surge é: essas chances 6,18 vezes menores que uma trabalhadora destituída tem de estar envolvida com práticas corporais são um problema de informação? Ou, de outra forma, essas chances 6,18 vezes maiores que tem um sujeito localizado nos setores mais privilegiados das classes sociais se dão porque carregam os “valores certos”, segundo apregoa a campanha publicitária citada? Seguramente, não. Logo, necessitamos de um modelo mais poderoso para compreender a relação e as possibilidades das práticas corporais no campo da saúde, particularmente no campo da saúde coletiva. Fecho aqui o segundo parêntese.⁵

O terceiro modelo que nos apresentam Ceccim e Bilibio (2007, p. 59) é o que rege o trabalho no Sistema Único de Saúde, pautado numa “dimensão propriamente cuidadora”. Sem poder dar conta aqui da complexidade de possibilidades de discussão de análise sobre as práticas corporais no SUS, decidi fazê-lo especialmente a partir da dimensão da promoção da saúde.

Nesse sentido, quando se faz leitura dos diversos documentos que parametrizam o trabalho no SUS, é evidente

⁵ Para aprofundar a discussão sobre a promoção da atividade física na perspectiva comportamentalista/conservadora de promoção da saúde, ler Ferreira, Castiel e Cardoso (2011).

que a promoção da saúde é uma das estratégias que não pode ser reduzida a um “conjunto de procedimentos que informam e capacitam indivíduos e organizações” (BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA, 2010, p. 19), ou à busca do controle das condições de saúde em grupos populacionais específicos. Contrariamente, “sua maior contribuição a profissionais e equipes é a compreensão de que os modos de viver de homens e mulheres são produtos e produtores de transformações econômicas, políticas, sociais e culturais” (MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA, 2010) ou seja, os modos de viver não são apenas escolhas individuais, e as condições econômicas, sociais e políticas não são meros elementos contextuais impassíveis de modificação.

Desse modo, para a promoção da saúde, é fundamental organizar o trabalho da equipe da saúde para desenvolver ações cotidianas que preservem e aumentem o potencial individual e social de eleger formas de vida mais saudáveis. Tais ações passam tanto por trabalhar na efetivação de direitos de cidadania como na produção de autonomia de sujeitos e coletividades para tomar decisões sobre sua vida e saúde. (BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA, 2010) Quando pensamos as práticas corporais nessa perspectiva, não se trata de buscar apenas que os sujeitos caminhem mais, ou simplesmente aumentem o gasto energético, e sim de potencializar o acesso a direitos, como é o caso do lazer, e o maior envolvimento de pessoas e comunidades com espaços de construção coletiva de melhores condições de vida para todos.

Nos mesmos marcos referenciais (BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE.

DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA, 2010, 2012), aponta-se que as ações de promoção da saúde devem ocorrer tanto ao nível da clínica quanto na realização e/ou condução de grupos participativos sobre as suas necessidades específicas ou na comunidade. No entanto vou me permitir aprofundar a discussão sobre a dimensão da comunidade, que, como veremos, entendo que não se afasta significativamente, no campo das práticas corporais, do nível da clínica e da condução de grupos.

Nesse recorte, entendemos que aos profissionais da Educação Física são exigidos diferentes conteúdos em suas mochilas tecnológicas. Estes, particularmente referidos às práticas corporais, se vinculariam com pelo menos quatro dimensões.

A primeira dimensão vincula-se com o conhecimento da *lógica interna* das práticas corporais, ou seja, as diferentes situações motoras, oportunizadas aos participantes/usuários pelos diversos tipos específicos de desafios criados pela realização da prática, no que se refere ao ambiente, ao seu próprio corpo, aos demais participantes. Trata-se de conhecer como diferentes cenários criados pela codificação específica da tarefa aumentam a probabilidade de surgirem sensações e relações sociais peculiares⁶.

A segunda dimensão passa pelo conhecimento que permite ao professor ler/perceber que, ainda que as práticas corporais gerem cenários específicos de interação, os sujeitos e os grupos de sujeitos carregam em si um passado incorporado que faz essas experiências serem particulares. (GONZÁLEZ, 2013) Cada sujeito e/ou grupo de sujeitos tem uma forma específica de vivenciar a prática corporal, e esta é aprendida. Logo, não se pode trabalhar desconhecendo a relação subjetiva que as pessoas estabelecem/têm com

⁶ Ver, por exemplo, o trabalho de Lavega et al. (2014) sobre o efeito de práticas corporais sobre a vivência emocional dos praticantes.

a prática corporal, assim como, no sentido contrário, com a ideia de que não é possível construir novas significações para as práticas.

Por exemplo, as práticas esportivas, em sua versão formal e/ou adaptada, geram entre seus protagonistas um tipo de relação marcada pelo agonismo e, em sua versão mais difundida, pela lógica da vitória, convertendo esta num vetor organizador central das relações sociais derivadas. Contudo há grupos que reconfiguram essas lógicas e conseguem reverter, criando um contexto de prática diferente ao que dita a lógica interna da modalidade. Diversos são os estudos que apontam essa dimensão, entre os quais recomendo ler os trabalhos de Nori (2002), Stigger (2002) e Stigger, González e Silveira (2007).

Parece-me importante destacar aqui que as significações que as práticas corporais podem ter dependem, em parte, dos sujeitos envolvidos, e como tal podem ser orientadas para os objetivos que norteiam um sistema de saúde que vê nas práticas de lazer uma ação de promoção da saúde. Isso, no entanto, exige um profissional atento, perspicaz, que, sabendo das formas particulares como as práticas corporais podem ser significadas, busque identificar as relações condicionantes que os sujeitos e as comunidades estabelecem com as práticas que já realizam e com as que potencialmente venham a envolver-se.

Uma terceira dimensão refere-se ao contexto da intervenção. As práticas corporais devem ser compreendidas e pensadas de forma socialmente localizada. Um poder fundamental das práticas corporais num sistema que busca a promoção da saúde passa pelo fortalecimento dos grupos de convivência que se organizam em sua volta. Essa dimensão evidencia sobremaneira a natureza relacional e educativa do trabalho do professor de Educação Física.

Entendemos que os grupos de convivência

oportunizam a escuta qualificada e o acolhimento dos usuários, já que o profissional de Educação Física representa o sistema de saúde⁷. Nesse espaço, além dos conhecimentos específicos necessários para fortalecer a relação com os diferentes grupos e sujeitos participantes, serão fundamentais aqueles propiciados pelo apoio matricial, oportunidade dos profissionais de aprenderem e de ensinarem uns aos outros, ampliando seus referenciais cuidadores. Para dar conta dessa dimensão,

(...) a educação física terá que aprender em atuação os saberes e as práticas de cuidado da enfermagem, de escuta da psicologia, de composição de redes sociais do serviço social, de tratamento da medicina etc. e terá de ensinar as redes de interação e cooperação, a ludicidade com implicação do corpo (...). (CECCIM; BILIBIO, 2007, p. 59)

Contudo esses espaços também podem ser pensados na perspectiva da responsabilização e da autonomização dos usuários, na medida em que são repassados – para as redes sociais que se conformam na volta das práticas corporais – desafios para a manutenção dos grupos que a sustentam, assim como da ampliação e do enriquecimento das experiências que podem ser criadas nesses espaços. Trata-se de fortalecer, nessa dimensão, a decisão de as pessoas se organizarem em prol de um objetivo comum, percebido como benefício coletivo. Apostar na formação de grupos organizados em volta da alegria da convivência, e não do medo à doença.

Nessa dimensão, é fundamental valorizar que o

⁷ Espaços como esses podem auxiliar na *coordenação de casos* na atenção primária, já que as pessoas, frequentando durante muito tempo tais locais, propiciam o contato dos profissionais com as famílias, o acompanhamento longitudinal e a inserção territorial.

contexto gerado em volta da prática corporal também cria um espaço propício para a educação popular em saúde, caracterizada, entre outras coisas, pelo “modo orgânico, participativo e prazeroso de cuidar da saúde (...)” (BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA, 2010, p.18) Assim como destacar que os vínculos que as pessoas estabelecem com grupos de práticas corporais potencializam o fortalecimento dos espaços sociais, comunitários e locais em geral, em prol de uma gestão participativa.

Finalmente, uma quarta dimensão em minha análise se vincularia com o engajamento que o profissional de Educação Física busca na articulação intersetorial dentro do território⁸, para potencializar a oferta de possibilidades e o envolvimento dos sujeitos em práticas corporais, ou melhor, de grupos de convivência que também realizam práticas corporais. Dessa forma, pode-se dizer que o conhecimento sobre o território permite, por um lado, a valorização da cultura corporal local; por outro, o reconhecimento dos grupos que potencialmente não têm espaço nesse desenho⁹, mas também, e de forma particular, o conhecimento e o reconhecimento mútuo de atores sociais que podem auxiliar nesse movimento.

8 No SUS, território é entendido como um conjunto de sistemas naturais e artificiais que engloba indivíduos e instituições, independentemente de seu poder. Deve ser considerado em suas divisões jurídicas e políticas, suas heranças históricas e seus aspectos econômicos e normativos. É nele que se processa a vida social e nele tudo possui interdependência, acarretando no seu âmbito a fusão entre o local e o global. (BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA, 2010)

9 Por exemplo, ao reconhecer que há temas/situações prevalentes no território de uma determinada equipe de saúde da família, o professor de Educação Física deverá colaborar na organização das ofertas, levando-se em conta as especificidades dos usuários adscritos, que incluem o contexto local. Dessa forma, a predominância de uma população idosa exigirá que a equipe, e portanto o professor, desenvolva certa especialização nesse ciclo de vida.

Nessa lógica, o profissional de Educação Física pode ajudar a perscrutar os espaços comunitários que oportunizam o acesso a práticas corporais que melhor se ajustam a um projeto terapêutico singular, de um sujeito, uma família ou um grupo, dentro um determinado território. O profissional pode reconhecer os espaços que oferecem “práticas corporais cuidadoras”, bem como ajudar a elaborar um projeto de saúde do território, que fortaleça a conformação de uma rede de espaços comunitários que, de uma forma intersetorial, ajudem a ampliar as oportunidades de acesso a diferentes grupos de convivência, assim como a criação ou o fortalecimento de relações de vizinhança e comunitárias que deem suporte aos sujeitos para potencializar a vida.

Considerações finais

Para concluir, saliento que o modelo de *saúde afirmativa* que inspira o SUS abre grandes possibilidades para atuação dos profissionais da Educação Física que se desafiem a pensar a intervenção *com e nas* práticas corporais para além da dimensão orgânica e comportamental. Nesse sentido, entendo que uma Educação Física comprometida com o cuidado da saúde, que defenda e afirme a vida por inteira, na materialidade cotidiana e territorial dos usuários, tem muito a oferecer.

Por outro lado, também compreendo que essa forma de pensar e trabalhar no campo da saúde coloca grandes desafios para a formação inicial e continuada em nossa área. Assumir a preparação de profissionais para a saúde coletiva, particularmente nos dispositivos institucionais criados pelo SUS, exige alargar sensivelmente o entendimento de

cuidado que encharca nossos cursos de Educação Física. Bem como demanda repensar as tecnologias que se carregam nas *mochilas* dos profissionais da área que, sem negar nossa tradição, devem permitir configurar – inventar, criar, propor – novas formas de cuidar da saúde *com e nas* práticas corporais.

Referências

BOURDIEU, Pierre. Clase social y deporte. In: GONZÁLEZ, José Ignacio Barbero. **Materiales de sociología del deporte**. Madrid: Ed. La Piqueta, 1993. p. 57-82.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_do_nasf_nucleo.pdf>. Acesso em: 1º out. 2013.

_____. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <<http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>>. Acesso em: 1º out. 2013.

CECCIM, Ricardo Burg; BILIBIO, Luiz Fernando. Singularidades da educação física na saúde: desafios à educação de seus profissionais e ao matriciamento interprofissional. In: FRAGA, Alex Branco; WACHS, Felipe (Orgs.). **Educação física e saúde coletiva**: políticas de formação e perspectivas de intervenção. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 47-62.

DARDENNE, Christianne. **Um olhar crítico sobre as recomendações para a prática de atividades físicas**. 2004.

Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2004.

FERREIRA, Marcos Santos; CASTIEL, Luis David; CARDOSO, Maria Helena Cabral de Almeida. Atividade física na perspectiva da Nova Promoção da Saúde: contradições de um programa institucional. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16 (Supl. 1), p. 865-872, 2011.

FRAGA, Alex Branco. **Exercício da informação**: governo dos corpos no mercado da vida ativa. Campinas: Autores Associados, 2006.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime. Esportivização. In: GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. (Orgs.). **Dicionário Crítico de Educação Física**. Ijuí-RS: Editora Unijuí, 2005. p. 170-174.

_____. Projeto curricular e educação física: o esporte como conteúdo escolar. In: REZER, Ricardo (Org.). **O fenômeno esportivo**: ensaios crítico-reflexivos. Chapecó-SC: Argos, 2006. p. 69-110.

_____. **Bases sociais das disposições para o envolvimento em práticas de movimento corporal no tempo livre**. Porto Alegre: Orquestra, 2013.

GUZMÁN, Kiko León. Modalidades Deportivas de “Sliz”. Lecturas, Educación Física y Deportes. **Revista Digital**, Buenos Aires, v. 7, n. 37, jun. 2001. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd37/sliz.htm>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

HOLTERMANN, Andreas et al. The health paradox of occupational and leisure-time physical activity. **British Journal of Sports Medicine**, v. 46, n. 4, p. 291-295, 2012.

LAGARDERA, Francisco; LAVEGA, Pere. **Introducción a la praxiología motriz**. Barcelona: Paidotribo, 2003.

LAVEGA, Pere et al. Efecto de la cooperación motriz en la vivencia emocional positiva: perspectiva de género. **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 593-618, abr./jun. 2014.

MATTHIESEN, Sara Quenzer. Práticas corporais alternativas. GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. (Orgs.). **Dicionário Crítico de Educação Física**. Ijuí-RS: Editora Unijuí, 2005. p. 336-339.

MERHY, Emerson Elias. **Saúde**: a cartografia do trabalho vivo. São Paulo: Hucitec, 2002.

NORI, Célio. **Boleiros da areia**: o esporte como expressão de cultura e cidadania. São Paulo: SESC, 2002.

PARLEBAS, Pierre. Juego deporte y sociedad. **Léxico de praxiología motriz**. Barcelona: Paidotribo, 2001.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 58, p. 27-45, jun. 2005.

_____. **Estrutura de posições de classe no Brasil**: mapeamento, mudanças e efeitos na renda. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.

STIGGER Marco Paulo. **Esporte, lazer e estilo de vida**. Campinas: Autores Associados, 2002.

STIGGER, Marco Paulo; GONZÁLEZ, Fernando Jaime; SILVEIRA, Raquel (Orgs.). **O esporte na cidade: estudos etnográficos sobre sociabilidades esportivas em espaços urbanos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PRÁTICAS CORPORAIS, ALEGRIA E SAÚDE

Conrado Federici

Ementa do capítulo: o texto irá propor um abraço apertado entre o afeto de alegria, conceito proposto por Spinoza (2009) e as práticas corporais, bem como sua contextualização como potência produtora de saúde no encontro entre as pessoas. Ao apresentar um mosaico de experiências na formação de profissionais de saúde no SUS em aulas de graduação, em projetos de extensão e em ações de residência multiprofissional, o capítulo aborda aspectos teóricos da brincadeira, do jogo e da expressão e suas ressonâncias na percepção de possibilidades de práticas corporais em sistemas institucionalizados de saúde e suas problematizações.

Assim, por alegria compreenderei, daqui por diante, uma paixão pela qual a mente passa a uma perfeição maior. Por tristeza, em troca, compreenderei uma paixão pela qual a mente passa a uma perfeição menor. Além disso, chamo o afeto da alegria, quando está referido simultaneamente à mente e ao corpo, de excitação ou contentamento; o da tristeza, em troca, chamo de tristeza ou melancolia. (SPINOZA, 2009, p. 107)

Entrada

Maternidade do SUS de um hospital de grande porte. Enfermaria de entrada no mundo externo. O cotidiano matutino neste local é atribulado, os funcionários são poucos, há pressa, muita pressa. As diversas mães e seus bebês recém-nascidos, pacientes e obedientes às instruções recebidas, enfileiram-se à frente da porta de saída do corredor. E lá permanecem à espera por quase 20 minutos antes de seguirem ainda mais ansiosas para as salas de vacina e teste do pezinho. Na próxima parada, irão esperar ainda mais, sem maiores informações.

Pela percepção do ambiente fomos conduzidos ao abraço da possibilidade de participação na correnteza daquela rotina, sem rompimento de sua direção, sem interrupção brusca, sem surpresa, adaptando-nos às pessoas em fluxo, preenchendo espaços e afetos vazios. Com o corpo todo. Durante três encontros somente perseguimos as pessoas da cadeia hierárquica do setor e cuidadosamente explicamos que gostaríamos de respirar junto com as puérperas e seus bebês, por favor, serão somente cinco minutos, prometemos que não vai atrapalhar nada, desculpem-nos.

Em acordo mútuo, propusemos uma roda de atividades de percepção de si, do bebê no colo, das outras pessoas juntas, através do controle sutil da respiração, da posição da cabeça e do olhar, do jeito de segurar. Em seguida passamos à percepção do peso do bebê, à troca de braço, ao alinhamento da postura, ao apoio dos pés, à comparação dos dois lados do corpo e ao revezamento das posições e relaxamento das tensões mais nítidas. Atentamos ao conforto consigo, com a nova vida e também com a situação. Conduzimo-nos à simplicidade do contato com o próprio corpo.

Uma resposta possível para a função do profissional da Educação Física no contexto descrito emergiu no encontro com sua característica mais óbvia e menos apreciada: a delicadeza da nova vida.

Esta iniciativa, após reelaboração, ocorreu apenas durante o tempo de permanência do residente multiprofissional na maternidade, após o que foi esquecida por todos. Será?

Recepção

É preciso estar atento à complexidade de produção da saúde que não tem feito parte de sua lógica predominante. Trata-se de uma aliança e de uma ampliação de repertório deter-se nas práticas corporais no SUS por meio de hábitos mais da arte do que das ciências da saúde. Há, entretanto, o risco sempre insistente de se desejar novos modelos, novas práticas, novas práticas-modelo substitutivas a serem seguidas. Não é o caso.

Outras formas, ideias e rigores sobre o assunto, de uma ordem intuitiva e menos lógica, parecem ser indispensáveis às perspectivas contemporâneas de vida, a começar por não se distanciarem distintivamente entre si. As práticas corporais no SUS não resultariam de uma intenção prévia de êxito, pois dependeriam da ocasião e do contexto. Não haveria garantia.

Fila errada

A predominância do racionalismo causal em saberes e fazeres relacionados ao corpo e à saúde tem fechado importantes linhas de fuga direcionadas à produção de conhecimento sobre as práticas corporais provenientes de processos de criação.

A noção acadêmica de que a saúde se sustenta somente pelo racionalismo científico está enferma, pois deixa de lado os pensamentos filosóficos e artísticos que operam por outras estruturas, talvez menos assépticas e historicamente purificadas, porém vitalizadoras do processo de saúde em seu conceito mais amplo e atual.

Existem ricas experiências a serem compostas com o SUS que não se encontram na área da saúde e que são contrapontos importantes à medicalização totalitarista da vida. Bastará pensar na vasta cultura popular e nas tradições do cuidado em saúde fora dos grandes eixos metropolitanos, que seguem existindo como dialetos esquecidos, alheios à tecnologia vigente.

Há de se lançar um olhar atento sobre o sujeito que busca mais saúde junto ao SUS, dar-lhe voz e consideração, traduzindo suas angústias e anseios até os referenciais mais hegemônicos de tratamento e transformando os próprios referenciais. Não antes e nem depois, durante o processo, juntos, abraçados.

Espera - Porta ao lado

Como na pesca artesanal, sem rede e com muita paciência, lançamos uma isca-hipótese: a arte, o jogo e o brincar promoveriam paixões alegres, estados de espírito

propícios, necessários e, até o momento, pouco explorados como recurso básico no cotidiano do cuidado em saúde.

Jogo e brincadeira situam-se nas fronteiras entre a realidade e o faz de conta. Têm a potencialidade, por natureza, de lidar no corpo com os afetos de alegria, tão relegados a um futuro ausente de enfermidades, comum à maioria dos frequentadores do SUS.

Que alegria é esta que nos serviria como caminho para praticar saúde, sem obrigatoriamente assemelhar-se às convenções terapêuticas em voga, refletidas na fragmentação do corpo em especialidades médicas?

No jogo é possível errar. Sem grande importância. No jogo, como na vida, não há certeza alguma. No jogo, têm-se a oportunidade da escolha. E se o prazer do encontro entre os participantes for intenso, joga-se outra vez. Gente lidando com gente, a partir de regras conhecidas que sustentam o presente, sem abandono do passado ou garantia de futuro.

Como simbolização da vida cotidiana, o jogar oferece mais tempo de elaboração para a tristeza inerente ao próprio exercício da derrota, ou da doença, com a chance de se recomeçar outra vez, em igualdade de condições com o outro ou consigo mesmo, por quantas vezes se quiser.

Os afetos de alegria e tristeza inerentes ao jogo relembram ao ser humano aspectos da vida que os tratamentos de saúde insistem em extirpar. A aleatoriedade do jogo devolve a incerteza e o mistério em sentidos que potencializam o tempo presente da vida.

Diante da complexidade de determinadas adversidades na saúde, o jogo e a brincadeira podem ser, por vezes, as únicas alternativas possíveis a se abraçar. Por que não?

A substituição automática do indivíduo pela condição da doença pela qual está passando e a busca por uma

felicidade que estaria escondida logo atrás da esperança da cura final, são confusões constantes que contribuem para que o usuário do sistema de saúde não mais se reconheça em si mesmo ao incorporar o estereótipo de seu diagnóstico. O aparente domínio de sua saúde por alguém que não seja ele próprio, coloca-o à espreita do encontro inalcançável com um si mesmo ideal, saudável, distante e futuro.

Apostaríamos em práticas corporais, de arte, jogo e brincadeira, que favorecessem simples e diretamente a possibilidade de perceber, perceber-se, perceber o outro, perceber a situação em jogo, lidando com a qualidade do encontro entre as pessoas, por diferentes linguagens e formas de educação do corpo.

Um modo de conhecimento que nos permite incorporar fisicamente a realidade, através de um corpo consciente. Possibilidade de conhecimento que a arte oferece, um conhecimento que não está fora do corpo, um conhecimento que incorpora a realidade também em suas variantes sensíveis. (NORBERTO PRESTA apud FERRACINI, 2013, p. 172)

O filósofo seiscentista Spinoza apresenta ideias que contribuem nas relações entre práticas corporais, alegria e saúde. Quem foi ele?

Quase na mesma época de René Descartes, autor-chave para a tradição do racionalismo hegemônico atual, viveu Bento de Spinoza. Nascido em 1632 no bairro judeu de Amsterdã, esteve sujeito a um contexto social europeu muito diferente daquele de Descartes, produzindo ideias bem diversas das que nos chegaram com maior predominância. Crescendo em uma família de prósperos comerciantes e realizando seus estudos teológicos e comerciais na escola judia, trabalhou desde os 13 anos nos negócios do pai, aos

poucos, aproximando-se, no entanto, das ideias liberais e do partido republicano que era manifestamente contra os grandes monopólios econômicos da época.

Rebelde e opondo-se a penitenciar-se, aos 24 anos foi excomungado da comunidade judaica em que vivia.

Pelo rompimento com os indissociáveis setores religioso e econômico, Spinoza procurou meios mais tolerantes e aptos a receber um excomungado judeu “que recusava tanto o cristianismo como o judaísmo de onde havia saído, e devia sua ruptura apenas a si próprio” (DELEUZE, 2002, p.13), abandonando os negócios do já falecido pai e renunciando à sua herança, aprendendo o ofício de polidor de lentes e fazendo-se artesão, filósofo artesão, provido de uma profissão manual, apto a seguir e a captar o desenvolvimento das leis ópticas, além de também desenhar.

O desapego e falta de posses materiais definiu-o como um viajante, passando e hospedando-se em pensões simploriamente mobiliadas de diversas cidades holandesas.

Sua produção foi: O Curto Tratado (1660), Princípios da Filosofia de Descartes, demonstrada com ordem Geométrica; Pensamentos Metafísicos; Tratado da Correção do Intelecto (1660–1663), Primeiros Escritos de Ética; Tratado Teológico Político (1663–1670), Última Redação de Ética; Tratado Político (inacabado) (1670–1677), Obras Póstumas: Ética, demonstrada por um método geométrico; Tratado Político; Tratado da Correção do Intelecto; Compêndio de gramática da língua hebraica e cartas (1677).

Faleceu em 1677 de uma infecção pulmonar provavelmente provocada pela aspiração constante do pó proveniente do trabalho de polimento de lentes de vidro aos 44 anos.

Spinoza oferece-nos pistas bastante interessantes sobre o esforço de se integrar e equilibrar o corpo e seus saberes a um universo de supremacia do intelecto no cuidado em saúde. Como Descartes, ele procedeu utilizando-se do típico método demonstrativo lógico-matemático no encadeamento de ideias e ações. No entanto, contrário aos preceitos católicos vigentes, inaugurou na filosofia ocidental o sentido do paralelismo entre corpo e mente, ao invés do desnivelamento hierárquico praticado até então, colocando em xeque na filosofia os conceitos de transcendência e a imanência.

Na terceira parte de *Ética*, sua principal obra, denominada de “a origem e a natureza dos afetos”, o postulado número 1 diz o seguinte: “o corpo humano pode ser afetado de muitas maneiras, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, enquanto outras tantas não tornam sua potência de agir nem maior nem menor” (SPINOZA, 2009, p.99). A alegria será para ele um dos três afetos primários, além da tristeza e do desejo.

Haveria alguma contribuição ao SUS na prática corporal que trouxesse de volta o afeto de alegria, que, por definição, aumenta a potência de agir do indivíduo?

Espera - Senha

Que sinais nos convidam à ideia de que o estado de jogo é importante para o SUS?

A discussão sobre a humanização dos processos de saúde e a importância do vínculo entre os profissionais e usuários do SUS tem sido recorrente na área da saúde. A grande maioria destas práticas de saúde tem sido conduzida por uma lógica de segmentação de funções profissionais

que se alternam no cuidado sem interferir na racionalidade biomédica. (MASETTI, 2011)

Na etimologia da palavra brincar, há uma pista sobre o tema. Duas hipóteses são plausíveis para sua origem: do latim, *vinculum*, significando “laço, união” e do germânico *blinkan*, ou *blinken*, do alemão “brilhar”.

Interessante é saber que na mitologia grega Brincos eram os pequenos deuses que ficavam voejando em torno de Vênus, alegrando-a e enfeitando-a. É assim que do significado inicial de “laço”, brinco passa por “adorno, enfeite, jóia que se usa presa na orelha ou pendente dela” até chegar à ideia de brinquedo e brincadeira. (FORTUNA, 2011, p. 71-72)

O hábito leve e desinteressado, diminuído por uma visada descuidada à coisa de criança, sem grande importância, de fato está na base de relações humanas sadias e com maior estofo frente a adversidades. De maneira imediata, brincar expõe o ser humano a uma forma de contato única que possibilita, em acordo com a medida da absorção de cada participante pela prática, a aproximação necessária que o inegável avanço tecnológico dos tratamentos tem negado.

Inexistem comportamentos padronizados para qualificar relações, potencializar pessoas e produzir saúde. No entanto, algumas características presentes em atividades lúdicas podem ajudar nesta reflexão.

O jogar é irreduzível a método protocolar de cuidado em saúde. Tampouco serviria como meio para se atingir qualquer fim que esteja separado dele próprio, pois esta seria a incoerência que anularia suas próprias motivações potencializadoras.

A justificativa da presença do jogar como prática corporal no SUS residiria na simplicidade da permanência do humano também neste modo de praticar saúde predominante da cultura ocidental. Poderíamos estender o argumento a quaisquer outros sistemas que também se desequilibram crescentemente pelo declínio do espírito lúdico, como o sistema familiar, o sistema educacional, o sistema econômico, o sistema científico e tantos outros.

Parece-nos ser, portanto, uma manifestação do corpo, em seus limites de adaptabilidade, e no movimento enigmático de manutenção da vida, que ocorreria frente ao cerceamento crônico e disciplinarização excessiva das características formais do jogo como uma atividade livre, delimitada, incerta, improdutiva, regulamentada e fictícia. (CAILLOIS, 1990)

O jogo anda de mãos dadas com as paixões alegres. As regras que o sustentam servem somente à sua manutenção, pois sem elas a brincadeira acaba. O existir desvinculado do produzir segue como pertencimento humano e este jeito de ser e de agir movido por impulsos nem sempre redutíveis aos hábitos do cotidiano lógico causal, também diz respeito a uma importância da vida, que é a capacidade de se refazer continuamente, só que um pouco diferente.

O jogo possui distintas qualidades que são fundamentais para a recuperação da saúde em seu aspecto mais amplo, não somente individual, mas coletivo, como espécie humana. Temos jogos de vertigem, jogos de faz de conta, jogos de azar e jogos de competição. (CAILLOIS, 1990) Categorias que se inter-relacionam, multiplicando ao infinito as possibilidades lúdicas.

O afeto de alegria é o movimento de um estado de perfeição menor para um maior e, inversamente, a tristeza é a passagem de um estado de perfeição maior para um menor. A riqueza dos afetos está justamente neste

movimento possível entre eles. Não na própria perfeição de um ou de outro estado. Os movimentos acontecem sempre na relação, no encontro entre ideias ou gestos.

A participação voluntária predisporia a pessoa ao alcance do estado extracotidiano do jogo e à maior chance de uma absorção por atividades que aumentassem a potência de agir dos envolvidos. O brincar frequenta outra direção nos modos de existência que, por definição, admitem-se na permanente oscilação, no contínuo jogo entre os afetos sem almejar um final definitivo, mas sua manutenção em diversão.

A alegria não é algo a mais em nenhum sistema de saúde, que viria depois, acessoriamente a procedimentos principais. Ao contrário, ela está, acompanhada dos afetos primitivos do desejo e da tristeza, na origem de todos os afetos segundo a filosofia de Spinoza. As composições entre desejo, alegria e tristeza derivam os demais afetos.

Fariam sentido práticas corporais que sustentassem em seus fundamentos técnicos a possibilidade de expressão do sensível e do sutil como linguagem entre as pessoas, para que desde sempre se percebessem os movimentos de acréscimo e de decréscimo das potências de agir envolvidas nos encontros?

Ainda que as pessoas e instituições sejam as mesmas, amplamente conhecidas e até cristalizadas, seria necessário um espaço vazio para a relevância de qualquer ação. Sim, um tempo alargado de não proposição. Tempo para dúvida.

A aparente passividade neste contexto seria não somente necessária, mas de ordem ontológica: algo novo somente seria produzido a partir do não agir, por algum tempo ao menos, pois perceber seria de maior valia, da perspectiva de quem se insere em um ambiente com vistas à produção de movimentos de afetos. Por uma saturação

exacerbada da sensibilidade contemporânea, aventamos a hipótese de ações de atenção e sutileza como qualidades interessantes a serem exploradas.

Perceber estaria vinculado à contemplação, gesto raro em tempos de produtividade máxima a qualquer custo. Que não haja dúvida: para contemplar é preciso estar vivo, muito ativo e possibilitar a abertura e porosidade necessárias para ser afetado pelo outro. A falsa passividade externamente visível nada tem de oposto à contemplação, pelo contrário, é também sua condição. O desarme e o vestir a pele do outro seriam muito bem-vindos e imprescindíveis nesta brincadeira. Há neste ato um receio de imprevisibilidade, uma espera insuportável para quem os acontecimentos estão sempre disponíveis e em tempo real.

Os dados mais relevantes para práticas corporais desta natureza não estariam em prontuários ou exames, mas em corpos e semblantes, que mais se revelariam, tanto menos se soubessem invadidos por seus diagnósticos.

O ato de jogar compartilha de princípios do fazer artístico. Neste cenário, não há hierarquia possível entre fazer e perceber. Entender uma realidade com ferramentas da arte não poderia significar outra coisa senão vivê-la intensivamente, transformando-se a si mesmo junto com a própria realidade. Perceber seria tão importante quanto fazer. Neste sentido, o existir apoia-se sobre a pergunta: como eu poderia me integrar melhor com as forças externas a mim no meu cotidiano? A capacidade de ação seria menos importante do que a de entender os movimentos coletivos de composição.

Representar é tornar o corpo presente novamente. Por uma perspectiva do teatro, a ação física tem sua especificidade calcada na necessidade de “um fluxo muscular-nervoso com total engajamento psicofísico em conexão com algo externo (seja objeto, espaço, outro

corpo – ator ou espectador -, imagem e mesmo outra ação física) e que é formalizada, estruturada, ritmada, enfim, codificada no tempo-espaço.” (FERRACINI, 2013, p. 116) A ação física difere de atividade física, pois a esta bastaria o movimento, desprovido das qualidades destacadas, o que é de se chamar à atenção no universo da saúde. O movimento, pela perspectiva da atividade física, poderia ocorrer apesar de tudo e de todos, inclusive do próprio executante, empobrecendo a qualidade da relação entre as pessoas.

Diversamente também do gesto, a ação física não nasceria na periferia do corpo. Uma ação física sempre é um engajamento muscular e nervoso total do corpo presente, não sendo possível se distanciar e distanciar-las dos encontros entre corpos em jogo no espaço e no tempo. Por isso a ação física deveria ser organizada, formalizada, ritmada. Mas não é o movimento que é organizado. Essa organização e seu ritmo deveriam partir de um corpo ao realizar uma ação em conexão com algo externo e com engajamento psicofísico total.

Presença

A ação física existiria sempre e somente em função de sua intenção voltada para fora, para o outro. A ação física é relacional. Ora, que prática corporal poderia ser de maior intensidade para a saúde, no sentido que temos discutido até o momento, do que aquela que, em seu fundamento, levasse em conta o outro, em termos de linguagem?

Jogamos com o que seria a emergência do cuidado a partir da composição com a potência externa do outro, nas palavras de Spinoza: “o que é de máxima utilidade

para o homem é aquilo que concorda, ao máximo, com sua natureza, isto é (como é, por si mesmo, sabido), o homem.” (SPINOZA, 2009, p. 177)

O princípio da ação física como uma possibilidade de prática corporal implicada na relação com o outro ampliaria a ideia sobre o cuidado. Estariam em jogo não somente os procedimentos atestados, mas a observação minuciosa sobre os movimentos de aumento de potência dos indivíduos, sempre nas relações.

Além de mais exames, uma oferta mais generosa seria a de mais possibilidades de encontros e relações em seus movimentos de afetos. Quem gostaria de participar?

Espera - Exames

Apresentamos um mosaico de iniciativas na formação para o trabalho na saúde, que, como na primeira situação descrita na maternidade, emergiram de encontros potentes e arriscaram uma expansão comum, proporcional e cuidadosa, voluntariamente junto com os envolvidos.

O eixo comum entre elas estaria na percepção de possibilidades para as práticas corporais no SUS.

Foi-nos, até o momento, mais sensível o movimento de percepção e trabalho com as situações circunstanciais surgidas, do que um planejamento prévio sobre elas.

O jogo nesta polaridade entre ocasião e ordem única estaria na ambivalência, na produção presente em meio às duas maneiras possíveis dentre tantas.

A franqueza como estado de diálogo e encontro potente na relação entre professor e alunos tem mantido

a vitalidade de algumas disciplinas de base para o trabalho com as práticas corporais e a saúde.

A tentativa do exercício do franco falar nas aulas, sobretudo naquelas do primeiro ano de graduação, em que o jovem estudante é absorvido pelo mundo acadêmico, tem promovido uma concreta introdução e aproximação à prática da Educação Física em saúde, com seus horizontes, incertezas e possibilidades.

Tal modo de proceder sobre a provisoriedade dos conteúdos, distante de técnicas didáticas que intencionariam objetivos prévios, é originário da necessidade da presença cênica do palhaço. Esta arte exige que se expresse a simplicidade do real imediatamente. Alegre e triste.

Na comunicação corriqueira, o recurso do socorro à distância entre superficialidade e profundidade do sentir, do pensar e do agir, abre espaço à dúvida sobre a verdade pronunciada. O palhaço brinca com a regra da inocência e acaba entregando o jogo e mostrando mais do que deveria, ou o avesso, ou o excesso, enfim a humanidade fora das regras de convenção social. Intencionalmente, a manutenção de uma meticulosa precariedade das ações, que tangenciariam um possível realinhamento entre as pessoas, não em discurso, mas em ato, tem causado alegria.

Esta proposta foi realizada no módulo de Aproximação à prática da Educação Física em Saúde I – Introdução, sobre os temas de filosofia e teorias da Educação Física, ministrado no primeiro semestre de 2013. A própria aula, com seu conteúdo programático a ser perseguido tradicional e limitadamente, tornou-se uma espécie de jogo, com participação voluntária, regras circunstanciais, absorção e prazer.

Sem nenhuma confusão entre os papéis desempenhados, de professor e artista em seus contextos

distintos, o modo de estar, esculpido em formação artística longa e permanente, não se apartou da situação pedagógica, em tensão contínua por uma coerência pessoal e coletiva de aproximação da postura ética ao conteúdo do trabalho com os alunos.

Por muitas vezes, o humor contribuiu com agudeza precisa no aprofundamento de certos assuntos da saúde e do corpo, tão vastamente tratados, sobretudo quando ajudava a incluir os participantes da conversa na perspectiva crítica em que se estava realizando a abordagem. Por exemplo: como introduzir a reflexão crítica sobre o exacerbado narcisismo corporal atual justamente aos próprios jovens que o praticam e por ele são constituídos? Como fazê-lo sem, de saída, criar as barreiras inerentes à delicada construção da diferença nesta etapa da vida destes alunos?

Foi uma experiência da pedagogia jogando com a arte do palhaço. Este aponta em si mesmo os descompassos do mundo, com sua dignidade própria, autorizando um possível distensionamento do coletivo.

Esta ação prática formativa, presente em um modo técnico e artístico de se lidar com as tarefas cotidianas da tarefa de formação acadêmica, tem desmontado alguns dos vícios da postura do profissional de saúde desde sua tenra origem na graduação. Alguma simetria nas relações coletivas tem sido conquistada deste jeito, na tentativa ética de Spinoza.

O estado de certeza e domínio alheio do corpo não tem sido imperativo àqueles que procuram o SUS em busca de saúde? Tal posição assimétrica não envergonharia os indivíduos com seus conhecimentos sobre o próprio corpo? Um estado exposto de não saber, orgânico, que não antecipasse respostas, mas as construísse conjuntamente, que estivesse permeável ao outro e que, diante e junto dele, pudesse se transformar, seria interessante.

Foram dadas aulas sobre o tema corpo e sobre as diversas abordagens teóricas que a Educação Física já produziu. A pergunta germinadora de todo o processo foi: o que é Educação Física? A avaliação do processo foi a apresentação de seminários em grupo que, ao buscar respostas para a questão principal, dessem conta de dois critérios: apresentar relação com assuntos discutidos em aula, que foram basicamente as diferenças entre o pensamento cartesiano e as ideias de Spinoza, e as abordagens das teorias desenvolvimentista, psicopedagógicas e críticas da Educação Física. A avaliação deste critério variava entre a presença de relação, uma relação mediana ou a ausência de relação. O segundo critério constituiu-se pela passagem do pensamento de senso comum, própria dos alunos ingressantes, para outra forma de pensamento, como o científico, o filosófico, o crítico, o artístico, ou qualquer outro. O aproveitamento sobre este critério seria obtido, desde a organização coerente das ideias na apresentação, passando pelos possíveis problemas conceituais apresentados, até a mera repetição de pensamentos que já estavam presentes no início do curso e assim se mantiveram, intactos.

A exposição das ideias de Spinoza a esta jovem classe de alunos contribuiu para a desaproximação, pela palavra de uma aluna, à prática prescritiva em saúde e instaurou a potência da dúvida, tão cara à filosofia; junto com o conteúdo fundamental da poesia de Manoel de Barros (2010, p. 349), “O Outro: o melhor de mim sou eles”, reflexões inéditas sobre a saúde e o esporte de alto rendimento foram germinadas pelos alunos. Foi acionada uma dimensão criativa do trabalho com conceitos de saúde.

A sequência de aulas em jogo sobre teorias da Educação Física conduziu o grupo a, espontaneamente, experimentar o debate corporal com a população, arriscando refletir sobre a reação das pessoas ao se encontrarem com semelhantes,

simplesmente fazendo alongamento no ponto de ônibus. Enfim, alguma ousadia foi experimentada e estimulada a partir da leveza do processo de formação acadêmica.

Iniciativas que rondam a sinceridade do corpo em jogo, produzidas a partir de experiências pedagógicas, também podem ser mencionadas. Os conteúdos específicos do módulo de ginástica ministrados semestralmente de 2011 a 2013, sustentaram-se nas potências criativas dos corpos em relação. Os conteúdos de equilíbrios, pirâmides e trabalhos técnicos no jogo presente entre o próprio peso em relação ao peso do outro, na percepção de suportar e ser suportado foram experimentados. Além destes, em todas as aulas foram trabalhados princípios presentes na antiginástica proposta por Bertherat (2010), que permitem o autoconhecimento e a apropriação do próprio corpo presente em momentos de observação cuidadosa.

O projeto de extensão Artes do Corpo, iniciado em 2011, tem oferecido formação artística nas linguagens do jogo, da dança, do circo e do teatro à comunidade do campus Baixada Santista da Unifesp, como componente educacional de base aos futuros trabalhadores em saúde.

As práticas corporais de caráter exploratório mais individual e em grupos menores têm permitido um maior grau de aplicabilidade e exercício interprofissional em visitas domiciliares pelo SUS. No eixo Trabalho em Saúde, em que são formadas equipes mistas sob a supervisão de professores de diferentes cursos, já houve bons exemplos.

Em um destes, com uma senhora de 66 anos e pela sugestão de uma aluna do curso de Nutrição foi iniciada a intervenção domiciliar com a confecção de um recordatório alimentar. Este logo se modificou para um diário afetivo alimentar corporal, ao ser transformado pelas demais participantes da miniequipe, alunas do curso de Psicologia e Educação Física, e da própria senhora, ao recorrerem às

atividades de respiração e sensibilização corporal e seus desdobramentos no estado geral de saúde de todas elas. A oportunidade de contato consigo, com o próprio corpo, era exaltada não somente pela senhora cuidada, mas por todas as participantes.

Trabalhos de conclusão de curso que se equilibram entre a arte corporal e a terapia também começam a despertar interesse destes futuros profissionais.

Espera - Mais exames

A alegria do jogo teria algum sentido possível ao SUS?

Projetos de extensão na área hospitalar têm experimentado uma forma de estar não cotidiana com os usuários.

O projeto “A narrativa como um dispositivo na elaboração de um novo olhar sobre o câncer infantil” é realizado com a participação de estudantes dos cursos de Psicologia, Terapia Ocupacional, Educação Física e Fisioterapia. Busca desde 2011 possibilitar o contato dos alunos com o jogo, o improviso e a produção de narrativas na intervenção contínua com crianças em internação pelo SUS. Esta iniciativa sempre contou com três bolsas acadêmicas para sua viabilidade, que vêm sendo investidas em materiais como massa de modelar, jogos de tabuleiro, papel, canetas hidrográficas coloridas e jalecos para serem desenhados pelas crianças.

A aridez do ambiente de formação universitária da área da saúde, de fato, não tem contribuído com conhecimentos gerados por processos criativos. Há tempos ocorre a formação de profissionais que não sabem como brincar.

Tampouco, imaginam as possibilidades de legitimação de tais saberes. As experiências lúdicas têm permanecido em uma infância esquecida que não volta mais.

Aos poucos, alguns estudantes começam a querer levantar da cadeira, brincar com crianças em enfermarias oncológicas e produzir narrativas sobre os encontros, a serem devolvidas posteriormente às crianças visitadas em forma de histórias infantis de vida.

O corpo, em sua possibilidade do presente, vem sendo reinserido no tratamento, pela força da vida, pois não há garantia de outra oportunidade futura.

O projeto de extensão “Música e Humanização hospitalar – As possibilidades da música e a construção de narrativas de vida” iniciou-se em agosto de 2013 e tem como finalidade central a busca de possibilidades de reaproximação dos acamados às suas potências de vida por meio da música, produzindo também narrativas, neste caso, cantadas.

Este projeto foi acolhido com o objetivo de produção de narrativas musicais de vida de pacientes em internação hospitalar a partir de visitas regulares. A iniciativa visa, sobretudo, a promoção de encontros, duas vezes por semana, entre uma dupla de estudantes de graduação e pacientes em internação.

A poética da linguagem musical vem sendo introduzida em uma enfermaria onde já ocorrem outras ações universitárias, como o Trabalho em Saúde e a Residência Multiprofissional, com estudantes que passam pela formação interprofissional dos cursos de Educação Física, Psicologia, Fisioterapia, Serviço Social, Terapia Ocupacional e Nutrição.

Seria possível o exercício de harmonia, uma propriedade da arte musical, na atuação em saúde?

Harmonia é movimento. Harmonia é a combinação entre consonâncias e dissonâncias. Que ressonância existiria nos trabalhadores e pacientes do SUS o deparar-se com atuações de futuros colegas que trazem no corpo vivo e em jogo a volta de sua possibilidade de autonomia e tratamento?

As experiências da residência multiprofissional, além da descrita na abertura deste capítulo, também têm sugerido pistas junto com as fortes resistências e não apesar delas. A visibilidade de práticas corporais coletivas e alegres por uma equipe do serviço em ambiente tradicionalmente repressor, impulsionou outras formas de organizar e dar sentido ao corpo, não somente aos pacientes, mas principalmente aos residentes.

Foi conduzida pela terapeuta ocupacional da turma 2011 uma ação de cuidado com a saúde dos trabalhadores do SUS junto à sua própria equipe. Motivada pelo alto nível de estresse provocado pela carga horária e os conflitos entre modelos divergentes de trabalho em saúde, a residente apostou na modificação dos lugares e modos dos corpos se colocarem, como ferramenta de cuidado. Elementos simples, como a realização de jogos em pé e sentado no chão, com trocas aleatórias de lugar, tempos de ações mais alargados, contato físico, abraços e possibilidades criativas, antes de reuniões e em momentos de espera para as mesmas, foram determinantes para se suportar um cotidiano saturado.

A experiência mostrou que o melhor a ser feito talvez fosse possibilitar a ação lúdica aos próprios companheiros do serviço. A pergunta clássica de Spinoza sobre *o que pode o corpo* em jogo neste sistema complexo, continua a impulsionar modos de fazer que estão por ser realizados.

O ineditismo de possíveis relações indica os movimentos de alegria ou tristeza enquanto regulam a própria experiência.

Repetição. Criação. Há diferença entre ambas ao se repetir ou recriar continuamente uma experiência. Talvez seja esta uma teimosa recorrência dos modos de se produzir saúde ao mesmo tempo para todos e para ninguém.

Há de se levar em consideração e com acuidade as percepções sutis do momento presente. As sutilezas da linguagem e do corpo têm sido atropeladas por práticas apressadas e utilitárias que visam a saúde e a qualidade de vida. Que saúde e que qualidade seriam estas?

O modo de produção em arte trabalha com as relações entre a subjetividade e as características externas, do ambiente ou das outras pessoas. Sem exceção e em detalhe.

O pintor transforma os matizes das cores, da luz e da sombra, da tela ou da superfície com pincéis e artefatos diversos. O músico discursa com o som, percebendo-o e modelando-o em relação ao instrumento e à condução dos afetos e as ideias musicais que constrói. O dançarino, ao se mover a partir da percepção e controle preciso do próprio corpo em relação ao outro, ao espaço e ao ritmo musical, amplia e apura seu repertório de ruptura do cotidiano.

Toda linguagem artística, apesar dos diferentes recursos, se equilibra sobre a liberação dos canais corporais de acolhimento de qualidades, internas e externas, não como limitações, mas como a própria matéria de trabalho. É praticamente impossível e indesejável que se pinte o mesmo quadro, interprete a mesma canção ou dance do mesmo jeito, quando se espera dialogar artisticamente.

A graça está em se fazer diferente sempre, explorando o movimento de abertura de possibilidades do momento presente.

Há de se saber diferenciar, sempre, o que afastaria a pragmática ideia de poupar energia ao reutilizar

preconcepções de outras experiências bem-sucedidas, desligando do hábito cotidiano qualquer forma de automatismo.

Há inúmeros problemas pelos quais as experiências passaram e continuam passando e muitos laços na constituição de seus êxitos, na alternância entre momentos mais alegres e outros mais tristes. O trabalho efetivo seria o de refinar a percepção das singularidades das experiências alegres na certeza, única e de saída, da impossibilidade absoluta de se repeti-las, pela simples condição de se tratar de pessoas diferentes, em contextos distintos, com implicações de movimentos afetivos diversos.

Espera - Consulta

Reafirmamos a filosofia de Spinoza, também possível nas práticas corporais no SUS, sem nos dedicarmos muito à luta contra valores estabelecidos. É o constante jogo do dizer sim ao mundo e à vida que aqui está e, sobretudo, o investimento político nas potências de percepção, sensação, relação e ação. Quem quer jogar?

O modelo médico somente nos serve de neblina, que vez ou outra se forma e deixa a paisagem misteriosa, até que se dissolve e se esquece do contexto cifrado da saúde. O trabalho mais árduo, mas não menos divertido, talvez seja este, o de esforçar-nos com alegria e a mesma leveza da neblina, contra a tirania da máscara saúde que o olhar da convenção nos impõe. Avistar também o simples, a vida, naquilo que aparenta ser muito complicado.

Propõem-se que haja os movimentos de parada, observação e percepção, criação de espaço vazio, ação física proveniente de qualquer manifestação das pessoas

em seus territórios, emersão e expansão coletiva, com vistas à produção de experiências sensíveis de se sentir cheio de vida. Como seria possível a legitimação de práticas corporais que promovessem tais movimentos?

Parece-nos que as práticas corporais atuais mais imprescindíveis poderiam absorver algo de uma sabedoria do simples, que contribuiria primordialmente à conexão dos usuários do SUS consigo mesmos, em toda a sua potência alegre e dimensão física desconhecida. Tal pedagogia ofereceria importantes avanços à saúde coletiva, no entanto incapturáveis quando desejados em políticas uniformizantes e totalizadoras, pois partiriam dos próprios sujeitos em seus territórios.

Seria premente a prática corporal com sentido primordial à cultura do sujeito, com suas crenças, músicas, danças, comidas e festas, enfim, às manifestações da alegria.

Práticas corporais artesanais, feitas à mão.

A arte das práticas corporais constitui-se de aspectos terapêuticos e relacionados à saúde. No entanto e ainda mais o será, quanto menos o souber. (ROSSET, 2000)

Práticas de natureza simples e sensível não investiriam esforços em conscientizar a população sobre qualquer coisa, tampouco esperariam resultados futuros e a divulgação do trabalho bem executado, pois aconteceriam na intensidade do presente do tempo e morreriam nas permanentes investidas na separação do indivíduo de seu corpo atual. Qualquer aderência possível seria, em primeiro lugar, à fragilidade da vida em vida e não a modalidades de tratamentos que se revezariam, gastando e prolongando o viver em morte.

Talvez o principal a se atentar seja a repetição e recorrência dos momentos de espera. Com que constância

o SUS alimenta as esperanças de seus usuários, que certamente passam mais tempo aguardando do que existindo? O que isto poderia significar, além de que a vida não se poderia desperdiçar desta forma?

Tudo o que se assemelha à esperança, à espera, constitui, com efeito, um vício, ou seja uma falta de força, uma falha, uma fraqueza – um sinal de que o exercício da vida não é óbvio, encontra-se numa posição atacada e compromissada. Um sinal de que falta o gosto de viver e que a busca da vida deve doravante apoiar-se em uma força substitutiva: não mais no gosto de viver a vida que se vive, e sim no atrativo de uma outra vida melhor que nunca ninguém viverá. (ROSSET, 2000, p.28-29)

O *como* fazer tem se mostrado mais alegre do que o *que* fazer, que carrega a expectativa e ansiedade desproporcional pela novidade como valor de mercado e não como abertura para surpresa.

Há ainda um grande contraste entre a vida cotidiana, até chegar à sala de espera, e o comportamento burocratizado e mecanizado dos atendimentos predominantes atualmente na área da saúde, desde, principalmente, a formação para este trabalho. Sem encontro e relação de qualidade não há jogo possível.

Sendo a vida uma maneira de ser, um mesmo modo eterno em todos os seus atributos, na formação ou na prática de saúde, residiria na tarefa de intensificar, nova e simplesmente, as relações entre corpo, tempo e espaço a função das práticas corporais no SUS? Contribuir para, em conjunto, restabelecer as subjetividades dos usuários, sem tantas máscaras e fantasias acessórias de uma saúde utilitarista?

Atentar-se ao corpo presente e criador e não qualquer promessa futura seria de grande valia. Enfim, jogo e brincadeira, música, teatro e dança: arte para a vida.

Uma dimensão estética da prática corporal? Uma ação física que estivesse de tal maneira percebida e integrada, em função da melhor expressão da relação entre os indivíduos? Que não se desejasse seu término? Haveria a possibilidade de manutenção de tal estado de alegria do corpo presente com práticas que se experimentassem despretensiosamente? Encontros mais simples? Aquilo que se pesquisaria sobre estas práticas já estaria no SUS. Percebê-las e integrá-las seria um desafio. Vamos?

Referências - Remédios

BARROS, Manoel. **Poesia completa**. São Paulo: Leya, 2010.

BERTHERAT, Thérèse. **O corpo tem suas razões: antiginástica e Consciência de Si** (com a colaboração de Carol Bernstein). 21. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. Trad. Stela dos Santos Abreu.

CAILLOIS, Roger. **Os Jogos e os Homens**. Lisboa: Edições Cotovia, 1990. Trad. José Garcez Palha.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa - Filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002. Trad. Daniel Lins e Fabien Pascal Lins.

FERRACINI, Renato. **Ensaio de atuação**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

FORTUNA, Tânia Ramos. **A formação lúdica docente e a universidade**. Porto Alegre: UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2011. Tese de Doutorado.

MASETTI, Morgana. **Ética da alegria no contexto hospitalar**. Rio de Janeiro: Sinergia, 2011.

ROSSET, Clément. **Alegria. A força maior**. Trad. Eloísa Araújo Ribeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

SPINOZA, Baruch de. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. Trad. Tomaz Tadeu da Silva.

A ATIVIDADE DE PESQUISA: FORMANDO O 'CORPO-PESQUISADOR' NAS ESTRIAS DA CARTOGRAFIA

*Janaina Madeira Brito
Maria Elizabeth Barros de Barros
Renata Junger*

O corpo de um cartógrafo nasce numa paisagem! Paisagem móvel, certamente. Constituída com diferentes fragmentos da cena onde o corpo se articula. É momento de uma experiência! O corpo que aí emerge prolonga-se como extensão de cada segmento dessa paisagem que se constitui com ele num processo de co-engendramento. Não é de anterioridades e essencialidades que se trata, mas de co-emergência de pesquisador e campo de pesquisa e do experimentar diferenciações.

Movimentos ocorrem incessantemente. A transformação constante lança este corpo recém-produzido a deslizar por entre segmentos e essa experiência se efetiva na atitude de continuar pesquisando, criando aberturas, recusando como prioridade o já dado do vivido. Nesse processo, nada temos a desvelar. Estamos em meio a passagens móveis, produzindo corpos outros na experiência intensiva de uma pesquisa. Para tanto, instantes e temporalidades bem marcadas sedem espaço a uma processualidade. Protocolos são repensados nos modos

inconclusos e provisórios do pensamento, e a pesquisa gradativamente vai se delineando, nunca é dada de uma única vez. O pesquisador interfere, produzindo mundos e sujeitos. Nesse processo o corpo se forma, e um campo de pesquisa se constitui pelas velocidades e lentidões que atravessam tal experiência.

Esse processo de formação de um pesquisador se faz em meio aos processos de pesquisa. Formação que é, sobretudo, experiência de produção de subjetividade, momento de ruptura e crítica.¹

Neste tipo de modos habituais de viver, de pensar e agir, como efeito da atitude crítica, é que se efetivam os processos de formação em meio aos caminhos de pesquisa. O *tempo-cronos* transmutado em *tempo-kairós*² exige de nós a criação de dispositivos que passem a acompanhar esse processo de constituição das coisas e de nós mesmos. Por isso a valorização da dimensão intensiva da experiência produz o aguçamento aos momentos de alteridade. É preciso ainda desenvolver atenção à raridade que extrai do pensamento uma explosão. Uma pesquisa produz surpresas improváveis, e é por isso mesmo, sempre traçada de programações e intempestividades.

1 Essa idéia de crítica se inspira na obra de Michael Foucault (1926-1984) que considera o conhecimento como efeito mais da experimentação da autonomia, e menos de uma heterodeterminação. Atentemos às palavras de Foucault: "Gostaria, por um lado, de enfatizar o enraizamento da *Aufklärung* de um tipo de interrogação filosófica que problematiza simultaneamente a relação com o presente, o modo de ser histórico e a constituição de si próprio como sujeito autônomo; gostaria de enfatizar, por outro lado, que o fio que pode nos atar desta maneira à *Aufklärung* não é a fidelidade aos elementos de doutrina, mas antes, a reativação permanente de uma atitude; ou seja, um *êthos* filosófico que seria possível caracterizar como crítica permanente de nosso ser histórico." (FOUCAULT, 1984, p. 344-345) (grifos do autor).

2 Os gregos chamavam de arte do *Kairós*, a escolha pertinente de uma ação diante de uma certa conjunção local, particular e inédita, de processos considerados, antes, controláveis e programáveis. (SCHWARTZ, 1998)

Uma experiência de pesquisa se faz habitando a produção de conhecimento de sensibilidades outras, de caminhos singulares, de arranjos conceituais sempre intercessores. Numa experiência de pesquisa se sai modificado e modifica-se certo estado de coisas. Modos de subjetivação vão se instituindo ao descamar o pensamento, no aprender com os processos, na atenção que passamos a dirigir aos modos como nos constituímos nas paisagens da pesquisa empreendida. Para nós, formação é ainda efeito de pesquisas que focam sua dimensão de *atividade*, compreendida como terreno fértil de criações e normatizações. Portanto, se *uma experiência* é o que se intensifica como imagem do pensamento, é para nos auxiliar a afirmar o *ethos* assumido nesse texto, ou seja, o de que uma pesquisa cartográfica cria contornos provisórios ali quando sujeitos e mundos se tecem, quando o pensamento, as percepções e os afetos criam a problematização como prática - exercício formativo permanente.

Relampejo I: Um corpo se reinventa com o campo problemático, e cria misturas

O campo problemático não está em nenhum lugar a nossa espera, inerte. Os corpos nascidos em uma paisagem nascem de novo, e de tantas outras formas. São os recomeços que marcam este processo de pesquisa indagando durezas, cientificismos e positivismos. Já sinalizamos, que ao operar com as co-produções, a perspectiva cartográfica força atenção aos processos constitutivos das realidades. Atenção, portanto, às historicidades, aos devires, e não naturalizações. Atenção aos caminhos do pesquisador ao construir seu problema de pesquisa e seus recursos metodológicos. Nisso há valorização das misturas empíricas

reinventadas durante uma pesquisa, para auxílio do processo que forma o corpo-pesquisador. Então como pensar esta formação do corpo-cartógrafo? Como ativar algo do supra-sensível que nos atravessa, e habita por entre as experiências?

Nas paisagens da pesquisa cartográfica o campo problemático vivo, nasce por múltiplas vias. Está também nos liames de possibilidades que o corpo do pesquisador aprende a enunciar. O campo problemático, ainda se singulariza quando agenciado aos fios constitutivos das experiências do pesquisador, antes e durante a pesquisa. Nisso que possui uma duração, naquilo que toca o vivido ao fazer emergir uma nova contribuição ao pensamento, é a potencialização da pesquisa que se espera. Entendemos que a cartografia quer seguir as experiências dando ênfase ao caminho em que vão se constituindo as práticas de pesquisa, bem como os recursos imateriais que fortalecem o pesquisador em uma atividade inventiva. Nesta atividade, pensar é experimentar, é operar, e também construir. (KASTRUP, 2008)

Faz parte do processo de pesquisa produzir recursos que auxiliem o pesquisador-cartógrafo no trabalho com as ferramentas clínico-políticas do método. Construímos ferramentas clínicas sempre que podemos no caminho, acentuar as quebras que reorganizam uma trajetória, um trabalho conceitual, um pensamento em curso. De certa forma é do processo de reorganização que surgem os tais recomeços, as experiências críticas e inventivas, que no mínimo protegem o pesquisador de reproduzir teorias e técnicas. Como entendemos que uma prática clínica é necessariamente intervenção geradora de conhecimento (PASSOS; BARROS, 2012), acreditamos que dar visibilidade a essas experiências singulares, é o que pode nos sinalizar aqueles acontecimentos não protocolares a serviço da qualidade de um processo de pesquisa. É aí que o

cartógrafo forma um corpo-astuto pesquisando. Ganha corpo, para além de sua funcionalidade orgânica, biológica, funcionalista, maniqueísta... Mas, afinal, que corpo é este, possível? Já indicamos: um corpo que constitui índice de variação, de mudança, e de trans(formação). Diferenciação, portanto, que é fiada por entre as práticas de forma contingencial, que cria novas demarcações, que provoca co-participações no processo do pensamento.

Conceitos e teorias não andam sós nas ranhuras cartográficas. Há outras participações. Entradas no pensamento que inspiram movimentá-lo. A imagem que neste momento recorreremos, e que nos auxilia, é de um bailarino enamorado por uma corda num cenário coreográfico. Decidimos, assim, acompanhá-lo! Das aulas rigorosas e dos ensaios exaustivos, restavam-lhe os calos nas mãos, a técnica e o enjoo do movimento circular que a corda imprimia em seu corpo. Teatro lotado, luz ínfima, no silêncio, a cortina vai se abrindo e lá estava ele, sozinho em sua corda em meio ao palco, ao público e imensa excitação - iniciando uma aventura. Caberia, ao bailarino, executar os movimentos de forma perfeita, exaltando o primor da técnica, conectado com a música, afinal, as aulas e os ensaios sustentam esse objetivo.

Façamos uma pausa para viajar a outros espaços-tempo da formação do bailarino. Nas aulas, o bailarino, geralmente aprende todo rigor e encaixe característico do balé clássico, o que antevê os movimentos regidos por uma conduta de disciplina rígida e prescritiva. Persegue o perfeccionismo das 5 pontas (braços, pernas e cabeça) posicionando-se da forma mais encaixada possível. Há de fato, a busca por um primor. Que maravilha compor um desenho corporal deste bailarino! Diferentemente ocorre nos ensaios, quando o corpo é regido por outra lógica. Na composição das coreografias, o coreógrafo força a desconstruir grande parte do desenho corporal exercitado,

provocando-o com a expressividade dos movimentos que emergem no contato com os vários ritmos. Ouve-se, primeiramente, a música, experimentando cada tom a ser demarcado como ritmo. Depois, coreografa-se a partir dos movimentos que ganham expressividade singular em cada corpo. A formação do corpo-bailarino tem contorno interessante, efeito do exercício de construção e desconstrução contínua. Mas que processo é este? Passar pela formação do balé clássico, afirmando o encaixe, para depois explodi-lo na conexão com novos ritmos?

É certo que a repetição do movimento do balé clássico garante um saber corporal extremamente importante para operar no momento da desconstrução dos estilos de dançar. É como uma repetição que vai garantindo um variar. Dito de outra maneira, é partir da fôrma para a fluidez, o que significa poder experimentar-se no movimento, soltar o corpo no contato com o ritmo. Isso é mais que reproduzir o encaixe perfeito, isso é o que faz cada coreografia uma obra inédita. É então, um tipo de formação que ofereça um contorno que faz-se obra aberta, inacabada, que permite poder arriscar-se a cada passo ou movimento.

Voltemos, então, ao dia de palco. Esse corpo-bailarino vive momento de brilho, afinal considera-se o palco como lugar de certeza, não de erro. No momento do espetáculo errar é inadmissível!... E diante disso, sempre o co-habita, outras possibilidades e desdobramentos. Algo acontece. Neste dia, ao se pendurar na corda, o bailarino sente que a velocidade com que balançava era totalmente diferente da experimentada antes. A música ia, e ele tinha a sensação que ficava, aparente desconexão. O bailarino percebe, então, balançar sob um ritmo desconhecido. Na confusão do instante, nesse dia de corda e imprevisíveis, alguma resposta é construída, e o autoriza a experimentar o palco de outra maneira. O bailarino vive uma conexão inédita, e compõem algo para além do programado. Ao assumir o

encontro com o improvável, experimenta, mais uma vez, a desconstrução. Mas nisso, o que se aprende? Nesse novo corpo que advém desta experiência, que possibilidades extraímos para pensar uma tática de pesquisa?

Algo concretamente se processa, a ponto de ativar o potencial de ser afetado, de educar ouvido, olhos, nariz... fazer o corpo criar uma resposta. Em um instante de astúcia explode o balé instituindo outros sons e ritmos, criando abertura para inventar outros jeitos de viver a dança, aliada a outras estilizações. Ao operar certa desconstrução, vemos ainda se compor uma força ativa e inédita. Força que se insinua neste instante em que o novo movimento coreográfico surge, ao mesmo tempo em que surge outro bailarino, em outra técnica. Reiteramos a pergunta: nisso o que se processa? Prestemos, então, atenção nesta faísca de potência não capturada pelas fôrmas e programações, e que se insinua no tom da mudança que pôde ser impresso. Ao nos atentarmos aos processos de produção de subjetividade, de modulação cognitiva (e sensível) que se dá com o bailarino, encontramos o quê em seu corpo produz. Encontramos essa intensidade do *outrar* como uma face do movimento de formação experimentado na prática do balé, e porque não dizer, na prática de uma pesquisa.

Simoni & Moschen (2012) trabalham o verbete *outrar* no abecedário que instrumentaliza as pesquisas interessadas nos processos de diferenciação do pensamento. Para as autoras: “[...] *outrar* implica uma fronteira em movimento, uma estranheza que começa a ganhar contornos (fluídos) e que, por isso mesmo, desloca, desequilibra, interroga.” (SIMONI; MOSCHEN, 2012, p.181) Logo aferimos que, naquele dia, na experiência com a já conhecida corda e o palco, há deslocamentos, modulação porque houve lacuna: uma espécie de abertura criada pelo instante interrogante provocado pelo imprevisível. O que esta intempestividade produz?

A corda não possuía o ritmo esperado, ou seja, ritmo pronto a ser identificado, cognitivamente decodificado, reproduzindo o já sabido. O desconhecimento, contudo, é o que mobiliza neste instante. Insistimos: há algo aí para pensarmos a formação de um corpo-cartógrafo, na tarefa que este possui de produzir enunciação do pensamento processual.

A atenção ao inédito e ao descontínuo também surge no transcorrer do tempo vivido pelo bailarino. Ter acolhido a nova sensibilidade produzida pela corda possibilitou nova composição, que passa a ser partícipe da experiência da dança, trazendo novas intensidades, co-produzindo-a. Nas inúmeras paisagens da vida, com maior ou menor grau, o que ganha acento é esta multiplicidade. São de multiplicidades que se mostram os nossos campos problemáticos: múltiplos elementos, fazendo fios, produzindo camadas, arranjos, inteligibilidades. Uma pesquisa cria contornos possíveis sempre nisso que é feito de incontáveis inícios, que não corresponde a linearidades e previsibilidades, e que se parece mais com um emaranhado de experiências e inteligibilidades *por vir*. Nestes termos, cartografar seria uma dança possível que elucida algumas conexões, também possíveis, dando relevo aos recursos teóricos que conferem força a problematização de interesse da pesquisa. Isso em nada se parece com a possibilidade de enunciar um modelo de produção de conhecimento com alcance de toda a verdade: suficiente, pura, perfeita, eterna.

Cartografar é acompanhar as multiplicidades constituintes dos terrenos de pesquisa, lançando o corpo-pesquisador a traçar algum caminho, meio ao não saber. Traçar um “plano de consistência das multiplicidades” nos inspiraria dizer Deleuze & Guatarri (1995), quando escrevem o quarto princípio do rizoma. Traçar alguma determinação, ou grandeza, um tipo de contorno, meio aos percursos feitos

se servindo dos recursos, dos ensaios, e princípios teórico-políticos, é o que faz o corpo-pesquisador no processo de produção de conhecimento.

Essa é uma perspectiva que gostaríamos de trazer da formação deste tipo de corporeidade: a não recusa ao encontro com o novo “ritmo” ainda que desconhecido, ainda que nos imponha instantes de um não saber operar, pois nisso há sempre potencialidades outras. Poder, no trabalho, acolher o que é desestabilizante integra este tipo de pesquisa porque anuncia a potência criadora do pensamento a partir dos recursos que o próprio processo de pesquisa pode ofertar ao pesquisador. É da dança que o bailarino extrai conhecimento para não inviabilizar o espetáculo, aprendizagem astuciosa e necessária para produzir com as multiplicidades, produzindo polissemias. Há, portanto, aprendizado no movimento desconhecido e incomum. O pesquisador aprende pesquisando, exatamente, por esta capacidade de criar quando não acontece o esperado, por ora, é o que desejamos aprender com esta simplicidade do corpo-cartógrafo-bailarino, e que muito nos desafia.

Relampejo II: cartografar é *atividade* acrobática

Ao mitigar a possibilidade da aprendizagem de uma inteligência astuciosa (não apenas a inteligência para resolver problemas, somatória de conteúdos ou aplicadora de regras) sinalizamos para a experiência de um corpo que conjura seus limites explorando o meio. Esta discussão nos ajudará a criar outras conexões conceituais à experiência cartográfica como experiência de vida e do vivo em um processo de pesquisa.

Um corpo-acrobata, fiado na produção da elasticidade e da estratégia, se mostra índice de um corpo ativo. Um corpo em atividade é a característica do ser vivo, e do que nos faz vivos. (CANGUILHEM, 2000) Da vida, o que escutamos é a vontade de expandir-se em liberdade, é vazão das águas, multiplicação improvável dos organismos, ampliação desregrada da erva daninha... Por isso mesmo, pensamos pesquisa sempre em vida, e vida como oposição à pura determinação, indiferença e neutralidade. Para nós, a atenção à vivacidade de uma pesquisa é afirmação ética no movimento de diferenciação constante, valorizado na produção de subjetividade, de saúde, do pensar, do viver.

A produção em pesquisa se mostra como efeito da experiência de afetação, do contágio, da reverberação. Pensamos assim como aposta na não naturalização do estado das coisas, aposta na atividade contribuindo para reconfigurar o estado das coisas. A cartografia forma o pesquisador como cultivo de um corpo-ativo-vivo! Um pesquisador não cúmplice da atitude contemplativa do conhecimento. Um corpo-ativo resiste às tentativas de heterodeterminação e de submissão ao instituído. Um corpo-vivo recusa modos verticalizados que pressupõe a produção de conhecimento de forma contida, mecanizada na repetição de fôrmas e modelos. O pesquisador em atividade de pesquisa constitui realidades, isto porque é invivível viver na prescrição, alertaria Schwartz (1992). O viver é atividade de avaliação permanente, ainda que esta avaliação não seja metonímia da racionalização procedimental e métrica que usualmente se conhece. O que implica, então, fazer pesquisa processual, fora do foco em protocolos?

A pista para avançarmos é tomar a avaliação, exatamente, como aquela capacidade de perceber que as imprevisibilidades inerentes ao viver portam potência de transformação, quer dizer, se faz um meio de ação. Os

humanos produzem a si e ao mundo por este gesto. Ao constituir mundos, orientado por determinados valores, explora ativamente o espaço, a partir de projetos que possui, e que também reformula. Essa é uma das forças da historicidade do vivo: a construção contínua de 'meio' em função do complexo de valores que retrabalha.

Estamos propondo aqui que pensemos a pesquisa como produção. Produção de humanos que propõe, convoca, impõe escolhas e arbitragens. Produção de mundos impermanentes e impertinentes. Somos incapazes de fazer de maneira exatamente igual os mesmos procedimentos e gestos. Nas situações concretas gera-se renormalizações, a partir das quais realizamos o trabalho investigativo. Agimos nesta espacialidade produzida entre os procedimentos definidos antes da entrada em campo, e o que efetivamente realiza-se em situação. Isto porque há uma distância entre as normas antecedentes e o real vivido na situação concreta de pesquisa. E é justamente ao operar nesses interstícios das normas antecedentes que fazemos história, que imprimimos nossas contribuições aos campos de pesquisa.

Cartografar é atividade industriosa, portanto, fabrica no tempo, enquanto dura. Cartografar é considerar a deriva, efeito dos movimentos singulares das pesquisas, não como atividade de representar uma realidade ou se ater ao observável, mas como a atividade que produz ao criar novas conexões textuais. Há sempre reconfiguração das paisagens co-emergentes com o movimento de constituição dos temas, ideias e campos de pesquisa. Como as coisas estão sempre se dando, se processando, se modificando, uma pesquisa é feita, prioritariamente, de provisoriamente. Nela, o pesquisador pondera, altera, transforma, em diferentes direções. Por isso a singularidade das renormatizações como dimensão da experiência humana convoca uma habilidade em lidar com o imprevisto das variabilidades do meio. Exige

a coragem de operar com sua infidelidade, experiência, marcada pela arte do *kairós* como modo transversal de trabalhar na pesquisa.

Consideramos relevante chamar a atenção para junto com o trabalho de problematização de uma temática, implicar o que se processa com o pesquisador em atividade de pesquisa. E a formação é um desses efeitos subtraídos de uma pesquisa. Estamos chamando de corpo-acrobata este corpo formado pela ação, no momento da ação, o que implica um rigor e precisão metodológicos não entendidos como obediência irrestrita a procedimentos apriorísticos. Aqui temos uma inversão importante produzida pela pesquisa cartográfica:

1. Precisão não é exatidão, no sentido de representar de forma fidedigna a realidade pesquisada por meio de passos a serem seguidos.

2. Precisão próxima dos movimentos da vida, da normatividade do vivo e é tomada como compromisso e interesse, intervenção.

3. Privilegia-se o acompanhamento das linhas de força que compõem uma experiência, o que está em vias de ser, não um estado de coisas. (PASSOS; BENEVIDES, 2012)

Corpo, portanto, que, na cartografia, surge ao discernir qual ferramenta da caixa conceitual-metodológica deve ser utilizada ao acompanhar determinados processos e institucionalizações. (POZZANA; KASTRUP, 2012) Corpo que é produzido na intensidade de fazer com que uma pesquisa também produza.

As acrobacias do cartógrafo, como um elemento de criação, ou seja, estético, exploram os atravessamentos da pesquisa e age com as contingências. Tal como problematizar objetos e temas, ao imprimir uma pesquisa cartográfica, cabe olhar para o que se passa com o pesquisador, não somente

porque uma pesquisa forma, mas, sobretudo, porque a constituição do problema é co-engendada à constituição do pesquisador. Ao darmos emergência a um problema ganha-se também substancialidade o corpo de quem pesquisa. Não há neutralidade nesse tipo de experiência. O corpo do pesquisador é permeável na pesquisa cartográfica. E é este corpo que, ao criar, pode imprimir ao pensamento uma extensão interessante, produtora.

Relampejo III:³ O corpo-si do bailarino-cartógrafo

Voltemos à imagem que nos apoia: o bailarino. O que se processou naquele instante? Onde se encontra o bailarino-cartógrafo? Schwartz (2000) nos inspiraria a dizer: meio a uma “dramática do uso de si”. Tal como o pesquisador, ele se encontra entre a execução das exigências operatórias e a experiência que recoloca em jogo, as próprias normas numa situação de encontro com um destino a ser vivido. Vive, então, estranhamento e disponibilidade para experimentar um espaço-tempo. Neste, age ativamente. Possibilita a experiência sustentada por um ‘corpo-si’ como unidade problemática do ser humano em atividade industriosa. Vale dizer, que este ‘si’ é um indicador de problemas, é um corpo-pessoa-em situação, operador de sínteses no *continuum* parcialmente descontínuo da vida. O ‘si’ é onde se nucleiam

3 Os “relampejos” trazidos ao longo do texto são indicação de Walter Benjamin (1994) ao trabalhar sua filosofia da história. Eles nos foram úteis como matéria para fazer o “pensamento pensar”, e mais do que isso, para ajudar-nos a trabalhar alguns fios descontínuos de nossa experiência de pesquisa. A aposta é de que estes fios funcionassem na própria construção do artigo como centelhas, contrariando a possibilidade de uma escrita reminescente, mas, ao mesmo tempo, acreditando que a força disruptora da memória auxiliaria o acesso à experiência no Programa de Formação e Investigação em Saúde e Trabalho (PFIST-UFES).

os diversos registros, aspectos, espaços, temporalidades da vida humana.

O corpo-si do bailarino-cartógrafo é o que dificulta a modelização dos comportamentos submetidas às chaves conceituais monovalentes, o que implicaria pensarmos as ações e atitudes sempre dentro de um esquema repartido de campos disciplinares e institucionais, as ditas especialidades. Mas, dizíamos: os vivos querem escapar ao esquadrinhamento. Querem espaço para expansão de suas potencialidades. O que, então, nos indica este ‘corpo si’? Nos indica que o bailarino-cartógrafo dá provas de que um corpo em atividade incorpora. Atividade efeito da sabedoria que se constrói na confluência do biológico, do sensorial, do psíquico, do cultural, das atividades as mais imateriais e inorgânicas.

Isso implica que estes engajamentos não sejam localizados no corpo de maneira simplória: aos cinco sentidos deve se acrescentar o papel maior da sensibilidade proprioceptiva (sinestésica). Uma sensibilidade como capacidade de controlar os movimentos e a posição do corpo no espaço, cujos captadores estão na multiplicidade dos órgãos. É mais que um corpo inteiro que materializa a experiência sensível no momento da ação. Esta integração multissensorial, inclusive, dificulta colocar em palavras este engajamento corporal. Este tipo de experiência costuma escapar à semiótica significante tradicional.

Estamos expandindo as referências costumeiras de um eu “conscienciológico”, pronto para conhecer. Também explode a possibilidade do objeto existir em essência, identidade e natureza, aguardando nossa iluminação. Esta proposta é de outro tipo de inteligibilidade, paisagem, cena. O corpo do pesquisador cartógrafo é corpo-história, contemplando o gênero profissional, os encontros do vivo renovados com suas solicitações, seus dramas... Inclusive o

encontro sempre inédito impresso por uma pesquisa. Nela, o cartógrafo se serve de uma memória motriz, como energia produtora da intenção renormatizante. Ele se acopla e se sintoniza no processo de produção de conhecimento se valendo do patrimônio vivido, integrando aprendizagens de campos diversos e atualizando conexões que potencializem a teorização.

O pesquisador tem, assim, a potencialidade de forçar ranhuras no pensamento a partir do uso deste patrimônio mnemônico que permite criar cada situação, e mais do que isso, permite a instrumentalidade do pesquisador no fazer prosseguir a pesquisa com fluidez. O corpo-si-história, constituído de lâminas da experiência de vida, está a serviço do experimentar os impasses do pensamento, em ato. Isso compreende competências, que emergem exatamente nos planos relacionais. As competências são aqui entendidas como atitudes, posições, ações e aprendizados que se forjam no confronto dos sujeitos com o mundo. (ZARAFIAN, 2011) Portanto, se anunciam, não como essencialidade ou característica pessoal, mas como índice do arranjo, da condição de possibilidade de uma ação, da astúcia para tratar o contingente.

Como dissemos, não é incomum a dificuldade em falar deste tipo de experiência formativa, nem sempre passível de ser explicada ou procedimentada. Isto não significa afirmar uma formação pela pesquisa sem regras ou atividade conceitual prévia. Estamos em um campo onde as letras, a explicação ortodoxa e maniqueísta opera pouco. Por isso o presente texto recorre a imagens, a cenas, a possibilidade de sua narrativa criar acesso e conexão. Acreditamos que, naquilo que se cria conexões, o pensamento move-se, junto às ideias que encorpam a problematização.

Este é o exercício que consideramos útil nas pesquisas. Estamos falando de problematizações, efeito da abertura

conectiva do pensamento em uma atividade de pesquisa de visada processual, em devir, feita na incompletude, e neste tipo de pesquisa, como a cartográfica, o objeto é o desenvolvimento das atividades, seus impedimentos, sobretudo, a dinâmica de realização da experiência (PASSOS; EIRADO, 2012). Por isso trouxemos, neste texto, efeitos de um processo de formação-subjetivação. Pensando-as como obra aberta, como terreno da mudança, da produção do contágio e da diferenciação no modo como nos relacionamos com a prática de pesquisa.

No debate referente às metodologias, intencionamos trazer a atividade como experiência para o trabalho do cartógrafo considerando o modo singular como um pesquisador atualiza a atividade de pesquisa. Ao ler textos, discutir estratégia de articulação saúde-educação-trabalho, repensar as atividades de pesquisa em grupo, ou ainda, construir os sentidos transversais dos estudos em política pública – nossa atividade de pesquisa – vemos uma pesquisadora farejando a bailarina nela! Esse foi o modo contingencial de mobilizar recursos para apreender o momento da pós-graduação e do trabalho de pesquisa. Nisso nos inspiramos, a partir daí, fizemos o pensamento pensar.

Concluindo: o cartógrafo cria mundos no mundo, e com o mundo

“A cartografia introduz o pesquisador numa rotina singular em que não se separa teoria e prática, espaços de reflexão e de ação. Conhecer, agir e habitar um território não são mais experiências distantes umas das outras.” (ALVAREZ; PASSOS, 2009, p.149)

A formação do cartógrafo se faz no movimento do corpo-si, num regime de afetabilidade. Criando dispositivos que produzam aberturas no já dado para fazer emergir o que se dá. O processo de formação do cartógrafo se aproxima mais da possibilidade de desprender-se dos hábitos cristalizados, cultivando-se uma atenção cuidadosa. Antes de aprender trata-se de um desaprender, desconstruir certos padrões corporais que na experiência se tornam pouco resolutivos. Desmanchar a responsividade que nos liga à vida de forma nem sempre conectada com a experiência.

O aprendizado, portanto, é literalmente corporificado, encarnado, na mesma proporção em que é criado corporalmente, e para isso ele é, sobretudo experiencial, requer tempo e espaço, respiração, articulação, atenção e disponibilidade para o desconhecido. Tudo isso demanda exercício, tais quais aqueles que o bailarino faz. Engano achar que as aulas e os ensaios só almejam a perfeição, eles também ensinam a errar. Uma força do revés que desconstrói alguns desenhos produzindo disponibilidade para criar outros. Uma memória que passa a compor os corpos e, portanto, pulsam a partir de uma inteligência astuciosa. Talvez devamos pensar um pouco como tem se organizado essa experiência em nós. Como anda nossa porosidade para produzir diferença a partir do que emerge no encontro com o inesperado? Cartografar como uma atividade que tem como sujeito um corpo-cartógrafo, ou um corpo-si ou ainda um contorno bailarino pode ser um caminho possível para produzir outras realidades no campo da pesquisa, conectadas com a experiência, com esses encontros com o inesperado.

Referências

ALVAREZ, J.; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V. ESCÓCIA, L. (Org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade Porto Alegre: Sulina. 2009. p. 109-130.

BENJAMIN, W. **Sobre o conceito da história**. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura. 7. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-232

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Introdução: Rizoma. In: _____. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. 1995. Vol. 1. p. 11-37.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, M. O que são as luzes? [1984]. In: _____. MOTA, Manuel Barros da (org) **Ditos e Escritos II**: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 335-351.

KASTRUP, V. A cognição contemporânea e a Aprendizagem Inventiva. In: KASTRUP, V; TEDESCO, S; PASSOS, E. **Políticas da Cognição**. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 93-112.

PASSOS, E; BARROS, R. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E; KASTRUP, V; ESCÓCIA; L. (orgs.). **Pistas do Método da Cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulinas, 2012. p. 17-31.

PASSOS, E; EIRADO, A. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In: PASSOS, E; KASTRUP, V; ESCÓCIA; L. (orgs.). **Pistas do Método da Cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto

Alegre: Sulinas, 2012. p. 109-130.

POZZANA, L, de B; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. 2012. In: PASSOS, E; KASTRUP, V; ESCÓCIA; L. (orgs.). **Pistas do Método da Cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 52-75.

SCHWARTZ, Yves. **Travail et philosophie**. Toulouse: Octarès. 1992.

_____. Os ingredientes da competência: um exercício necessário para uma questão insolúvel. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 65, dez. 1998.

_____. **Comunidade científica ampliada de pesquisa e o regime de produção de saberes**. Marseille: Cateis, 2000. Trad. Eloísa Santos e Daisy Cunha.

SIMONI, A.C.R; MOSCHEN, S. Outrar. In: FONSECA, T.M.G; NASCIMENTO, M. L; MARASCHIN, C. (orgs.). **Pesquisar na diferença**: um abecedário. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 179-181.

ZARAFIAN, P. Organização qualificante e modelos de competências. Que razões? Que aprendizagem? **Formação Permanente**, n. 5, 2011.

O EMPÍRICO CONTRA-ATACA: FAZENDO ETNOGRAFIA REALISTA¹

Michael Atkinson

Introdução

A etnografia, frequentemente chamada de “pesquisa de campo”, “observação participante” ou “pesquisa naturalística”, é o estudo da vida dos grupos humanos através da imersão do pesquisador em um grupo social particular, uma (sub)cultura, uma cena específica ou um contexto cultural de seu interesse, já foi considerado um dos principais métodos de pesquisa na América do Norte e demais lugares. Um etnógrafo se torna um participante nesse ambiente, e, em alguns casos, um membro pertencente ao grupo que nesta condição passa a estudar o seu funcionamento, apreender quais significados culturais são compartilhados entre seus membros, compreender como se molda a visão do mundo e as práticas de vida, e conceituar como a vida cultural é ali organizada e exercida.

¹ Esse capítulo é uma versão autorizada em língua portuguesa do texto *The Empirical Strikes Back: Doing Realist Ethnography*, de autoria Michael Atkinson, publicado originalmente no livro *Qualitative Research on Sport and Physical Culture*. (ATKINSON, 2012) A revisão técnica e de estilo foi realizada por Alex Branco Fraga (PPGCMH/UFRGS); Ariane Pacheco (PPGCMH/UFRGS); e Flávio Mariante Neto (PPGCMH/UFRGS).

Alguns etnógrafos elaboram relações entre estudos sobre vida cultural numa escala microsocial com as tendências e processos macrosociais (por exemplo: globalização, forças político-econômicas, estruturas institucionais de desigualdade e poder), enquanto outros tantos focam em como os costumes culturais fornecem mapas de significado para pessoas no “aqui e agora” da vida cotidiana. Neste texto, reviso a lógica e uma maneira clássica de realizar a etnografia realista, tendo como referência específica um extenso trabalho de campo que realizei sobre *Ashtanga Vinyasa Yoga* no Canadá. Discuto sobre um conjunto de elementos que compõe o “dentro” e o “fora” do ato de realizar uma etnografia realista e destaco uma variedade de tópicos, problemas e oportunidades, que são tipicamente ignorados ou subestimados nas dissecações mais comuns do método.

Encontros com a etnografia realista

Minha pesquisa etnográfica sobre *Ashtanga Yoga* começou em 2005. Na condição de um dedicado e regular praticante de exercícios físicos, comecei a praticar *Ashtanga Yoga* (a partir de agora vou me referir a esta prática usando somente a expressão *Ashtanga*) como uma estratégia complementar e uma técnica de recuperação ao desgaste físico provocado pelas minhas corridas; aventuras no duathlon e triathlon. O *Ashtanga* é uma técnica antiga de *Yoga* derivada dos *Yoga Sutras de Patanjali* e do *Yoga Korunta*. A prática de uma sessão de *Ashtanga* tem seu foco na geração de calor pelo corpo através de um conjunto de posições de alongamento, equilíbrio e força (chamadas *asanas*), respiração profunda e meditação. Como outras formas de *Yoga* no Canadá, a popularidade do *Ashtanga*

cresceu quase exponencialmente desde os anos 1990. Encontrar um estúdio de *Ashtanga* nas áreas urbanas no início dos anos 1990 era difícil, mas hoje as opções são muitas.

Quase imediatamente após iniciar minha prática de *Ashtanga* em um pequeno estúdio em Hamilton, Ontario, em 2005, aprofundei minhas pesquisas sobre a cultura “*Ashtangi*” no Canadá. Afastei-me desse estudo enquanto trabalhava no Reino Unido, somente os retomei após retornar ao Canadá no verão de 2009. No outono desse mesmo ano, encontrei um estúdio “tradicional” de *Ashtanga* em Toronto (estúdios tradicionais são chamados de *shalas*) e mergulhei profundamente em uma imersão etnográfica sobre o assunto. A seguir, delinearei minhas preferências e predileções pela etnografia realista como estratégia metodológica de compreensão e teorização da cultura *Ashtanga* que estudo em Toronto, enfatizando como tais maneiras de realizar uma pesquisa etnográfica tradicional se constituem em técnicas qualitativas fundamentais para conhecer as experiências vividas em outras culturas. Mas antes de caminharmos através de minha pesquisa neste texto, questões de definição em relação ao conceito de etnografia realista precisam ser pontuadas mais detidamente.

Então... o que exatamente é etnografia [realista]?

O próprio termo “etnografia” (do Grego *ethnos*, que significa “povo”, e *grafia*, que significa “escrita”) é vago e descuidadamente aplicado a *qualquer* projeto de pesquisa qualitativa em que a observação de pessoas em grupo é usada para fornecer uma descrição indutiva, detalhada e em profundidade das práticas diárias deste coletivo. Algumas

vezes isso se refere a (e, novamente, sem os devidos cuidados) uma “descrição densa” de cultura - um termo atribuído ao antropólogo Clifford Geertz (1973). Etnógrafos realistas geraram uma sólida compreensão da cultura através da combinação e da análise sistemática de múltiplos pontos de vista dentro de um determinado contexto. Um etnógrafo realista acredita que para compreender, traduzir e construir conceitos sobre como as culturas funcionam, e sobre como elas elaboram o que Raymond Williams (1977) chama de “mapas de significado” para os sujeitos, é necessário se tornar um membro dessa cultura. O conhecimento teórico sobre as culturas é gerado de maneira mais consistente, de acordo com os princípios epistemológicos da etnografia realista, por meio do contato e da experiência direta com membros de uma cultura ao longo do tempo. Dentro desta perspectiva teórica, é preciso tornar-se membro de um grupo cultural, fazer o que eles fazem, viajar com eles, viver ao lado deles para poder prospectar os significados partilhados nesta intersubjetividade.

Robert Prus (1996), apoiado no interacionismo simbólico da Escola de Chicago, preconizada por George Herbert Mead, Herbert Blumer e Carl Couch, demonstra que o papel do etnógrafo realista é explorar e teorizar a origem, os significados e a produção dos *processos sociais genéricos* (PSGs) que estruturam a vida humana em grupo. Os PSGs se referem a processos onipresentes que constituem a vida em grupo, tal como o desenvolvimento de perspectivas culturais, participação nas atividades culturais de outros grupos, afirmação de identidade coletiva, constituição de relações entre os sujeitos, e o estabelecimento de compromissos dentro de comunidades culturais. Etnógrafos adotam uma perspectiva epistemológica realista para desenvolver um entendimento pormenorizado e complexo da proveniência dos PSGs; que lhes permite enfatizar a noção de que os conceitos e significados que constituem os

PSGs *emergem* do encontro etnográfico e não da imposição de modelos teóricos predeterminados.

Enfim, pesquisas etnográficas realistas fornecem um relato representacional (normalmente escrito) de uma cultura em particular durante um período de tempo específico. Após passar certo tempo “em campo” com a comunidade e mapear sua cultura, o etnógrafo desenvolve uma interpretação sobre ela e sobre como é ser, na perspectiva do sujeito, moldado por esta mesma cultura. Tais relatos são descritos como representações realistas (PRUS, 1996) da vida social. O realismo está intimamente ligado à noção de que etnógrafos desfrutam de credibilidade acadêmica para contar histórias sociológicas “congruentes com a realidade” (ELIAS, 1987) dos grupos estudados depois de um longo período de envolvimento com eles. Em outras palavras, depois de um demorado processo de construção de empatia em campo, que advém da convivência com os membros de uma determinada comunidade, é possível conhecer e ser capaz de capturar sociologicamente as formas de viver aquele “mundo” em um nível intersubjetivo. Após a completa imersão em uma dada cultura por um longo tempo, um etnógrafo realista se sente capaz de escrever um relato que represente fielmente seus valores fundamentais, estruturas, processos e participantes. Portanto, se você deseja estudar sociologicamente questões culturais sobre uma prática corporal como golfe ou *snowboarding*, você deve se tornar um jogador de golfe ou um praticante de *snowboarding* e se envolver de “corpo e alma” nessa prática. Entretanto, a forma pela qual qualquer estudo etnográfico é conduzido, a maneira como os dados são analisados e como se dá o uso de dados etnográficos é uma questão muito mais complexa.

Métodos etnográficos realistas têm sido largamente empregados em estudos sobre o esporte, a cultura corporal e o lazer nos últimos trinta anos. (ATKINSON, 2011) Para

nomear apenas alguns esforços etnográficos realizados, temos análises produzidas a partir de grupos de surfistas (SANDS, 2001), de boxeadores (WACQUANT, 2004), de skatistas (BEAL, 1995), de praticantes de *snowboarding* (THORPE, 2011), vinculados ao esporte para trabalhadores voluntários (DARNELL, 2010), de fãs da NASCAR (NEWMAN; GIARDINA, 2011), de praticantes de *windsurf* (WHEATON, 2000), de produtores de mídia (SILK, 2001), de jogadores de rugby (HOWE, 2001), e de fisiculturistas. (MONAGHAN, 2001) Em minha própria pesquisa empreguei métodos etnográficos para estudar diversos grupos, incluindo atletas de duathlon e triatletas, praticantes de *parkour*, praticantes de corrida de montanha, entusiastas de corrida de galgos ingleses, anoréxicos no esporte, e, mais recentemente, treinadores de ligas esportivas juvenis no Canadá. Pesquisadores da cultura corporal e do esporte utilizam-se de diferentes formas de etnografia para responder questões sobre os sujeitos que se engajam nos esportes, sobre como o esporte é um local para a (re)produção de identidades (gênero, raça, etnia, sexualidade, religião), sobre como o envolvimento com o esporte é moldado pelo lugar histórico e geográfico nos qual um sujeito está inserido, e sobre como a resistência de pequenos grupos a normas sociais, valores, discursos e estruturas institucionais dominantes podem se efetivar por meio do esporte e de participação em uma prática corporal. (ATKINSON; YOUNG, 2008)

Etnografias realistas requerem a exploração minuciosa de diversas fontes de dados produzidas “no campo”. Primeiramente, o engajamento em longo prazo no campo ou no local onde os membros de determinada cultura se encontram e interagem diariamente é essencial, e é chamada, mais comumente, de observação participante. Essa é, talvez, a fonte primária de dados etnográficos, e o termo é frequentemente confundido com o próprio termo “etnografia”. A noção de observação participante envolve

uma dupla função para o etnógrafo, ao mesmo tempo em que ele é participante na cultura é também um observador academicamente interessado. Elias (1987) delinea o grau de empenho que um pesquisador (de campo), como qualquer cientista social, deve ter para manter um equilíbrio entre envolvimento empírico com os sujeitos da pesquisa (necessário para ampliar o entendimento por meio da empatia com outrem) e o afastamento cognitivo/emocional destes (necessário para reconhecer sociologicamente os temas, padrões e estruturas conceituais - ou processos sociais genéricos - que organizam a vida cotidiana). Para desenvolver um entendimento engajado/imparcial de como é ser um membro de uma cultura, o pesquisador precisa participar vivamente do cenário no qual aquela cultura age, e, ao mesmo tempo, manter a postura de um observador que descreve a experiência dentro do que podemos chamar, grosso modo, de distanciamento profissional. Cabe destacar que essa postura não impede os etnógrafos de se tornarem defensores das pessoas que estudam.

Geralmente, etnógrafos realistas passam vários meses, ou mesmo anos, conduzindo uma pesquisa de campo, frequentemente formando laços duradouros com as pessoas da comunidade. Por isso muitos graduandos, pós-graduandos e professores conduzem etnografias nas comunidades onde eles mesmos vivem e trabalham. Gold (1958) descreve quatro principais formas nas quais pesquisadores se tornam etnograficamente inseridos em uma comunidade para conduzir uma pesquisa. Há diferentes graus de participação, que variam de acordo com o tempo de envolvimento em uma dada comunidade, desde *participante pleno* (quando se está totalmente inserido naquela cultura), *participante-observador* (quando se participa, mas não de tudo), *observador-participante* (quando se participa moderadamente, mas principalmente se observa a cultura de uma posição externa), até

observador pleno (quando apenas se observa a cultura, sem nunca participa dela ou interage com seus membros).

Em algum momento, a maioria dos etnógrafos vai também entrevistar membros da cultura ou do contexto que está sendo estudado para aprofundar seu entendimento sobre as pessoas que dela fazem parte, e para levantar dados de histórias de vida dos membros do grupo. Assim, os métodos etnográficos realistas são frequentemente empreendidos como estudos baseados na triangulação. Entrevistas etnográficas fornecem um contexto para produção de dados que se referem às falas dos sujeitos captadas por meio de perguntas específicas, mas abertas, feitas a “infomantes-chave” que foram identificados durante o processo de pesquisa. Há uma grande variedade de estilos de entrevista, e cada etnógrafo emprega sua própria abordagem ao processo investigativo. Independentemente disso, a ênfase está em permitir que o sujeito (ou os sujeitos) ao ser entrevistado possa responder sem um limite pré-definido - algo que claramente diferencia a abordagem qualitativa de outras mais quantitativas ou demográficas. Na maioria dos casos, uma entrevista etnográfica não parece muito diferente de uma conversa cotidiana e, de fato, no decorrer de uma observação-participante de longo prazo, a maioria das conversas etnográficas é, na verdade, puramente espontânea e sem qualquer intenção específica. Além disso, dependendo do contexto específico do campo, pesquisadores prospectam outras fontes de dados. Esses dados podem ser artefatos que representam características do tópico de interesse, relatórios governamentais e artigos de revistas e jornais. Fontes acadêmicas secundárias também podem ser utilizadas para localizar o estudo em questão dentro da literatura já existente sobre o tema.

Modelos (alternativos) e estratégias para o desenvolvimento de projetos de pesquisa etnográfica

Além do método etnográfico realista descrito anteriormente, existe à disposição do pesquisador várias formas de se realizar uma pesquisa etnográfica. Durante os três primeiros quartos do século XXI, a maior parte das investigações etnográficas apresentavam uma orientação realista. Após o crescente ceticismo quanto à habilidade de um etnógrafo de representar aspectos objetivos da vida social/cultural através de relatos textuais de outrem (DENZIN, 2003; GUBRIUM; HOLSTEIN, 1997), uma diversidade de modos de fazer etnografia emergiram privilegiando modelos explicativos polissêmicos, segmentados e construções sociais radicalmente contextuais sobre as realidades culturais. Os mais recentes desenhos etnográficos (e agora mais populares do que a realista) incluem: *standpoint*, *queer*, pós-estruturalista e pós-moderno, feminista, institucional, autoetnográfico, mídia, audiência, baseado em ambiente virtual, sensorial, móvel, visual, relâmpago, *guerrilla* entre outros. (ATKINSON, 2011) Está além do escopo deste texto enumerar diferenças entre todos os modelos etnográficos, mas alguns merecem ser destacados.

Várias perguntas de pesquisa são adequadas a esta família de abordagens etnográficas. Na maioria dos casos, no entanto, perguntas de pesquisa focadas em como a filiação a certos grupos sociais ou culturas moldam individual e coletivamente as práticas esportivas e as demais práticas corporais são bem adequadas aos modelos etnográficos de investigação. Por exemplo, minha primeira investigação etnográfica teve foco na cultura de revenda de ingressos (cambistas) em Toronto, Canadá. (ATKINSON, 2000) Queria descobrir como essa cultura é (re) produzida,

como novos membros são trazidos, como ingressos são adquiridos e o que essa cultura da clandestinidade significa quando consideramos de forma mais ampla o complexo entretenimento esportivo no Canadá. Este é um exemplo clássico de *etnografia (sub)cultural*. O propósito dessas etnografias é descobrir o funcionamento interno de um pequeno grupo (uma “tribo” urbana) e, então, explicar como/porque esta cultura opera desse modo, e nesse processo poder estruturar um empreendimento teórico. Etnografias que envolvem o estudo de dois ou mais grupos sociais por um longo tempo são geralmente chamadas de *etnologias*, enquanto que estudos baseados em relatos históricos que apontam o processo de constituição de uma dada cultura são chamados de *etnohistórias*. Embora não seja pré-requisito para uma etnografia cultural em pequena-escala, pesquisadores ocasionalmente podem tentar conectar o que é aprendido em um determinado contexto cultural com tendências e processos mais abrangentes em uma sociedade. (WOLCOTT, 1999) No meu estudo sobre a revenda de ingressos, argumentei que a cultura daquele pequeno grupo era parcialmente produzida pelas tendências capitalistas de mercado que aparecem de modo disseminado no mundo dos esportes e em outros lugares.

A *etnografia institucional* é uma abordagem cada vez mais popular para investigações empíricas, está associada à estudiosa feminista Dorothy Smith (1987). A abordagem enfatiza conexões entre locais e situações da vida cotidiana, prática profissional e elaboração de políticas. Smith (1987), inicialmente, desenvolveu a abordagem a partir de uma perspectiva feminista, propondo ser este um método capaz de produzir uma sociologia para as mulheres; ela descreve essa etnografia, ainda, como uma abordagem com aplicação muito mais vasta. Em essência, uma etnografia institucional (por vezes chamada de etnografia *standpoint*) busca entender como a vida cotidiana das pessoas é estruturada

por forças sociais que trabalham através e dentro de instituições como família, mídia, escolas e outras. Aqueles que seguem a linha de Dorothy Smith no desenvolvimento de métodos etnográficos institucionais assumiram uma variedade de temas essenciais, incluindo organizações de assistência médica, educação, práticas do serviço social, regulação da sexualidade, práticas policiais e processos judiciais envolvendo violência contra a mulher, emprego e treinamento profissional, reestruturação econômica e social, regimes de desenvolvimento internacional, políticas ambientais e de planejamento, organização da vida em comunidade e no lar e vários outros tipos de ativismo. Até agora, e de forma bastante surpreendente, poucos pesquisadores do esporte e da cultura corporal exploraram o potencial da etnografia institucional (embora muitos tenham utilizado uma versão da etnografia institucional, mais vagamente descrita como *etnografia feminista*).

Mais recentemente, métodos de *autoetnografia* cresceram em popularidade dentro do estudo do esporte, atividade física e saúde. A autoetnografia é um método no qual o investigador desenvolve uma pergunta de pesquisa referente a um processo social, experiência ou realidade em particular na qual ele vive, e então cria uma descrição e análise etnográfica do próprio comportamento, na tentativa de desenvolver um entendimento objetivo destes comportamentos e do contexto de trabalho levando em consideração a simultaneidade das posições de investigador, colaborador (pertencente à cultura) e de analista (fora da cultura). Apenas para citar um exemplo, uma grande quantidade de autoetnografias sobre corrida foi publicada em um passado recente. (HOCKEY, 2006) Essas etnografias, quase sempre escritas em forma de história ou narrativas estéticas livres em vez de artigos acadêmicos, afirmam que por nos conhecermos e explorarmos como os acontecimentos em nossa própria vida ganham significado

(por exemplo, como um corredor), aprendemos muito sobre os processos através dos quais a vida social se desenrola. As autoetnografias podem ser profundamente pessoais, emocionais e artísticas em sua forma escrita, pois uma parte da lógica desse método é “se abrir” e personalizar a pesquisa publicada para ajudar os leitores a se conectarem com os argumentos acadêmicos, teorias e ideias.

A *etnografia da audiência* empenha-se em entender como as pessoas ativamente recebem, decodificam e utilizam textos midiáticos. A etnografia da audiência pode ser projetada como um estudo de caso individual, ou ser estruturada na forma de um estudo de fôlego sobre como um grupo interpreta a mídia ao longo do tempo. Em um cenário típico, participantes de um projeto etnográfico de audiência são convidados a assistir, ler ou ouvir a mídia selecionada e responder ao seu conteúdo de forma coletiva ou individualmente. Um pesquisador atua como um facilitador nesses cenários, incitando perguntas entre entrevistados sobre o que as mensagens ou símbolos na mídia em questão podem significar para eles, e sobre como estão ativamente decodificando-os a partir de uma variedade de pontos de vista (idade, raça, sexualidade, gênero, classe). A lógica subjacente de se fazer a etnografia da audiência é que através da observação e questionamento sobre como as pessoas dão sentido a dados de mídia “ao vivo” e *in situ* os pesquisadores compilam um entendimento mais preciso sobre o processo de recepção instantânea e o processamento cognitivo de conteúdo de mídia. Wilson e Sparks (1996), por exemplo, ilustram como adolescentes afro-canadenses do sexo masculino moldam sua masculinidade negra, e constroem suas experiências com, o conceito de *Blackness* propagado pelos veículos de comunicação de massa em anúncios de tênis de basquete. Wilson e Sparks (1996) discutem como garotos negros conseguem identificar humor, elementos da realidade e

racismo velado nas representações de masculinidade negra em propagandas. Estes autores também demonstram o quanto esses jovens são seletivos no processo de absorção do que culturalmente lhes faz sentido em anúncios publicitários; rejeitando ou resistindo a certas imagens e modos de ser *Blackness* supostamente preferidos para a disseminação sob a forma de comerciais.

Uma forma relativamente nova de investigação etnográfica, a *etnografia sensorial*, é descrita pela socióloga Sarah Pink (2009) como uma forma de pensar e fazer etnografia que toma, como seu ponto de partida, a essência de multissensorialidade (audição, visão, olfato, paladar e tato) da experiência, percepção, conhecimento e prática humana. Pink descreve a etnografia sensorial como uma ramificação de uma forma tradicional de etnografia, que trata mais profundamente de como as experiências com multissensorialidade na vida social são integrais tanto para a vida de pessoas que participam da nossa pesquisa, quanto para etnógrafos que usam métodos de campo. Diversos etnógrafos começaram a comentar sobre a multissensorialidade do processo etnográfico, incluindo estudiosos que tratam das práticas corporais como Larry de Garis (1999), cujo trabalho focou no entendimento de aspectos sensoriais de da luta livre profissional (wrestling).

A *etnografia da performance* (ou “*etnografia performativa*”) é um método emergente de investigação qualitativa e de representação baseado nas artes, que dá a oportunidade ao pesquisador de estabelecer uma ponte entre atividade acadêmica e o que se ensina/aprende no interior de determinadas comunidades. Após passar um tempo em campo com um determinado grupo de pessoas (normalmente marginalizadas), o etnógrafo, geralmente em conjunto com os informantes-chave deste coletivo, escreve e produz uma peça dramática, vinheta ou curta-metragem representando a cultura daquele grupo. Através

do uso do teatro ou do vídeo/tela de cinema como um lugar de representação da pesquisa, a etnografia performativa transforma este dispositivo de entretenimento em um local de pesquisa que privilegia a ativa participação dos envolvidos, indo além da *performance* em si. (ALEXANDER, 2005; FINLEY, 2005; KEMMIS; MCTAGGART, 2005) Como um fórum de troca cultural, o poder da etnografia performativa reside em seu potencial de iluminação e envolvimento dos pesquisadores, participantes e audiência.

Finalmente, com o surgimento de novas mídias online, a prática de *netnografia* está ganhando popularidade como uma técnica de análise. A *netnografia*, ou *etnografia online*, é, literalmente, uma etnografia em sites da internet, onde um pesquisador não apenas observa o conteúdo desses websites, mas frequentemente contribui como um membro registrado e reconhecido. Wilson e Atkinson (2005), por exemplo, estudaram o recrutamento online e mecanismos de conexão social disponibilizados por blogs, salas de bate-papo e fóruns *Rave* e *Straightedge*. Em ambos os contextos culturais, jovens que integram essas respectivas culturas corporais usam a internet como uma comunidade performativa e uma forma de cultivar laços entre os membros. Ambos os pesquisadores participaram e conversaram com membros online não apenas como forma de conduzir entrevistas indiretas (informais), mas, principalmente para entender, em primeira mão, como novos espaços de mídia são produzidos por grupos em tempo real, como um veículo para o desenvolvimento da percepção de identificação e compromisso mútuo. Qualquer que seja a forma de etnografia adotada, o cerne epistemológico da abordagem segue relativamente constante. Etnografia significa a busca de conhecimento sociocultural sobre o mundo a partir de lugares, espaços, contextos, processos e campos nos quais ele é produzido diariamente. Etnógrafos (geralmente) acreditam que as

teorizações são mais bem realizadas por meio de um engajamento permanente com os atores “lá de fora” em um contexto ou em outro do que em estudos de caso nos quais as concepções teóricas sobre sentidos, significados e experiências da vida cultural são definidas *a priori* e antes de entrar em contato com as pessoas.

“*Om boy*”: uma etnografia realista do ashtanga

Uma etnografia realista não é um projeto acadêmico do qual se participa de forma despreocupada, nem um hobby que se realiza no tempo livre. Etnografias realistas de grande escala envolvem e conectam completamente a vida pessoal e profissional do pesquisador. Essa é a lógica crítica e essencial do método. Etnógrafos tendem a acreditar na geração de teorias através de uma educação experiencial; isto é, ver, realizar e sentir em primeira mão é o melhor caminho para acreditar, conhecer e teorizar sociologicamente. Embora seja um argumento por vezes contestado, um etnógrafo realista apenas consegue “verdadeiramente” conhecer uma cultura depois de se perceber como um membro praticante dela. Formas etnográficas de aquisição de conhecimento são aceleradas quando o pesquisador conquista papéis, *status* e identidades dentro da cultura, quando se vê como um membro dessa cultura e partilha do compromisso da reprodução dela. Etnografias demandam tempo, paciência, energia e disposição para imergir física, social, cognitiva e emocionalmente na cultura de outros. Quando se escolhe estudar etnograficamente o mundo dos esportes e da cultura corporal, todo o seu modo de vida muda completamente. Simplesmente por essa razão, etnógrafos iniciantes precisam analisar reflexivamente seu próprio entusiasmo quanto à interação

social com desconhecidos, sua habilidade em lidar com os relacionamentos interpessoais, seu desejo de passar grandes períodos de tempo longe de amigos e familiares e sua capacidade de sacrificar quase todo o seu tempo livre.

Ser um *Ashtangi* é uma tarefa árdua por diversas razões. Primeiramente, há dois “caminhos” essenciais (*sadhanas*) a serem seguidos na cultura Ashtanga tradicional: o devoto completo que abandona todo o resto para buscar a prática, e o “*householder*” - pessoas comuns ao John ou Sally, que possuem uma casa, família, carreira, amigos fora da *Yoga*, mas que, mesmo assim, desejam praticar Ashtanga. E sim, Ashtanga *Yoga* é uma *prática total* de/para a vida. Eu, um dia, já acreditei que Ashtanga se referia apenas a um conjunto de exercícios tradicionais executados em pequenos espaços de tempo de 60 a 90 minutos por dia. Nos textos clássicos sobre a teoria e prática da *Yoga (Yoga Sutras)*, Pantajali escreve que os dois princípios fundamentais para a prática de *Yoga* são *abhyasa* (devoção, ou foco exclusivo na prática) e *vairagya* (desapego). *Abhyasa* significa ter uma atitude de esforço persistente (uma prática física, mental e emocional) para obter e manter um estado de tranquilidade e estabilidade (equanimidade). Para se tornar bem estabelecida, essa prática precisa ser realizada por um longo tempo, sem pausas - isso significa, primeiramente, praticar *asana* (posições) seis dias por semana, todas as semanas, sem exceções. *Vairagya* é o companheiro essencial do desapego; por meio do qual se aprende a livrar-se dos vários apegos, aversões, medos e falsas identidades que os *Ashtangis* acreditam levar ao turvamento do verdadeiro, e eterno, “eu interior”.

O termo Ashtanga, em si mesmo, é composto pelas palavras sânscritas “ashata”, que significa “oito”, e “anga”, que significa “passos”. A prática de Ashtanga é um caminho composto por oito passos para praticar *abhyasa*, o que

leva a *vairagya*. Após aprender sobre estes princípios fundamentais bem cedo em minha etnografia (que tomou forma em torno da pergunta “Como é ser um membro de uma cultura de iogue de Ashtanga?”), me dei conta de que se eu quisesse verdadeiramente entender seu significado e sua importância para os praticantes não poderia entrar “de leve” nesta prática corporal. Os passos no caminho estão relacionados aos princípios para se atingir a iluminação como descrita nos *Yoga Sutras*. Cada passo é essencial para a prática de Ashtanga, e existe uma ordem lógica sobre como eles devem ser encarados. Respectivamente, os oito passos são: Yama (cinco restrições morais - não violência, honestidade, controle dos sentidos, não roubar, e não cobiçar); Niyama (cinco observâncias - pureza, contentamento, austeridade, estudo das escrituras, e entrega à vontade de Deus); Asana (posições); Pranayama (controle da respiração); Pratyahara (distanciamento dos sentidos); Dharana (concentração); Dhyana (meditação); e Samadhi (um estado superconsciente).

Eu sempre acreditei que etnografias centradas em uma prática corporal “principal”, como *Yoga*, são mais fáceis de iniciar do que aquelas que envolvem um grupo heterogêneo de pessoas realizando práticas também heterogêneas. Na verdade, as etnografias neste campo específico quase sempre se solidificam em torno de uma prática central de esporte, de lazer ou de atividade física. No que diz respeito à prática diária de *asana* (meu ponto de entrada ou acesso à cultura), dá para afirmar que o Ashtanga é uma prática corporal diferente de tantos outros sistemas ou estilos de *Yoga* que hoje são populares no ocidente. A ordem de *asanas* durante uma prática diária é completamente pré-definida. Isso provou ser, de certa forma, reconfortante durante meus primeiros dias em campo na “Ashtanga House” em Toronto. No início, a maioria do trabalho etnográfico é bastante difícil. Lidar com a timidez em frente

a outros, sentir-se desconfortável em novos cenários, encontrar um lugar para conhecer as pessoas na cultura, e encontrar um papel para legitimar sua presença no local são algumas das tarefas a serem realizadas. Devido ao fato de que há poucos shalas de Ashtanga tradicionais em Toronto, e porque o espaço é definido por um conjunto de padrões de interação que incluem novos participantes através de um curso regular de práticas culturais, me senti à vontade no cenário desde o início. Meus primeiros seis meses no shala seguiram a mesma rotina. Acredito que encontrar uma rotina e se acomodar em uma “onda” interativa em campo deixa o etnógrafo à vontade rapidamente. Por várias semanas, simplesmente mantive meus olhos e ouvidos abertos, e minha boca fechada. Observei bastante, conheci algumas pessoas nos vestiários, comecei a conversar com o diretor do estúdio e instrutor principal na Ashtanga House, (“Darren”), e aprendi as posições. Esse foi meu trabalho etnográfico pelos primeiros seis meses de estudo; estar lá regularmente, aprendendo as sequências de asana, assistindo a tudo, e escrevendo o máximo de notas de campo possíveis sentado no meu carro depois de cada prática.

Ashtanga é tradicionalmente ensinada no “estilo Mysore” (prática individual supervisionada, e assim nomeada em homenagem à cidade da Índia onde o Ashtanga surgiu) na Ashtanga House. O estilo Mysore requer alunos evoluindo na prática de acordo com seu próprio ritmo e nível. A Ashtanga House, em Toronto, abre diariamente às 5:45 da manhã, e a prática de Mysore acontece até 13:30, com exceção de sábado (dia estabelecido como de folga durante a semana). O estilo Mysore é o método tradicional para se aprender a prática, no qual um indivíduo “recebe” progressivamente, de um instrutor, as posições de uma série de Ashtanga, na medida em que ele se torna pronto para recebê-las. É possível entrar na sala principal

de prática de Mysore em um shala como o da Ashtanga House, em Toronto, a qualquer momento durante a sessão da manhã, e começar as asanas em andamento. Meu professor, Darren, supervisiona as práticas todas as manhãs (depois de fazer sua própria prática de asana em casa às 3:30 da manhã) juntamente com dois ou quatro dos seus assistentes que auxiliam alunos com alinhamento físico em posições particularmente problemáticas. A sala de Mysore é extremamente quente, úmida, fracamente iluminada, encharcada de suor, cheia de corpos, e tem um silêncio mortal. Os únicos sons audíveis vêm dos pés tocando nas esteiras e a respiração pesada e profunda dos praticantes. Um indivíduo com uma prática estabelecida de Ashtanga pode levar entre uma a duas horas para completar a prática no estilo Mysore pela manhã, dependendo do seu nível e experiência.

A prática Ashtanga de asana compreende quatro partes principais: uma sequência de abertura, uma das seis “séries” principais de posições, uma sequência de flexão de costas, e um conjunto de asanas invertidas referentes como “sequência final”. A sequência de abertura começa com dez “Saudações ao Sol” e então várias asanas em pé. Em seguida, o praticante fará uma das seis séries principais - série Primária (“*Yoga Chikitsa*”), série Intermediária (“*Nadi Shodhana*”) ou Avançada A, B, C, ou D (“*Sthira Bhaga*”). Recém-chegados ao Ashtanga praticam a série primária sob o olhar atento do instrutor principal do shala, Darren. Praticantes avançam para séries mais difíceis em um período de anos ou até décadas.

A simples necessidade de uma prática diária constantemente me lembra do quão “estar lá” é necessário como parte do método etnográfico realista. A prática diária ou regular é fortemente encorajada na cultura Ashtanga como uma forma de dar os primeiros passos na busca de abhyasa. Eu sabia, desde o início dessa etnografia, que todo o

meu estilo de vida precisaria de uma reorganização para que eu pudesse buscar esse tema em particular. Por quê? Para que me fosse possível praticá-la de modo efetivo, precisaria lidar com os seguintes fatores: a necessidade de encaixar a prática diária em um cronograma repleto de compromissos de trabalho, responsabilidades familiares (levar e buscar meus filhos na escola, passar tempo com a família, etc.), deveres para com os amigos, já estabelecidos hábitos alimentares e de sono, e outras práticas físicas como corrida e ciclismo. Eu, intuitivamente, sabia as respostas para cada um desses dilemas. Eu deveria praticar asanas às 6:00 antes do trabalho, ir dormir às 20:30 na maioria das noites, nunca comer depois das 18:00 (Ashtangis acreditam ser possível realizar as práticas de estômago vazio), convencer minha esposa de apoiar minha prática e assumir meus deveres matinais de cuidados com os filhos, abrir mão de outros projetos de pesquisa e responsabilidades relacionadas à universidade, me afastar do meu círculo de amigos fora da cultura por algum tempo e negligenciar minhas práticas de corrida e ciclismo. Ashtanga, assim como qualquer outra prática corporal, pode ser uma amante exigente e ciumenta. Um etnógrafo realista aprende rapidamente que interesses conflitantes não se dão bem no progresso de sua pesquisa.

Ao final de 2010, eu já estava completamente imerso em um estilo de vida Ashtangi. Eu aprendi a detestar o som do meu despertador, sentia-me constantemente “de ressaca” por semanas devido aos rigores da prática, senti meu corpo mudar consideravelmente, fiz amizades com um grupo de pessoas bem posicionadas no shala, e fazia tudo o que podia para participar de diferentes aspectos da cultura que emanava do estúdio, como workshops, um curso de imersão de 100 horas, e eventos sociais organizados pelo shala. Após contar histórias aos meus dois filhos na hora de dormir, eu passava a maioria das noites lendo textos sobre *Yoga* e sutras. Em meu escritório havia um fichário

completamente ocupado por quase meia-dúzia dos meus diários de campo e duzentos artigos de revista. Todos no shala passaram a me conhecer por “Mike, o cara da universidade estudando *Yoga*”. Minha forma de vida mudou drasticamente, e eu achava cada vez mais difícil separar o resto da minha vida do estudo. A partir deste momento, tive a convicção de que eu estava completamente absorvido pela cultura Ashtanga, de que esta prática corporal havia se tornado real em minha vida, estruturando minhas atividades, pensamentos e relacionamentos diários. Este nível de envolvimento é o pilar metodológico da noção de real em etnografia realista.

Fazendo ao “pé da letra”

A pesquisa etnográfica que conduzi sobre Ashtanga é minha primeira tentativa séria de realizar uma etnografia realista ao “pé da letra”. Embora tenha completado meia-dúzia de projetos etnográficos nos últimos quinze anos, esse é o primeiro projeto etnográfico que conduzi de acordo com as diretrizes processuais fundamentais para uma etnografia realista.

Primeiramente, a etnografia realista é o processo de conhecer uma cultura praticando-a e tornando-se parte dela através de observação em total imersão. Já no início da minha formação como sociólogo, desenvolvi uma fascinação particular pela experimentação de técnicas de apreensão de significados culturais dinâmicas e que se moldam ao campo. Ao invés de estudar a interação social através de uma posição distanciada ou objetiva, acredito firmemente que só se aprende algo sobre um objeto de estudo através da imersão social. Isso não é possível, claro, em todos os contextos de investigação sociológica, mas no

caso do Ashtanga, eu vivi intensamente a prática por quase três anos. Etnografias realistas são baseadas na habilidade de estar situado no contexto durante longos períodos de tempo. Para mim, não há compromisso etnográfico maior do que se permitir conhecer como os outros moldam e experimentam a sua própria cultura, colocando-se nela incisivamente (física, emocional e cognitivamente, a ponto de se identificar e assumir um papel neste contexto).

Segundo, é no intenso processo de imersão que os achados sociológicos são produzidos. Paul Willis (1998) escreve que o maior benefício da participação etnográfica e observação social contínua é que nós somos rotineiramente surpreendidos pelo que as pessoas estão fazendo, dizendo e sentindo em suas vidas. Podemos começar, por exemplo, a desafiar as nossas próprias afirmações sociológicas (ou as do sendo comum) sobre o mundo ao assumir os papéis dos outros. Meu programa de pesquisa em Ashtanga se consolidou como um empreendimento teórico, aberto e de longo-prazo que objetivava investigar as afirmações de senso-comum sobre as práticas corporais alternativas e dominantes. Como está detalhado mais abaixo, precisei deixar de lado, dentro do possível, minha tendência em “conduzir” uma investigação etnográfica (ou pressupor achados) dentro de uma “zona de conforto” conceitual definida de antemão por preferência ou por algum vanguardismo teórico.

Terceiro, a etnografia realista é um processo de produção do conhecimento baseado em narrativas que demanda viver em meio a, e trabalhar junto com, um grupo de pessoas. Passei um longo tempo em campo ouvindo as histórias que as pessoas me contavam sobre suas experiências com Ashtanga. Correlacionei tudo o que me diziam com a minha própria experiência nesta prática corporal, e as entrelacei com objetivo de produzir análises preliminares a respeito do fenômeno. Apesar das

controvérsias, é possível dizer que a etnografia realista sempre foi focada na coprodução (pesquisador/sujeitos) de relatos (ou histórias) sobre a vida em grupo. Nesta perspectiva, pesquisadores aprendem, discutem, trabalham e compartilham histórias que emanam do campo para que, ao final do percurso investigativo, tenham condições de produzir um texto sociológico sobre uma prática corporal como a Ashtanga.

Quarto, ao agrupar e interligar nossas histórias, condensando-as em uma (meta)narrativa principal, as verdades sobre o mundo que daí emanam devem ser processadas e transformadas em um conjunto de categorias conceituais. Estratégias de indução analítica, portanto, são especialmente benéficas na etnografia realista. É justamente neste ponto, ao menos para mim, que um dos mais controversos e incompreendidos aspectos da etnografia realista aparece dentro do quadro metodológico traçado. O trabalho tradicional e indutivo empregado na etnografia realista é geralmente reconhecido como um dos caminhos para se chegar à Teoria fundamentada nos dados (*Grounded theory*). Para mim, essa é uma marca acadêmica do trabalho etnográfico realista. A teoria fundamentada nos dados pode ser descrita como uma técnica indutiva de pesquisa na qual a teoria sobre a natureza da vida social/cultural eventualmente “descoberta” é desenvolvida a partir dos dados, e não o contrário. A produção de dados, a análise e a formulação da teoria estão conectadas de forma recíproca, e a abordagem da “teoria fundamentada nos dados” incorpora procedimentos explícitos para guiar esse processo. (vide CHARMAZ, 2003; GLASER, 2001; STRAUSS; CORBIN, 1998) Fazer teoria fundamentada nos dados é, primeiramente, um processo de produção de dados, interpretação dos achados, desenvolvimento de categorias conceituais e eventualmente de desenvolvimento de uma hipótese formal sobre a natureza da realidade social em

um grupo particular (ou potencialmente entre grupos) estudado.

Uma abordagem de teoria fundamentada nos dados combinada com etnografia realista tem o potencial de inspirar, desafiar e orientar a emergência de novos *insights* sobre a natureza da(s) realidade(s) social(is). Por exemplo, me vali de um estudo teoricamente fundamentado nos dados sobre Ashtanga não apenas para me tornar um especialista na prática corporal em si (o que invariavelmente acontece), mas sim para que o estudo sistemático da cultura Ashtanga pudesse me ensinar sobre processos sociais genéricos, condições, características e aspectos da experiência humana em grupo. Alguns argumentam que essa abordagem beira uma metafísica sociológica, e que pesquisadores etnográficos deveriam abster-se de buscar qualquer noção de uma teoria universal quando se trata de estudar a experiência vivida.

Há muito debate sobre qual a aplicação mais apropriada do método, eu particularmente não encontrei nenhuma forma de análise de dados etnográficos mais adequada do que essa para a geração de teorias explicativas sobre o mundo social. Mas os pesquisadores acadêmicos são, de um modo geral, engraçadas e previsíveis criaturas do hábito. Eu passei a maior parte dos últimos vinte anos desenvolvendo minhas próprias predileções teóricas para a leitura da realidade social - em torno de questões sobre ação humana, poder, sofrimento, exploração, estruturação e assim por diante. Minhas inclinações teóricas anteriores para conceitos advindos da sociologia figuracional, das perspectivas marxistas de estudos culturais ou das doutrinas centrais do interacionismo simbólico, tiveram de ser evitadas para que eu pudesse iniciar esta pesquisa. Não é tecnicamente recomendável que conceitos oriundos dessas tradições teóricas apareçam em um estudo “fundamentado” sobre Ashtanga.

Precisei evitar cair na armadilha de misturar o empreendimento teórico fundamentado nos dados com a indução teórica guiada, ou o que chamei de “elaboração conceitual qualitativa” em outra publicação. (ATKINSON, 2011) Ao realizar uma elaboração conceitual (a qual erroneamente é referida como desenvolvimento teórico fundamentado), um pesquisador inicia com um conjunto de ideias conceituais pré-configuradas em mente (ou com as explicações teóricas sobre o mundo de sua preferência), e então as aplica a dados qualitativos emergentes como um meio de “ler”, separar e classificar hermeneuticamente as práticas culturais que estão sendo investigadas. Esta é uma pesquisa produzida, direcionada, representada e recebida por meio de uma lente de conceitos pré-existentes. Os conceitos podem ser expandidos, contraídos, estreitados ou parcialmente redefinidos através de investigação etnográfica, mas raramente ideias teóricas novas, conceitos ou metateorias são produzidas dentro desta concepção.

Uma teoria fundamentada nos dados embasada em uma investigação etnográfica realista é um método geral de pesquisa que guia pesquisadores nas questões relativas à produção de dados de campo (que lhes permite o uso de diferentes tipos de estratégias de captação, por exemplo, vídeos, imagens, textos, observações, oralidade etc.) e procedimentos rigorosamente detalhados para análise de dados. Em uma definição mais “acadêmica”, a teoria fundamentada nos dados é uma ferramenta de pesquisa que permite a captação e a categorização conceitual de padrões culturais e experiências humanas latentes em cenários estudados através de processos de constante comparação (a interpretação “constante” de dados surgidos em um estudo com todos os outros dados previamente coletados). Como se desenrola o método na prática? Em minha pesquisa etnográfica em Ashtanga, eu adotei os seguintes passos para buscar uma leitura teórica

fundamentada da cultura:

1. Identificação de um terreno investigativo com potencial de sistematização ou de grupos culturais distintos a serem estudados. Em minha pesquisa, escolhi estudar um grupo relativamente pequeno de pessoas (aproximadamente 120) que frequentavam regularmente um shala de Ashtanga bastante tradicional ao norte da cidade de Toronto.
2. Produção de dados referentes ao terreno investigativo escolhido. Etnografias realistas começam, e continuam por anos, como investigações abertas com apenas algumas perguntas vagamente definidas. A produção de dados é, portanto, expansiva, oportunista, abrangente e contínua. Em minha pesquisa, o levantamento de dados incluiu:
 - Ir à prática diária no shala, frequentando workshops, retiros e participando de conferências sobre Ashtanga no Canadá.
 - Ler aproximadamente duas dúzias de livros publicados sobre Ashtanga *Yoga*, centenas de artigos de revista, assistir vídeos online e ler blogs, participar de redes sociais dedicadas à prática.
 - Dialogar com indivíduos (informalmente ou por entrevistas), ou com um grupo de pessoas, sobre Ashtanga. No meu caso, esse procedimento envolveu centenas de horas de socialização com Ashtangis e a condução de trinta e sete entrevistas com instrutores e praticantes.
3. Realizar uma “codificação aberta” dos dados enquanto os levantava em pequenas levas. A codificação aberta e o levantamento de dados em etnografia realista são atividades integradas ao longo do estudo; assim, o estágio de coleta de dados e o estágio de codificação

aberta ocorrem simultaneamente e continuam até que uma ideia teórica central seja reconhecida e selecionada como foco da pesquisa. Essa codificação acontece durante, e simultaneamente, em todos os aspectos do levantamento de dados sobre Ashtanga; desde a prática individual Mysore até entrevistas, leituras, análises de websites, observações *in situ*, etc. A decodificação aberta é o primeiro passo para reduzir o “volume” de dados em um estudo como o que eu conduzi, e identificar “coisas” sociológicas acontecendo na cultura. Nenhum livro didático consegue, sinceramente, ensinar alguém a realizar uma decodificação aberta. Um código aberto é, na verdade, uma ideia que você acredita ter capturado conceitualmente a partir de algo que você viu, ouviu ou experienciou. Aqui você não está apenas aplicando um já desgastado conceito sociológico (como anomia, ou normas, ou alienação) a algo que você observou, mas sim criando códigos/rótulos potencialmente novos que emergem do seu estudo de campo. Um código aberto é simplesmente algo que você anota em um diário de campo, ou nas margens de uma transcrição de entrevista, como uma forma de classificar sociologicamente o que você está observando. Tornar-se habilidoso em código aberto é muito mais uma questão de arte do que de ciência; demanda destreza no uso da razão, da lógica, da intuição, da empatia, da intersubjetividade, do afeto e da sabedoria para “ver” elementos sociológicos naquela cultura na qual você está inserido durante a pesquisa. Acredito que talvez seja por isso que tantos pesquisadores de campo nos dias de hoje preferem se valer de conceitos já elaborados como método de análise etnográfica em vez de prospectá-los através de uma abordagem apropriada da teoria fundamentada nos dados.

4. Depois de certo tempo, um etnógrafo realista consegue realizar uma codificação seletiva e gerar uma amostragem teórica em estudos como este que eu desenvolvi. É bastante provável que um ou dois dos principais códigos abertos venham a se tornar o foco da sua investigação. No meu estudo de Ashtanga, codifiquei de forma aberta uma variedade de observações de campo, citações de entrevistas, experiências pessoais e excertos de blogs e leituras com o termo austeridade. Esse código, juntamente com vários outros elementos, se transformou no que é normalmente chamado de “categoria central [conceitual]”. Quando comecei a ver a recorrência do tema da austeridade em meus dados, percebi que havia encontrado o que alguns chamam de “preocupação sociológica primordial” - ou, em outras palavras, surgiu a questão central de pesquisa do estudo. A partir desta constatação, a codificação aberta até então produzida no levantamento dos meus dados foi encerrada, e a “codificação seletiva” - codificação voltada apenas para a determinação das categorias teóricas centrais - começou. Basicamente, o que acontece é que você começa a mergulhar mais fundo nas dimensões, degraus ou subcategorias dos “conceitos” emergentes. Por exemplo, eu subcodifiquei formas de austeridade em: austeridade do eu mental, do corpo, de uma variedade de práticas culturais, identidades sociais particulares, formas de vida estruturalmente condicionadas, dentre outras. A partir daí, foquei minhas observações de campo, entrevistas e leituras em atividades ligadas à austeridade em Ashtanga. Entrevistei pessoas com conhecimento específico sobre as diferentes dimensões de atividades de austeridade e comecei a pensar sobre o que, nesse momento em particular da nossa história canadense, pode estar levando pessoas a procurarem Ashtanga *Yoga* como um meio/veículo para a austeridade.

5. Quando senti que estava aprendendo relativamente pouca coisa “nova” sobre austeridade através de minha etnografia (referida como o estágio de saturação de dados), considerei apropriado procurar e tentar integrar a literatura(s) sociológica(s) sobre austeridade à pesquisa em curso sobre Ashtanga.

Como já salientei acima, a teoria fundamentada nos dados é mais uma arte interpretativa do que uma ciência. Não sei da existência de nenhum molde, manual, conjunto de procedimentos táticos ou passos infalíveis para conduzir uma teoria fundamentada nos dados em uma etnografia realista. Existem recomendações, cânones e princípios, mas não se pode simplesmente ensinar como codificar, interpretar e gerar novos conceitos, ou uma nova teoria, com o grau de criatividade necessário para ser bem-sucedido na prática. São muitos os cursos universitários, seminários e workshops que introduzem os pesquisadores nos princípios da teoria fundamentada nos dados, mas a aptidão analítica não pode ser apreendida na sala de aula. Talvez seja por isso que eu tenha evitado fazer um trabalho puro de teoria fundamentada nos dados até recentemente. Iniciantes nesta abordagem, frequentemente, consideram todo o procedimento técnico para o levantamento e a análise de dados enfadonho e inacessível. Defensores do método de teoria fundamentada nos dados também têm a curiosa tendência de raramente se aventurarem para além do estágio de desenvolvimento das categorias conceituais da pesquisa. Isso quer dizer que pesquisadores qualitativos tendem a evitar desenvolver hipóteses formais a partir de projetos de pesquisa “fundamentados nos dados”. Teóricos adeptos dessa metodologia são relutantes em dar ao método sua continuidade lógica (e recomendada) de conclusão, o que talvez seja uma ramificação de uma tendência comum de rejeitar ou desconfiar de pesquisas

positivistas no geral. Sem o avanço de princípios teóricos gerais testáveis a partir de uma pesquisa fundamentada nos dados, a pesquisa qualitativa corre o risco inevitável de ser classificada de esotérica, não generalizável e não confiável.

Para além das técnicas de apreensão: “negociação real”

Na seção anterior, discuti muitos dos aspectos técnicos empregados para conduzir, ao “pé da letra”, uma etnografia realista baseada nos dados. Quando ministrei cursos de graduação e pós-graduação em metodologia, eu revisei essas técnicas minuciosamente para evidenciar aos alunos todo o rigor necessário para realizar uma pesquisa etnográfica realista que busca fundamentar teorias culturais nos dados que emergem do bagunçado, complicado, surpreendente e às vezes enlouquecedor cotidiano das pessoas. Mas alunos curiosos sempre perguntam mais sobre o método; demandam-me e desafiam-me a ilustrar as maiores dificuldades e frustrações de se fazer etnografia. Fico feliz em responder a essas perguntas, pois é por meio delas que os valores essenciais da etnografia realista como uma forma de interação social e um projeto de vida para o pesquisador vêm à tona. Etnografias, em qualquer ramificação, prosperam ou fracassam de acordo com a habilidade do pesquisador de obter acesso (e disposição de acessar) o contexto ou cultura de seu interesse. Considere o exemplo a seguir: quando eu decidi conduzir um projeto etnográfico de campo sobre Ashtanga *Yoga*, eu soube que havia vários estúdios em Toronto oferecendo aulas no estilo de Ashtanga. No entanto, conhecer alguns deles, as pessoas que praticam e participar de algumas aulas nesses locais, não é o mesmo que entrar na cultura yogui. Eu precisava

acessar e interagir com pessoas que viviam, respiravam e promoviam a tradição. Eu precisava fazer o que eles faziam; ver as práticas como eles viam; entender como a sua cultura fazia sentido para eles a ponto de serem seus principais entusiastas. Participar diariamente no estúdio também não me assegurava esse tipo de entrada; e sim a disposição de socializar com membros e viver a prática corporal me permitia um acesso mais profundo. Etnógrafos que não conseguem, ou que não se dispõem a, acessar o sistema de significado compartilhado e a buscar a resolução de problemas na “cultura” de seu interesse enfrentam uma barreira considerável no processo de aquisição de conhecimento.

O acesso à rede central de participantes em uma dada prática corporal é apenas o começo. Várias semanas ou meses podem se passar antes que se assumam um papel em um grupo social. Uma lição básica de sociologia nos instrui que a nossa filiação a um grupo depende de nossos papéis, *status* e identidades dentro desse mesmo grupo. Por que isso é importante na etnografia realista? Por que alguém se torna de fato o que chamamos de “instrumento de levantamento de dados” (por exemplo, você é, na verdade, um *registrador* de dados todos os dias que está em campo). O volume e a profundidade de informações que você é capaz de processar com o passar do tempo são influenciados, substancialmente, pelo modo como se deu seu acesso ao grupo, quais são os seus papéis e como as outras pessoas o posicionam como sujeito dentro do grupo. Quem você é determina parcialmente o que você vê, o que lhe é dito, e o que você eventualmente conhece. Se o pesquisador não estiver imerso completamente em uma cultura como a do Ashtanga, tenho certeza de que seus membros vão tentar mantê-lo a certa distância da cultura que lhes constitui. Quanto mais consolidado estava meu papel dentro do grupo de praticante de Ashtanga, maior

profundidade e alcance sobre esta prática eu tinha. Desse modo, a cultura desse grupo se tornou “real” para mim tanto no âmbito pessoal quanto profissional.

Alunos fascinados com o método etnográfico são tão frequentemente sobrecarregados pela característica aberta da tarefa etnográfica que acabam perguntando “o que eu coleto como dados?”. Dados empíricos podem ser tudo e qualquer coisa que se ouve, sente, vê, cheira e lê em campo. Na maior parte do tempo, um pesquisador terá um entendimento vago do que é importante logo no início de uma jornada (por exemplo, para responder sua pergunta inicial de pesquisa), então tudo deve ser anotado, gravado e examinado até que uma ideia teórica dominante ou um conjunto de focos conceituais venham à tona no estudo (conforme discutido na seção anterior). Conversas com os outros, descrições de interação, artefatos coletados em campo e locais visitados precisam ser armazenados detalhadamente. Por exemplo, meu interesse em torno da austeridade não surgiu de uma citação brilhante que me foi oferecida em uma entrevista ou passagem dos *Yoga Sutras*. Eu entrei em contato com o conceito de “austeridade” durante a prática de Mysore certa manhã. Olhando em volta para os corpos em movimento, notei pouca ostentação no vestir, o silêncio do espaço, a natureza simples e espartana das esteiras e do chão de madeira, a brancura lúgubre das paredes, a ausência de garrafas de água sofisticadas, de comidas ou até mesmo de ventiladores na sala. A entrevista com informantes-chave no transcorrer do estudo me deu uma oportunidade de expandir minha curiosidade conceitual e substantiva sobre austeridade. Depois de entrevistar os sujeitos, eu também reli livros, revistas e textos de referência para ter certeza de que o meu código teórico tinha alguma “sustentação analítica” através desses dados. O que havia começado como uma busca vasta e impressionante em meio a uma escuridão cultural acabou

se transformando em uma pesquisa definida. Novamente, não há moldes mágicos, truques, dicas ou passos a serem dados antes que nos garantam chegar à clareza conceitual em um projeto.

O tópico referente à objetividade, ou liberdade para estabelecer valores, se torna, previsivelmente, um ponto de discórdia nos debates acadêmicos sobre etnografia realista. Meus alunos reativamente taxam os dados etnográficos como “parciais” (um termo que os alunos dizem “conhecer” até o momento que lhes é solicitado por escrito a definição operacional do termo), não científicos, manchados de pensamentos e emoções pessoais, e, portanto, completamente inválidos. Eu respondo com argumentos já desgastados sobre os traços de “subjetividade” em toda a pesquisa acadêmica (por exemplo, os sujeitos preferidos pelo pesquisador, perguntas parciais que fazemos, preferências teóricas que exploramos, métodos que escolhemos e assim por diante), e afirmo que a verdadeira objetividade específica é mais um espectro na pesquisa do que uma realidade. Mas, além disso, agora eu também descrevo como, no estudo de Ashtanga, aprendi que objetividade metodológica pode significar simplesmente a dedicação persistente e focada na investigação da cultura em estudo. Em outras palavras, objetividade se refere à abnegação ao processo de conhecer os outros via etnografia sem se atrelar aos pressupostos idiográficos ou nomotéticos. Eu me dei conta de que a descrição do Elias (1987), em termos metodológicos, a respeito do “envolvimento desprendido” aplicado como técnica para conhecer verdades sociológicas é o primo conceitual da busca por *vairagya* através de *abhyasa* no mundo do Ashtanga Yoga.

Agora que atravessamos os assuntos mais difíceis, cabe questionar como escrever e representar a cultura através de um texto. Artigos publicados em revistas

científicas contemporâneas do campo do esporte e da cultura corporal que se autointitulam etnográficos, raramente podem ser lidos e enquadrados como tal. Como Newman e Giardina (2011) afirmam, o conjunto de artigos autointitulados etnográficos é, com frequência, uma papelada excessivamente estéril, sem corpo e sem vida teórica. As vozes do campo desaparecem, as “descrições densas” e as ideias oriundas das notas de campo ou observações estão ausentes, e representações ricas de cenas sociais, contextos e encontros em campo foram abandonados. Relatos (etnográficos) sociológicos do mundo podem, de fato, ser mais convincentes quando são teoricamente engendrados, e quando são descritivamente ricos, cheios de cor e interativo para o leitor. Entre as mais valiosas formas de produção do conhecimento oriundo da etnografia contemporânea, como os métodos móveis, visuais, fotográficos, sensoriais e *queer* (conforme apresentado nesse livro), também se encontram em abundância na literatura artigos que transformam as dinâmicas sociais complexas em um texto acadêmico raso ou “morto”, o que é o pior dos pecados cometidos por pesquisadores qualitativos modernos.

A discussão sobre ética de pesquisa se mostra uma das mais vivazes quando se trata de etnografia (realista). Van den Hoonaard (2003) sugere que o “pânico moral” relativo à variedade de “dilemas éticos” em campo persuadiu comitês de ética em universidades a se tornarem cada vez mais céticos quanto à etnografia como um todo. Sem dúvida, alguns dos meus estudos (como aquele da revenda ilegal de ingressos) hoje sofreriam uma severa rejeição do meu próprio comitê de ética na Universidade de Toronto. O estudo de Ashtanga, mesmo sendo uma etnografia realista, não gerou nos membros do conselho de ética e outros as tradicionais preocupações com o uso desta metodologia (segurança, diferenças de poder, vulnerabilidade dos

participantes, inabilidade de consentimento). Eu defendo revelar completamente o meu papel na investigação, meus interesses e práticas observacionais e desejo por entrevistas com sujeitos como uma forma de facilitar o processo de filiação em um grupo. Descobri, depois de estudar uma variedade incrível de grupos sociais, que sujeitos como os Ashtangis adoravam ser estudados na maioria dos casos; eles adoravam ser questionados e se sentirem estrelas de um estudo. Saberem que um pesquisador acadêmico encontrou uma boa razão para examinar algo em que lhes interessa gera uma boa quantidade de capital cultural e social, e acaba deixando os membros do grupo à vontade para se vangloriarem de suas próprias práticas.

Cabe destacar que um pesquisador nunca deve revelar completamente seus pensamentos, sentimentos e interpretações pessoais (muito menos acadêmicas) sobre o grupo que está sendo estudado, e, ao menos sob o ponto de vista estreito dos comitês de ética, falhar e revelar o que se está pensando sobre o grupo é o mesmo que mentir. Entretanto, isto que é considerado uma espécie de “mentira” dentro dos cânones da pesquisa acadêmica se confunde com o modo como as pessoas se relacionam umas com as outras no curso normal da vida cultural; revelar/esconder o que se pensa a outrem faz parte da vida, portanto, faz parte do processo de inserção em um grupo como os Ashtangis. Eu nunca discuti, por exemplo, meus pensamentos críticos sobre o aparente interesse de certos praticantes apenas pelas asanas e não pelo resto dos aspectos que circundam esta prática, ou contradições entre os estilos de vida de alguns praticantes em relação ao consumo e à fé na *Yoga*. Em certas ocasiões, me deparei com pessoas intratáveis no grupo, acreditava que eram mentirosas, e às vezes tinha vontade de confrontá-las. São humanos, interação em campo, não são robôs, e nesses cenários esses elementos aparecem naturalmente. Ficar

em silêncio pode ser preferível em alguns casos - não para preservar o “intratável” de ficar chateado, mas sim porque verbalizar sua opinião pode fechar portas para a interação. Em outros momentos, como Andy Hathaway e eu (HATHAWAY; ATKINSON, 2003) descrevemos, confrontar e desafiar pessoas em campo (e de algumas formas fazê-las, deliberadamente, sentirem-se desconfortáveis) quanto às suas declarações, é uma ferramenta vital para a produção de um dado para a pesquisa, e pode resultar em um aprendizado considerável - e aqui sublinho novamente; esses confrontos acontecem como parte natural da vida humana em grupo.

Finalmente, nenhum manual ou livro didático sobre ética em pesquisa, até hoje (ao menos aqueles que eu examinei), instrui sobre como as amizades podem ser administradas no campo. Eu desenvolvi amizades maravilhosas no decorrer do trabalho etnográfico sobre Ashtang, e acredito que as qualidades científicas, substantivas e socialmente relevantes de textos etnográficos são, em última análise, reflexos da amplitude e profundidade das amizades cultivadas em campo. Criar laços de amizade verdadeiros é o método etnográfico. Eu comecei a aprender mais efetivamente sobre Ashtanga quando parei de ver outros praticantes no shala como sujeitos fazendo a prática, e quando comecei a considerá-los amigos em uma comunidade mutuamente constituída em torno da Ashtanga. O caminho da intersubjetividade e da coprodução de conhecimento cultural/etnográfico é conquistado quando se está posicionado física, emocional e socialmente em uma comunidade, mas sem deixar de ter sensibilidade crítica para a tarefa sociológica à nossa frente. O mais importante princípio ético da etnografia realista que conheço consiste em deixar que a cultura se inscreva em você tanto quanto você irá, por sua vez, se apoderar do mandato de escrever sobre a cultura.

Controvérsias Realistas

A crença de que relatos etnográficos podem ser “realistas” (por exemplo, representar textualmente as complexidades da vida social de uma forma precisa) tem sido constante e rigorosamente analisada nos últimos quarenta anos. (CLOUGH, 1992; HAMMERSLEY, 1992) Em primeira instância, defensores fervorosos de métodos mais “científicos”/positivistas de coleta de dados questionam a confiabilidade (repetibilidade) e validade externa de descobertas etnográficas realistas. Em segunda instância, metodólogos qualitativos contemporâneos influentes, como Norman Denzin (2003), convenceram diversos etnógrafos contemporâneos a abandonarem a busca por realismo metafísico em seus esforços qualitativos. Hoje, o *zeitgeist* metodológico em círculos acadêmicos qualitativos promove pesquisa sobre a hiperconstrução da vida social; dissemina uma posição ontológica que retrata agentes humanos como inteiramente fragmentados, radicalmente contextuais e “interseccionais” demais para serem entendidos através de relatos realistas.

Tanto o positivismo tradicional quanto as crescentes legiões de neoetnógrafos questionam o valor empírico da busca pelas verdades etnográficas generalizáveis. Seria possível, talvez alguém possa perguntar, que outra pessoa tenha estudado Ashtanga em Toronto e compilado as mesmas histórias que eu (ou ao menos parecidas) sobre o contexto, com diferentes focos e ênfases metodológicas? Provavelmente não, pois etnografias dependem e são produzidas através da mescla de papéis, relacionamentos e personalidades em campo. Também há outra preocupação relacionada: seria um etnógrafo capaz de descrever a realidade da vida cultural cotidiana de forma precisa? As histórias que eu escrevo sobre Ashtanga são capazes de serem tratadas como representações generalizáveis

e convincentes de filiação e experiência cultural? Existe apenas “uma” cultura Ashtanga e existe apenas “um” membro?

Etnógrafos realistas sofrem de uma crença progressiva entre pesquisadores qualitativos de que qualquer tentativa acadêmica de retratar uma cultura e seus membros de forma acadêmica (em síntese, uma história generalizada sobre tal cultura) é, em parte, um ato de roubo acadêmico (VAN MAANEN, 2011). Segundo os críticos, vozes são frequentemente roubadas do campo sem contrapartidas, reunidas para servir aos propósitos teóricos do pesquisador e desfiguradas em linguagem acadêmica prolixa e inacessível. Pesquisa etnográfica realista é vista como um ato de colonialismo cultural que privilegia o poderoso pesquisador como autor(idade) da cultura de outras pessoas. (REINHARZ, 1992) Essa etiqueta metodológica mostra conexões consideráveis com a teorização disseminada no estudo do esporte e da cultura corporal sobre hiperindividualismo, implosão ideológica no Ocidente, movimentos de identidade social e políticas associadas, e o grau no qual os estudiosos em campo questionaram (legitimamente) o fato de minorias terem sido sistematicamente excluídas da criação história de conhecimento sobre esporte e cultura corporal. A partir destas perspectivas, a prioridade metodológica deve ser: permitir às pessoas que falem por si através de meios textuais inovadores; afastar-se da noção de verdades culturais genéricas ou universais (pois o fomento deste construto científico vem sendo defendido por um grupo relativamente homogêneo de estudiosos homens, brancos e de classe média); abdicar do papel de decodificador oficial da cultura; ter hiperflexibilidade sobre a natureza de sua “posição” (identidades) no processo de pesquisa; desculpar-se por possíveis generalizações a partir dos dados; e tentar representar processos culturais vivos e ativos dentro da

textualidade acadêmica padrão. Essas noções têm sido mimeticamente distribuídas pela sociologia do esporte e da cultura corporal por aproximadamente duas décadas, sem qualquer análise crítica sustentada (ou concatenada), nem resposta dos especialistas metodológicos na área. (SILK; ANDREWS, 2011; ATKINSON, 2011)

Minha própria incursão no mundo de Ashtanga *Yoga* indica (ao menos para mim) que o “realismo” sob o ponto de vista etnográfico não é apenas possível, está vivo e bem disposto nas culturas que estudamos (quando escolhemos estudá-las empiricamente). De forma bastante simples, valores culturais são partilhados, experiências sociais são comuns e destacáveis por meio do contato com diferentes pessoas, realidades são configuradas e representadas com padrões e regularidade impressionantes, e verdades culturais e existenciais como experiências “obstinadas” de diversas formas. Quando presenciamos demonstrações de medo, desejo, iras, experiências e construções de vida comuns, que são expressas e executadas pelas pessoas com as quais nos deparamos em campo, aprendemos muito sobre o tecido experiencial comum que culturalmente nos une. Estes podem ser, acredito, observados, discutidos, dissecados, conferidos, investigados, conhecidos e, finalmente, representados pelo etnógrafo realista. Certamente, as vidas das pessoas são notavelmente similares quando permitimos que nossas mentes vejam as similaridades; e a imagem fragmentada, solitária e anômica da hiper-realidade construída pelos pesquisadores qualitativos da modernidade tardia pode ser mais um produto da filosofia social moderna do que de qualquer realidade empírica.

Referências

ALEXANDER, B. Performance ethnography: The re-enacting and inciting of culture. In: DENZIN, N; LINCOLN, Y. (orgs). **Handbook of qualitative inquiry**, 3. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2005. p. 411-441.

ATKINSON, M. Brother, can you spare a seat: Developing recipes of knowledge in the ticket scalping subculture. **Sociology of Sport Journal**, Minnesota, n. 17, p. 151-170, 2000.

_____. **Key concepts in sport, exercise and health research methods**. London: Sage, 2011.

_____. The empirical strikes back: doing realist ethnography. In: YOUNG, K.; ATKINSON, M. (orgs). **Qualitative Research on Sport and Physical Culture**. Bingley, UK: Emerald Group Publishing Limited, 2012. V.6, p. 23-49.

ATKINSON, M.; YOUNG, K. **Deviance and social control in sport**. Champaign, IL: Human Kinetics, 2008.

BEAL, B. Disqualifying the official: An exploration of social resistance through the subculture of skateboarding, **Sociology of Sport Journal**, Champaign, n. 12, p. 252-26, 1995.

CHARMAZ, K. **Constructing grounded theory**: A practical guide through grounded analysis. London: Sage, 2003.

CLOUGH, P. **The end(s) of ethnography**: From realism to social criticism. London: Sage, 1992.

DARNELL, S. Sport, race and bio-politics: Encounters with difference in 'sport for development and peace' internships. **Journal of Sport and Social Issues**, Thousand Oaks, n. 34, p. 396-417, 2010.

DENZIN, N. **Performance ethnography**: Critical pedagogy and the politics of culture. Thousand Oaks, CA: Sage, 2003.

ELIAS, N. **Involvement and detachment**. Oxford, UK: Basil Blackwell, 1987.

FINLEY, S. Arts-based inquiry: Performing revolutionary pedagogy. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. (Orgs). **Handbook of qualitative inquiry**, 3. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2005. p. 681-694.

GALLAGHER, K. **The methodological dilemma**: Critical, creative, and post-positivist approaches to qualitative research. London: Routledge, 2007.

GARIS, L. de. Experiments in pro wrestling: Toward a performative and sensuous sport ethnography. **Sociology of Sport Journal**, Champaign, n. 16, p. 65-7, 1999.

GEERTZ, C. **The interpretation of cultures**. New York: Basic Books, 1973.

GLASER, B. **The grounded theory perspective**: news conceptualisation contrasted with description. Mill Valley: Sociology Press, 2001.

GOLD, R. Roles in sociological field observation. **Social Forces**, Chapel Hill, n. 36, p. 217-213, 1958.

GUBRIUM, J.; Holstein, J. **The new language of qualitative method**. New York: Oxford University Press, 1997.

HAMMERSLEY, M. **What's wrong with ethnography?** – methodological explorations. London: Routledge, 1992.

HATHAWAY, A.; ATKINSON, M. Active interview tactics in research on public deviance: Exploring the two cop personas. **Field Methods**, n. 15, p. 161-185, 2003.

HOCKEY, J. Sensing the run: Distance running and the senses. **The Senses and Society**, n. 1, p. 183-202, 2006.

HOWE, P. An ethnography of pain and injury in professional rugby union: The case of Pontypridd RFC. **International Review for the Sociology of Sport**, Warsaw, PL, n. 36, v. 3, p. 289-303, 2001.

KEMMIS, S.; MCTAGGART, R. Participatory action research: Communicative action and the public sphere. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. (orgs). **Handbook of Qualitative Inquiry**, 3rd edition (pp. 559-603). Thousand Oaks, CA: Sage, 2005.

MONAGHAN, L. **Bodybuilding, drugs and risk**. London: Routledge, 2001.

NEWMAN, J.; GIARDINA, M. **Sport, spectacle and NASCAR nation**. London: Palgrave Macmillan, 2011.

PINK, S. **Doing visual ethnography**. London: Sage, 2009.

PRUS, R. **Symbolic interaction and ethnographic research: Intersubjectivity and the study of human lived experience**. Albany, NY: SUNY Press, 1996.

REINHARZ, S. **Feminist methods in social research**. Oxford, UK: Oxford University Press, 1992.

SANDS, R. **Sport ethnography**. Champaign, IL: Human Kinetics 2001.

SILK, M. The conditions of practice: Television production practices at Kuala Lumpur 98. **Sociology of Sport Journal**, Champaign, Ill., n. 18, 2001, p. 277-301.

SILK, M.; ANDREWS, D. Toward a physical cultural studies. **Sociology of Sport Journal**, n. 28, p. 4-35, 2011.

SMITH, D. **The everyday world as problematic: A feminist sociology**. Boston: Northeastern University Press, 1987.

SPARKES, A. **Telling tales in sport and physical activity: A qualitative journey**. Champaign, IL: Human Kinetics, 2002.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Basics of qualitative research: Grounded theory, procedures and techniques**. Newbury Park, CA: Sage, 1998

THORPE, H. **Snowboarding bodies in theory and practice**. London: Palgrave, 2011.

VAN DEN HOONAARD, W. **Walking the tightrope: Ethical issues for qualitative researchers**. Toronto: University of Toronto Press, 2003.

VAN MAANEN, J. **Tales from the field: On writing ethnography**. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

WACQUANT, L. **Body and soul: Ethnographic notebooks of an apprentice-boxer**. New York: Oxford University Press, 2004.

WHEATON, B. 'Just do it': Consumption, commitment, and identity in the windsurfing subculture. **Sociology of Sport Journal**, Champaign, Ill., n. 17, p. 254-274, 2000.

WILLIAMS, R. **Marxism and literature**. Oxford, UK: University of Oxford Press, 1977.

WILLIS, P. **Theoretical confessions and reflexive method**. In: GELDER, K.; THORNTON, S. (Orgs). **The Subcultures Reader**. New York: Routledge, 1998. p. 246-251.

WILSON, B.; ATKINSON, M. Rave and straightedge, the virtual and the real: Exploring online and offline experiences in Canadian youth subcultures. **Youth & Society**, Thousand Oaks, Calif., US, n. 36, p. 276-311, 2005.

WILSON, B.; SPARKS, B. It's gotta be the shoes: Youth, race,

and sneaker commercials. **Sociology of Sport Journal**, Champaign, Ill., n. 13, p. 398-427, 1996.

WOLCOTT, H. **Ethnography: A way of seeing**. New York: Altamira, 1999.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Ivan Marcelo Gomes: Licenciado em Educação Física pela Universidade Estadual de Maringá, Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco e Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008). É professor efetivo do Centro de Educação Física e Desportos na Universidade Federal do Espírito Santo e atua no PPGEF/CEFD/UFES.

Alex Branco Fraga: Licenciado em Educação Física pelo Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista (IPA); Mestre e Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. Professor da Escola de Educação Física (ESEF) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH) da UFRGS. Atualmente é o editor-chefe da revista Movimento da ESEF/UFRGS.

Yara Maria de Carvalho: Possui licenciatura e bacharelado em Educação Física, especialização em Saúde Pública e mestrado em Ciências do Esporte pela Universidade Estadual de Campinas. Realizou o doutorado em Saúde Coletiva na Faculdade de Ciências Médicas desta mesma universidade e livre-docência em Promoção da Saúde pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Atualmente é Professora Associada da Universidade de São Paulo.

SOBRE OS AUTORES DOS CAPÍTULOS

Jairnilson Paim: Possui graduação em Medicina pela Universidade Federal da Bahia (1972) e mestrado em Medicina pela Universidade Federal da Bahia (1975). Doutorado em Saúde Pública pela Universidade Federal da Bahia (2007). É professor da Universidade Federal da Bahia desde 1974 e Professor Titular do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia desde 2000.

Eduardo Galak: Professor em Educação Física pela Universidad Nacional de La Plata (2006), Mestre em Educação Corporal (2010) e Doutor em Ciências Sociais (2012) pela mesma instituição. Atualmente é pesquisador no Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET, Argentina) como Investigador Asistente, vinculado institucionalmente com o Instituto de Investigaciones en Historia y Ciencias Sociales (IdIHCS, UNLP/CONICET).

Luís Henrique Sacchi dos Santos: Possui graduação em Ciências Biológicas (PUC/RS), Mestrado e Doutorado em Educação pelo PPGEDU/UFRGS. Atualmente é Professor Adjunto (IV) no Departamento de Ensino e Currículo da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atua na Pós-Graduação em Educação (PPGEDU/UFRGS) na linha de pesquisa “Estudos Culturais em Educação”.

George Saliba Manske: Possui Licenciatura Plena em Educação Física e especialização em Pedagogias do Corpo e da Saúde pela Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ESEF-UFRGS), e mestrado e doutorado em Educação pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da mesma instituição. Atualmente é professor do curso de Educação Física da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI).

Alexandre Fernandez Vaz: Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina e Doutor em Ciências Humanas e Sociais pela Leibniz Universität Hannover. Na UFSC, desde 1998, é professor dos programas de Pós-graduação em Educação (mestrado e doutorado) e Interdisciplinar em Ciências Humanas (Doutorado). É editor da Revista Brasileira de Ciências do Esporte e dos Cadernos de Formação RBCE e da Contemporânea: uma quase revista.

Fernando Jaime González: Professor de Educación Física pelo Instituto del Profesorado en Educación Física de Córdoba/Argentina, mestre em Ciência do Movimento Humano pela Universidade Federal de Santa Maria, doutor na mesma área pela Universidade Federal de Rio Grande do Sul. Desde 1998 é professor da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul onde atua no PPG em Educação nas Ciências. É professor colaborador do PPG em Desenvolvimento Humano e Tecnologia da UNESP Rio Claro.

Conrado Federeci: Possui doutorado e mestrado em Educação na área de Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte pela UNICAMP e graduação em Licenciatura em Educação Física pela mesma Universidade, além de formação em música e palhaço. Atualmente é Professor Adjunto na Universidade Federal de São Paulo - Campus Baixada Santista.

Michael Atkinson: Possui graduação em Sociologia pela University of Waterloo (Canadá), mestrado em Sociologia pela McMaster University (Canadá), PhD Sociologia pela University of Calgary (Canadá). Atualmente é professor titular da University of Toronto.

Maria Elizabeth Barros de Barros: Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestrado em Psicologia Escolar pela Universidade Gama Filho, doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pós doutorado em saúde pública pela ENSP/Fiocruz. Atualmente é professora titular da Universidade Federal do Espírito Santo.

Janaína Madeira Brito: Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo, Especialista em Saúde Mental pela UFRJ, Mestre em Psicologia Institucional pela UFES. Atualmente é Doutoranda em Educação na UFES e pesquisadora do Programa de Formação e Investigação em Saúde e Trabalho (PFIST-UFES), área de concentração: Saúde docente.

Renata Junger: Formada em Psicologia e Mestre em Psicologia Institucional pela Universidade Federal do Espírito Santo. Atuou na área de análise institucional com ênfase em políticas públicas de saúde, assistência e processos de gestão. Atualmente é analista de RH e moderadora de grupo focal da Futura Pesquisa e Consultoria.



Séries da Editora Rede UNIDA

Clássicos da Saúde Coletiva

Coleção Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde

Série Arte Popular, Cultura e Poesia

Série Atenção Básica

Série Saúde Coletiva e Cooperação Internacional

Série Vivências em Educação na Saúde

Realização/Apoio

